



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS – ODEERE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC



ELZENI DAMASCENO DE SOUZA

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E
SEXUALIDADE CONSTRUÍDAS ENTRE A COMUNIDADE
LGBTTQIA+ E OS(AS) PROFISSIONAIS DE UM CRAS DO
INTERIOR BAIANO

JEQUIÉ/BA

2021

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E
CONTEMPORANEIDADE-PPGREC**

ELZENI DAMASCENO DE SOUZA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E
SEXUALIDADE CONSTRUÍDAS ENTRE A COMUNIDADE
LGBTQTQA+ E OS(AS) PROFISSIONAIS DE UM CRAS DO
INTERIOR BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Linha de pesquisa 2: **Etnias, Gênero e Diversidade Sexual.**

Orientador: Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza.

**JEQUIÉ/BA
2021**

S729r Souza, Elzeni Damasceno de.

As relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade construídas entre a comunidade LGBTQIA+ e os(as) profissionais de um CRAS do interior baiano / Elzeni Damasceno de Souza.- Jequié, 2021.

189f.

(Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza)

1.Assistência social 2.Gênero 3.Sexualidade 4.Relações étnico-raciais 5.Comunidade LGBTQIA+. I.Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia II.Título

CDD – 306.76

ELZENI DAMASCENO DE SOUZA

**AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DE GÊNERO E SEXUALIDADE
CONSTRUÍDAS ENTRE A COMUNIDADE LGBTTQIA+ E AS(OS)
PROFISSIONAIS DE UM CRAS DO INTERIOR BAIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Linha de Pesquisa 2: **Etnias, Gênero e Diversidade Sexual**

Aprovado em: 15 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza (UESB)
Presidente da Banca/Orientador



Prof. Dr. Marco José de Oliveira Duarte (UFJF)
Examinador Externo



Profa. Dra. Cláudia de Faria Barbosa (UESB)
Examinadora Interna

**JEQUIÉ
2021**

AGRADECIMENTOS

Quero expressar a minha gratidão as pessoas e as forças sagradas que me oportunizaram chegar a essa etapa da minha vida.

Agradeço ao sagrado pela proteção durante toda minha vida. Sempre senti uma força muita poderosa agindo sobre mim. Ainda que hoje não frequente nenhuma religião específica eu creio nesse poder, nessa força que me guia pelo caminho do bem reacendendo sempre o desejo de fazer o bem, da gratidão e da humildade. Gratidão por cuidar de mim, proteger e guardar meus sonhos.

Agradeço a minha família por acreditar, incentivar e entender minhas escolhas e projetos de vida. Por compreenderem que posso ser mãe, filha, esposa, irmã e isso não estar dissociado de outros papéis que posso desempenhar como o de trabalhar fora, estudar e pesquisar. É necessário nomear para visibilizar aqueles que viajam e sonham comigo nas aventuras que me permito desafiar.

Gratidão a minha filha Raquel que nasceu quando estava cursando a graduação. Nasceu de uma mãe estudante. Que dividia as noites e o tempo que tinham livres entre cuidar dela e os papéis para estudo, as apostilas. Nesse período, minha irmã Erlane, segunda mãe de Raquel, dividiu comigo a maternagem. Mas, também, meu esposo Viny no seu papel exemplar de paternar, foi fundamental. Não me cobrou, julgou ou diminuiu o meu ser mãe por estar estudando. Isso me faz amá-lo ainda mais.

Agradeço ao meu filho Yuri, menino carinhoso e indagador, rsrs. Nasceu quando fazia a especialização em Saúde Coletiva. Chegou a frequentar os corredores da universidade, ainda tão novinho. Também nasce de uma mãe estudante, já aspirando ser pesquisadora. Nesse momento de minha vida, minha irmã Leydy, é quem divide a maternagem comigo. É a segunda mãe de Yuri. Meu esposo mais uma vez dava conta de ser pai e mãe, quando estava trabalhando e estudando.

Trago essas memórias para reafirmar a importância de ter uma rede de apoio e, também, para dizer que se não fossem eles/elas eu não teria conseguido. Não se trata de uma

conquista minha, mas de uma conquista conjunta, coletiva. Minha mãe Maria da Conceição, mulher simples, quase sem nenhum estudo sempre nos ensinou a não desistir dos nossos sonhos. Quando engravidei durante a graduação, cheguei a cogitar a abandonar o curso. Mas lembro dela me perguntando por que eu deixaria de estudar? Se eu tinha elas (ela e minhas irmãs) como minha família para cuidar de Raquel. Aquela atitude foi primordial para eu entender que tinham outras pessoas para cuidar de Raquel quando eu não estivesse com ela. Nunca serei capaz de agradecer vocês o suficiente.

Ainda hoje continuo tendo o apoio de meu esposo, pessoa maravilhosa, pai incrível, marido atencioso e incentivador. Minha mãe na sua simplicidade sempre me motiva mesmo sem saber o que é um mestrado. Minhas irmãs sempre vibram comigo. Isso é sororidade. Mulheres que se apoiam.

Não posso deixar de falar da minha referência de pai, Abelirio. Ele me criou, educou e sempre incentivou para que eu estudasse. Na sua simplicidade e poucos estudos, também não sabe o que é um mestrado, nem em que exatamente consiste o meu fazer enquanto psicóloga, mas, ama ir comigo nos lugares onde sou homenageada, nos espaços que ele sabe que serei de alguma forma valorizada. Isso me deixa com o coração quentinho e muito agradecida. Quando ele fala “minha menina” é professora, é psicóloga, está estudando, cheio de orgulho me faz ter certeza que fiz as escolhas certas na vida. E ele tem muita responsabilidade nisso tudo!

Gratidão aos meus irmãos Edson e Emerson pelos tios maravilhosos que são. A meu sobrinho Kristoff pela alegria que nos proporciona todos os dias. Ao meu sogro José Missias (Zé Luia), minha sogra Aurinha, meu cunhado Messias (Cica), meu padrasto Hélio por ser incentivadores/a.

Agradeço a equipe do CRAS pela contribuição e partilha, especialmente, a Paula Santos, Rosinha do Beco, Marielle Franco, Fabíola e João Nery. Obrigada a Dandara, Hérika e Cassia Eller por partilhar suas histórias comigo e tornar esse trabalho possível.

Gratidão as(aos) colegas da turma 2019.1, do PPGREC, pelos momentos tão ricos e potentes de afeto e aprendizados. Obrigada ao grupo de pesquisa Acuendações. Quantas desconstruções foram possíveis com nossas partilhas e desprendimentos de saberes.

Gratidão ao ODEERE, lugar de resistência, de luta e de reafirmação das pessoas subalternizadas da sociedade, que muitas das vezes, não encontram espaços na universidade. O ODEERE faz esse movimento de aproximação, de romper barreiras, de legitimar saberes e formas de vida que não foram valorizadas na construção de uma ciência pautada no positivismo, que convencionou ser universal. O ODEERE faz a extensão acontecer, rompendo os muros da universidade de forma muito potente e real.

Agradeço à CAPES, pela aprovação do PPGREC e apoio constante para existência e manutenção do mesmo.

Por último e, não menos importante quero agradecer ao meu orientador professor Marcos Lopes. Quando soube da minha aprovação no mestrado, a minha comemoração foi dupla, comemorava pela aprovação e, por ter Marcos como orientador. Trilhar esse caminho na sua companhia não é apenas conhecer teorias, perspectivas e teóricos. Acontece outro aprendizado em paralelo. Somos afetadas por uma luz e uma humanidade presente em poucas pessoas. Marcos é esse ser de luz, que transborda espiritualidade e paz. Sou muita grata ao sagrado por ter permitido partilhar com você essa trajetória. Mesmo o mestrado sendo tão intenso e, ainda, quando acontece no meio de uma pandemia, você tornou tudo mais leve, mais suave, mais tranquilo. Sou privilegiada por compartilhar com você essa trajetória e absurdamente grata.

Agradeço a todos/as/es aqueles/as que mesmo não convivendo diretamente comigo estiveram na torcida, emanando suas energias positivas e vibrando com minhas conquistas. Muito Obrigada!!! A mulher da roça é mestra!!!!

(...) a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha etc. Mas tornar-se
mulher negra é uma conquista.

Lélia Gonzalez

RESUMO

Este estudo sobre a comunidade LGBTTTQIA+ e os(as) profissionais do CRAS ancora-se nas discussões sobre gênero e sexualidade nas perspectiva pós-estruturalista, pós-crítica e decolonial. O objetivo geral dessa dissertação é analisar a dinâmica das relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade construídas entre a comunidade LGBTTTQIA+ e as(os) profissionais do CRAS, de uma cidade no interior da Bahia. Buscando responder o objetivo acima foram traçados os seguintes objetivos específicos: descrever como as interseccionalidades subalternizadas vivenciadas pela comunidade LGBTTTQIA+ tais como etnia/raça, baixa escolaridade, religião de matriz africana e classe podem interferir na relação construída com os(as) profissionais do CRAS; compreender as dificuldades e desafios encontrados pelos(as) profissionais do CRAS para desenvolver ações com a comunidade LGBTTTQIA+ e analisar as demandas específicas da comunidade LGBTTTQIA+ em relação ao CRAS. Foram utilizados formulários, registros narrativos da pesquisadora e entrevistas como ferramentas de produção do material empírico. A equipe do CRAS é formada majoritariamente por mulheres cisgêneras e heterossexuais, contratadas/dos temporariamente, praticantes ou simpatizantes das religiões de valores judaico-cristãos, com predominância católica. A maioria declara ser pobre ou de classe média baixa. Quanto à identidade étnico-racial, a maioria se autodeclarou branca, embora tenham cor parda. Em seus discursos emergiram falas que se referem à atuação na assistência social como devoção ou missão, evidenciando o constitutivo religioso que produzem esses discursos, assim como levantaram suspeitas de que para trabalhar nessa política é importante ser popular, falar com todas as pessoas e ter a aceitação da população, não fazendo menção sobre conhecimentos técnicos e normativos para a construção da identidade profissional. Elas/Eles se referem às pessoas LGBTTTQIA+ como sendo alvo constante de preconceitos e violências, porém, não se autoimplicam como co-responsáveis em mudar essas situações. Em relação às dificuldades e desafios apresentados pelas/os profissionais, surgiram discursos como a resistência das pessoas LGBTTTQIA+ em procurar o CRAS por receio de serem excluídas ou mal atendidas e sugeriram a criação dos grupos PAIF como meio para dar uma melhor assistência a esse público. As pessoas LGBTTTQIA+ foram duas mulheres trans heterossexual e uma mulher cisgênera bissexual. Todas são usuárias da política de assistência social. Quanto à escolaridade, apenas uma tem o ensino médio completo. Uma é umbandista, outra simpatizante do espiritismo e do protestantismo. Os discursos identitários que emergiram em suas falas foram: ser mulher de alma, violência no espaço familiar, restrições do acesso ao mercado de trabalho, dificuldades no assumir-se LGBTTTQIA+ e LGBTTTQIA+fobia no espaço escolar. Sobre o CRAS, são analisados os discursos de não acolhimento e de restrição do acesso aos benefícios da assistência social por serem LGBTTTQIA+ e como propostas sugeriram a realização de busca ativa, palestras, mediação de conflitos entre os filhos/as de identidades sexuais e gênero dissidentes e suas respectivas famílias, informações sobre direitos LGBTTTQIA+, discussão sobre gênero e sexualidade no espaço do CRAS e sobre representatividade nas políticas públicas.

Palavras-chave: assistência social; gênero; sexualidade; relações étnico-raciais e comunidade LGBTTTQIA+.

ABSTRACT

This study on the LGBTTTQIA+ community and CRAS professionals is anchored in discussions about gender and sexuality in the post-structuralist perspective, post-critical and decolonial. The general objective of this dissertation is to analyze the dynamics of ethnic-racial relations, gender and sexuality built between the LGBTTTQIA+ community and CRAS professionals, from a city in the interior of Bahia. In order to answer the above objective, the following specific objectives were outlined: to describe how the subalternized intersectionalities experienced by LGBTQIA+ community such as ethnicity/race, low schooling, African religion and class may interfere with the relationship built with CRAS professionals; understand the difficulties and challenges encountered by CRAS professionals to develop actions with the LGBTTTQIA+ community and analyze the specific demands of the LGBTTTQIA+ community in relation to CRAS. Forms, narrative records of the researcher and interviews were used as tools for the production of empirical material. The CRAS team is composed mostly of cisgenderas and heterosexual women, hired/temporarily, practitioners or sympathizers of religions of Judeo-Christian values, with Catholic predominance. Most claim to be poor or lower middle class. As for ethnic-racial identity, most declared themselves white, although they are brown in color. In his discourses emerged statements that refer to the performance in social assistance as devotion or mission evidencing the religious constitutive that produce these discourses, as well as raised suspicions that to work in this policy it is important to be popular, to talk to all people and to have the acceptance of the population, not making mention about technical and normative knowledge to the construction of professional identity. They refer to LGBTTTQIA+ people as being a constant target of prejudice and violence, however, they do not imply themselves as co-responsible in changing these situations. Regarding the difficulties and challenges presented by professionals, speeches such as the resistance of LGBTTTQIA+ people to seek CRAS for fear of being excluded or poorly served and suggested the creation of PAIF groups as a means to give better assistance to this public. The LGBTTTQIA+ people were two heterosexual trans women and a bisexual cisgendera woman. They are all users of social assistance policy. As for schooling only one has completed high school. One is a bandit, another sympathizer of spiritism and Protestantism. The identity discourses that emerged in her speeches were: being a woman of soul, violence in the family space, restrictions on access to the labor market, difficulties in assuming LGBTTTQIA+ and LGBTTTQIA+phobia in the school space. About CRAS, the discourses of non-reception are analyzed and restricting access to social assistance benefits because they are LGBTTTQIA+ and as proposals suggested active search, lectures, mediation of conflicts between children of dissenting sexual identities and gender and their respective families, information on LGBTTTQIA+ rights, discussion on gender and sexuality in CRAS space and about representativeness in public policies.

Keywords: social assistance; gender; sexuality; ethnic-racial relations and lgbttqia+ community.

SIGLAS UTILIZADAS

ACS - Agentes Comunitárias de Saúde

BDTD - Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BPF - Programa Bolsa Família

BSH - Brasil Sem Homofobia

CADÚNICO - Cadastro Único

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CTTro - Comunidades Tradicionais de Terreiro

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CRP - Conselho Regional de Psicologia

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

GPTEs - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneras, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo.

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NOB/RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único da Assistência Social

ODEERE - Órgão de Educação e Relações Étnicas.

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PAF - Plano de Acompanhamento Familiar

PNAS - Política Nacional da Assistência Social

PPGREC - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

RAF - Registro de Acompanhamento Físico

RMA - Registro Mensal de Atendimento

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SIGBPF - Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações e teses encontradas no banco de dados da BDTD e da CAPES

Quadro 2 – Perfil das/dos profissionais do CRAS

SUMÁRIO

1 - POR QUE PESQUISAR DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)?	14
2 - O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO: AVENTURAS DE UMA PESQUISADORA	33
2.1 - As nossas perspectivas.....	33
2.2 - O espaço do CRAS.....	37
2.3 - Os(As) sujeitos(as) de pesquisa e os instrumentos de produção do material empírico	39
2.4 - As nossas análises.....	43
2.5 - Por que escrevo?	44
3 - PERFIL DAS(OS) PROFISSIONAIS DO CRAS E SEUS DISCURSOS SOBRE SI E SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL	46
3.1 - Os perfis identitários das(dos) profissionais do CRAS: atravessamentos étnico-raciais, religiosos, classe e de gênero	59
3.2 - O que nós dizemos sobre nós? Discursos das(os) profissionais do CRAS sobre identidade autorrepresentada.	73
4 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A BIOPOLÍTICA E A NECROPOLÍTICA: UM ESTADO DE MORTE A SERVIÇO DA POPULAÇÃO	83
4.1 - As (Os) profissionais do CRAS querem os LGBTTTQIA+ por perto? Discursos das(os) profissionais do CRAS sobre a comunidade LGBTTTQIA+	88
4.2 - Como as(os) LGBTTTQIA+ são recebidos(as) no CRAS? Discursos das/dos profissionais do CRAS sobre as dificuldades e os desafios para atender as pessoas LGBTTTQIA+	98
4.3 - “ <i>Nunca foi criado um grupo aqui dentro do CRAS com relação a este grupo</i> ”: propostas de ações para as pessoas LGBTTTQIA+ proferidas pelas/pelos profissionais do CRAS	105

5 - O QUE AS PESSOAS LGBTTQIA+ DIZEM SOBRE OS ATENDIMENTOS DOS(AS) PROFISSIONAIS DO CRAS?	113
5.1 “Na minha época não, eu ganhava uma pedrada e ia pra casa chorar, entendeu?”: discursos das pessoas LGBTTQIA+ sobre identidade, desejos e conflitos.	120
5.2 “Elza, quem vai no CRAS é porque tá precisando”: discursos das pessoas LGBTTQIA+ sobre o CRAS.	134
5.3 “Eu acho que o que falta aqui dentro é pessoas especializadas nessa área, alguém que entenda o nosso meio”: sugestões e propostas das pessoas LGBTTQIA+ para a atuação do CRAS.	145
O QUE DIZER AO FINAL DE UMA DISSERTAÇÃO?	158
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS/AS PROFISSIONAIS DO CRAS	172
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS PESSOAS LGBTTQIA+	174
APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS	176
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS/AS PROFISSIONAIS DO CRAS	177
APÊNDICE E – QUESTÕES DISPARADORAS/NORTEADORAS PARA AS PESSOAS LGBTTQIA+ USUÁRIAS DO CRAS	178
APÊNDICE F – FORMULÁRIOS PARA OS/AS PROFISSIONAIS DO CRAS E PESSOAS LGBTTQIA+	179
ANEXO 1 - FORMULÁRIO DE REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTO DO CRAS (RMA)	180
ANEXO 2 - FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO FÍSICO DO CRAS DO ESTADO DA BAHIA (RAF)	182
ANEXO 3 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ..	185

1 - POR QUE PESQUISAR DIVERSIDADE DE GÊNERO E SEXUAL NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)?

Na construção desta pesquisa fui indagada, várias vezes, por amigos(as)¹, profissionais, colegas, familiares e pessoas mais próximas sobre o motivo de pesquisar essa temática. Não sei qual seria o motivo da indagação, se por conta de ser cisgênera e heterossexual e, dessa forma, não poder se interessar por políticas públicas e direitos das lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras, queer, intersexuais, assexuais e demais identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo (LGBTQTIA+)²; se por ser mulher deveria me conformar com o lugar dado (ou imposto) a mim, ou ainda, não deveria pesquisar, sobre sexualidade porque não é assunto para mulher saber.

Estas questões foram me constituindo enquanto pesquisadora, mas também foram me revelando o quanto estes discursos me constituíram enquanto mulher da roça, negra, mãe, esposa, professora, psicóloga e técnica social., identidades essas que se (re)constroem no decorrer desse texto, pois ao retomar minha história de vida em alguns momento desse trabalho, também ressignifico e concebo novos sentidos. Ao longo dos anos, inúmeras discursos e práticas foram me dizendo o que deveria ser, pensar, estar, fazer, amar, adorar. Rosa Maria Bueno **Fischer**³ (2001, p. 85) entende que “os discursos não só nos constituem,

¹ Utilizarei no texto a escrita gendrada. A escrita gendrada refere-se ao uso dos artigos feminino e masculino em todas as palavras que lhes caibam, independente de construções sociais e gramaticais. Entendo ser importante problematizar a existência de uma gramática que hierarquiza as relações de gênero. Quando se utiliza o masculino das palavras para fazer referência a todos os gêneros, tem-se como consequências a invisibilidade do feminino, bem como a reiteração de práticas hierárquicas do masculino em relação ao feminino. Esse também é o posicionamento de todo o Sistema Conselhos de Psicologia, considerando que a Psicologia é formada majoritariamente por mulheres (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. Gênero na psicologia: articulações e discussões. Salvador: CRP-03, 2013). Opero com o masculino e feminino e vice-versa, não comprometendo usar só o masculino primeiro ou só o feminino. As palavras gendradas ora estão separadas por parênteses ora separadas por barras oblíquas.

² Operarei com essa sigla de forma a tornar a escrita mais fluida e didática no texto, compreendendo que ela envolve as identidades sexuais e de gênero dissidentes, não heterossexuais, não binárias.

³ Usaremos o nome completo dos/das autoras e autores na primeira vez que forem citados/as, destacando em negrito o sobrenome que será usado nas demais citações desse mesmo autor ou autora. Essa forma de referência só será usada para nomes de pessoas, não se aplicam as leis e demais documentos de cunho legal e normativo. A

nos subjetivam, nos dizem o que dizer; como são alterados, em função de práticas sociais muito concretas. Tudo isso envolve, primordialmente, relações de poder".

Pois bem, não pretendo responder a estas perguntas, mas proponho apresentar algumas inquietações e problematizações sobre como estas questões atravessam as práticas e ações das(dos) profissionais do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) com as pessoas LGBTQIA+ atendidas, considerando que faço parte dessa equipe de profissionais, de forma que as provocações serão também a mim endereçadas, ainda que em alguns momentos eu não consiga ser capturada. Problematizar é conceituado neste texto segundo o entendimento de Anderson **Ferrari** (2016, p. 103), que diz respeito sobre o exercício de dar um passo atrás para pôr em suspeita nossas formas de pensar e agir: “Por que penso o que penso? Que pensamentos organizam minhas ações?”. E pretendo fazer essas provocações enquanto mulher negra - recém-declarada, recém-identificada, vale lembrar - mas não somente identificada por esse marcador social, pois muitos outros me constituem e me produzem enquanto sujeita.

Saber-se negra é a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (NEUSA SANTOS **SOUZA**, 2019). Acredito ser importante mencionar, que ser lida como uma mulher branca, na maior parte da vida - pois na maior parte dela vivi com os cabelos alisados - e ser cisheterossexual me proporcionou alguns privilégios. Por não ter a cor da pele retinta - não que defenda que ser pardo nesse país, repercute em estatísticas favoráveis se comparada às pessoas pretas⁴, mas por sua vez, não se pode negar que a cor da pele nesse país demarca lugares e formas de tratamento - o traço mais

escolha por essa forma de citar deve-se a importância de visibilizar identitariamente, por meio dos nomes completos, os/as autores/as desse trabalho, de forma que não sejam apenas siglas ou sobrenomes.

⁴ Tem sido feita uma discussão acerca do colorismo. O termo foi usado pela primeira vez pela escritora Alice Walker no ensaio “If the Present Looks Like the Past, What Does the Future Look Like?”, que foi publicado no livro “In Search of Our Mothers’ Garden” em 1982. O colorismo ou a pigmentocracia é a discriminação pela cor da pele e é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer. Ao contrário do racismo, que se orienta na identificação do sujeito como pertencente a certa raça para poder exercer a discriminação, o colorismo se orienta somente na cor da pele da pessoa. Isso quer dizer que, ainda que uma pessoa seja reconhecida como negra ou afrodescendente, a tonalidade de sua pele será decisiva para o tratamento que a sociedade dará a ela (DJOKIC, Aline. Colorismo: o que é, como funciona? Geledés, 26 de fev. de 2015.3 Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/>>. Acesso em: 29 de dez. de 2020.

característico da minha negritude são os cabelos, logo os mantendo alisados e em padrões eurocêntricos conseguia transitar sem maiores suspeitas, inclusive, com apostas seguras de muitos, que meus cabelos sempre foram lisos. Tinha a passabilidade para ser branca.

Decidi ainda na adolescência pelo alisamento, frente aos inúmeros palpites de que meu cabelo era muito cheio e precisava “domar”. Eu me rendi aos procedimentos químicos sobre o pretexto da praticidade, mas na verdade não era só isso! Queria me livrar dos comentários inconvenientes e cansativos! Fiquei tanto tempo com os cabelos lisos, que quando decidi passar pela transição capilar, há uns três anos, muitos me perguntaram se tinha feito algum procedimento para cacheá-los, não me reconhecendo mais como uma mulher de cachos. Outro fato curioso é que quando decidi pelo alisamento, não houve questionamentos sobre o porquê de ter alisado. Era tido como algo natural, compreensível, era o padrão de beleza posto. No entanto, quando resolvi assumir os cachos e minha identidade negra, muitas pessoas indagaram porque deixei de alisar, quase como algo inaceitável. Muitos chegaram a comentar porque eu, uma psicóloga, deixaria os cabelos naturais, cacheados e volumosos. Lembro-me aqui da Lélia Gonzalez (2020) dizendo:

É por ai que a gente entende por que dizem certas coisas, pensando que estão xingando a gente. Tem uma música antiga chamada ‘Nega do cabelo duro’ que mostra direitinho por que eles querem que o cabelo da gente fique bom, liso e mole, né? [...] E quando querem elogiar dizem que a gente tem feições finas (e fino se opõe a grosso, né?). E tem gente que acredita tanto nisso que acaba usando creme pra clarear, esticando os cabelos, virando leidi e ficando com vergonha de ser preta (GONZALEZ, 2020, p. 86).

Naquele discurso estava delineado que as pessoas ocupantes de algum espaço de poder e respeito - a psicologia ainda é elitista - não poderiam ter traços de negritude, somente as pessoas de cabelos lisos e pele branca, com traços de beleza ocidental, como Gonzalez nos lembra no trecho acima. Por isso, é tão simbólico usar as palavras da Neusa Souza, psicóloga negra, para falar sobre o meu descobrir-se negra. É um processo contínuo, algumas vezes doloroso ao reviver episódios racistas, que ainda não sabia nomear, mas que continuam na memória. Esse texto tem um entrelaçamento das minhas vivências enquanto mulher negra - mas lida como mulher branca pelos e pelas colegas - com as trajetórias das pessoas

LGBTTQIA+ atendidas pela política de assistência social, assim como, com as percepções da equipe sobre a população LGBTTQIA+.

Então, as discussões de diversidade de gênero e sexual aqui emergem interseccionadas com raça/etnia, classe, nível de escolaridade e intolerância religiosa, considerando esses marcadores tanto nos(as) profissionais do CRAS quanto nas pessoas LGBTTQIA+ atendidas, buscando compreender também de que forma esses marcadores operam nas relações construídas entre as pessoas que ocupam esses lugares.

O conceito de interseccionalidade abordado no texto encontra-se pautados nas clássicas e pioneiras dessa discussão como Lélia **Gonzalez** (2020), Audre **Lorde** (1983), Sueli Carneiro (2003), Patrícia Hill **Collins** e Sirma **Bilge** (2021), só para citar algumas, assim como, da kimberlé **Crenshaw** (2002) que cunhou o termo interseccionalidade e da autora contemporânea baiana Carla **Akotirene** (2019) que compreendem a impossibilidade de separar os modeladores cisheteropatriarcais, etnocêntricos, racistas e capitalistas nas situações de opressão. Elas afirmam não se tratar de hierarquização de identidades, de múltiplas identidades, mas de compreender a interseccionalidade como uma lente que analisa a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. Lorde ao se identificar enquanto mulher, negra, lésbica, mãe, feminista, socialista afirma que:

Dentro da comunidade lésbica eu sou Negra, e dentro da comunidade Negra eu sou lésbica. Qualquer ataque contra pessoas Negras é uma questão lésbica e gay porque eu e centenas de outras mulheres Negras somos partes da comunidade lésbica. Qualquer ataque contra lésbicas e gays é uma questão Negra, porque centenas de lésbicas e homens gays são Negros. Não há hierarquias de opressão (LORDE, 1983, p. 06).

Observa que não é uma questão de hierarquização de opressões, é operacionalização de todos eles ao mesmo tempo. Lélia Gonzalez (2020), sem termo cunhado, mas, já numa perspectiva interseccional, analisa os discursos sobre raça, gênero e classe sobre a mulher negra na construção e manutenção do mito da democracia racial, sem privilegiar um marcador social sobre outro. A discussão surge através de reivindicações internas dentro do feminismo relativas às mulheres negras, lésbicas e do Terceiro Mundo. Rememoremos o que a autora nos diz sobre o movimento feminista desconsiderar a interseccionalidade:

O feminismo latino-americano perde muito de sua força abstraindo um fato de maior importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades da região. Lidar, por exemplo, com a divisão sexual do trabalho sem articulá-la com a correspondente ao nível racial é cair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizante e branco. Falar de opressão à mulher latino-americana é falar de uma generalidade que esconde, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito alto por não serem brancas (GONZALEZ, 2020, p. 142).

A contribuição teórica e política da antropóloga e ativista negra Lélia Gonzalez foi fundamental para a formação de uma geração de pensadoras, dentre elas a Sueli Carneiro (2003) que refletiu sobre a necessidade e urgência de enegrecer o feminismo brasileiro. Com essa expressão a autora chama atenção para a compreensão dos vários feminismos existentes, que até então o feminismo de formulação clássica, de identidade branca e ocidental não tinha dado conta.

Collins e Bilge (2021) sinalizam que em determinadas sociedades e períodos as relações de poder que envolvem classe, raça e gênero não se manifestam como entidades diferentes e mutuamente excludentes. Apontam que essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. São relações geralmente invisíveis que afetam todos os aspectos do convívio social. Ela nos apresenta uma descrição genérica sobre o termo:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15-16).

Com o objetivo de discutir sobre o conceito de interseccionalidade, no campo dos direitos humanos sobre as mulheres, Crenshaw (2002) nos mobiliza a pensar como as discussões sobre identidades de gênero e sexuais evidenciam as relações de poder e dominação colonial. Ela nos faz refletir que muitas das interseccionalidades, no caso das

mulheres, são incorporadas pela categoria gênero, como se todas as mulheres vivessem sobre as mesmas condições e da mesma forma a sua existência. São discursos construídos a partir do Ocidente, que homogeneizam os Outros, como a Gayatri Chakravorty **Spivak** (2010) nos questiona de maneira tão inquietante.

Apesar de aprofundar seus estudos sobre os marcadores raça/gênero, Crenshaw (2002) não descarta que tais processos se estendam a outras categorias. Logo, podemos inferir algumas reflexões sobre as demais identidades de gênero e sexuais, tais como a homossexualidade, lesbianidade, bissexualidade, travestilidade, transgeneridade, intersexualidade e demais identidades dissidentes que cabem, também, nos estudos sobre subalternidade, feitos pela Spivak (2010). Tanto os discursos quanto às práticas sociais que foram naturalizadas e marcadas pelo heterossexismo, pelo heteropatriarcalismo e pela heteronormatividade foram pensadas com base no modelo eurocentrado.

Para melhor compreensão do texto no decorrer da leitura, torna-se necessário discorrer sobre os conceitos supracitados: heterossexismo, heteropatriarcado e heteronormatividade. O heterossexismo, segundo Richard **Miskolci** (2017, p. 48), “é a pressuposição de que todos/as são, ou deveriam ser, heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo está nos materiais que mostram apenas casais formados por um homem e uma mulher”. A heteronormatividade “é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (MISKOLCI, 2017, p. 48). Já o heteropatriarcado ou cis-heteropatriarcado é um sistema sociopolítico, no qual a heterossexualidade cisgênera masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e sobre as outras orientações sexuais (TESAURO SEMÂNTICO APLICADO DA UFRGS).

Ainda segundo Spivak (2010), se no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno é a-historicizado e não pode falar, o sujeito subalterno feminino encontra-se em posições ainda mais periféricas, devido às questões de gênero. Imagine quando o sujeito feminino negro é alguém que borra as normas hegemônicas de gênero e sexualidade, como as lésbicas, as travestis e as mulheres trans? Há um apagamento, um silenciamento, uma invisibilidade por romper e borrar várias fronteiras, deixando-as sem direito a falarem e serem

ouvidas. Nesse sentido, a autora inquieta-se com o(a) intelectual que julga poder falar pelo(a) outro(a) e, por meio dele(a), construir um discurso de resistência. Quando os(as) intelectuais agem desta forma, reproduzem as estruturas de poder e opressão mantendo o(a) subalterno(a) silenciado(a), sem lhe oferecer uma posição de onde possa falar e ser ouvido(a).

Considerando esse posicionamento da Spivak, quero sinalizar que não pretendo falar por e pelas pessoas LGBTQIA+. Assumo aqui um lugar social de fala como aliada, mas compreendendo que mesmo consciente e combatendo as opressões contra as pessoas LGBTQIA+, eu continuo sendo beneficiada estruturalmente por ser cisheterossexual, pois não compartilho das mesmas experiências de opressão nas relações de poder que as pessoas não cishetero compartilham (RIBEIRO, 2019). Identifico-me com outros lugares de fala, como mulher negra, pobre, de comunidade rural, me arriscando nas negociações entre minhas várias identidades como ser mãe, trabalhar fora, ser pesquisadora... Compreendo que o meu lugar legitimado de fala, nesse trabalho, é como profissional, representando a instituição CRAS do município da pesquisa, as políticas públicas, a psicologia... E confesso que é desconfortável, muitas das vezes, se implicar nesse processo de autocrítica que serei envolvida ao tecer questionamentos e críticas sobre a política de assistência social, mas considero serem necessárias as provocações e os tensionamentos.

Considerando o meu ser mulher, transgredindo as normativas sociais, por borrar muitas fronteiras impostas a mim e as identidades dissidentes de gênero e sexualidade que participam dessas discussões, Guacira Lopes **Louro** (2019) nos diz que a sexualidade é uma invenção social, já que se constitui historicamente a partir de múltiplos discursos sobre o sexo. Estes discursos regulam, normatizam, instituem saberes e produzem verdades. Desta forma, as identidades de gênero e sexuais são compostas e definidas por relações sociais, são moldadas pelas redes de poder de uma determinada sociedade.

Em uma perspectiva decolonial, María **Lugones** (2008) discute gênero como categoria construída pelo colonialismo. Assim sendo, as categorias homem e mulher recebem significados diferentes em corpos colonizados e não colonizados. Nesta perspectiva, para Camila de Magalhães **Gomes** (2018), sustentar gênero como uma categoria de análise decolonial é percebê-la e produzi-la junto à categoria raça. Desta forma, não tem como

fazermos uma discussão sobre gênero e sexualidade sem questionar e problematizar como a temática nos foi apresentada na perspectiva do pensamento colonialista, nem discuti-la desatrelada das categorias raça, classe, deficiências, religião, nível de escolaridade.

Buscando situar e analisar as discussões de gênero e sexualidade na política de assistência social é que preciso localizar o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) como uma instância pública municipal da assistência social, segundo os documentos normativos e legais, de grande potencialidade no território com capacidade de se tornar um espaço que problematize estas discussões tanto próximas às famílias quanto junto às pessoas LGBTTTQIA+ individualmente e, também nas instituições, inclusive, no próprio CRAS. Mas também preciso localizá-lo como um dispositivo biopolítico, que ordena, prescreve, controla que serve a determinados valores e princípios.

Considerando que o CRAS é uma instituição, um dispositivo, ao compor uma estrutura social preconceituosa e estigmatizante, também reproduz essas práticas e discursos nas suas formas de operacionalizar os serviços socioassistenciais. O trabalho do CRAS é com as famílias. Esse é um imperativo posto em todos os documentos e orientações dos serviços socioassistenciais. Para a Política de Assistência Social, a família além de ser mediadora das relações entre os sujeitos e as coletividades e dos deslocamentos entre o público e o privado, também é caracterizada como um espaço contraditório e, dessa forma, marcada por conflitos e por desigualdades (BRASIL, 2004).

As novas configurações de família estão condicionadas às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e da tecnologia. Diante deste novo cenário, a Assistência Social tem revisitado a discussão do que seja família, já que as suas dimensões clássicas, como sexualidade, procriação e convivência não têm mais o mesmo grau de imbricamento - ou talvez nunca tiveram - que nas sociedades anteriores. Para essa política, a família é um conjunto de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade que superaram a referência de tempo e de lugar para sua compreensão (BRASIL, 2004).

Para Cláudia **Fonseca** (2002), falar de família é evocar um conjunto que dota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido. Ainda segundo ela, devido a essa função

simbólica, a noção de família desempenha um papel pragmático na formulação de políticas públicas. Mas ela alerta para o uso de uma linguagem que não cometa os mesmos erros do modelo hegemônico passado, de homogeneidade das famílias, que recuse hierarquias etnocêntricas, entre famílias “avançadas” versus famílias “atrasadas”, mas que resgate a especificidade de cada configuração. Esse entendimento faz todo sentido para pensarmos nas diversas possibilidades de famílias existentes no território do CRAS.

O objetivo não é apenas frisar, enfatizar as vulnerabilidades e riscos sociais destas, mas também, e especialmente, identificar suas potencialidades, compreendendo que todas as famílias são atravessadas por fragilidades e potencialidades. Na política de assistência social, é muito importante produzirmos esses discursos, para desconstruir uma lógica dominante, que trata de uma política, para seres humanos de menos valia e inferiorizados e, por isso, qualquer coisa serve. É uma lógica assistencialista de forte reprodução ainda entre os poderes públicos e os profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Também precisa problematizar como a mulher é tomada dentro desse formato de família, defendido por essa política, de forma a ocupar a função de auxiliar do Estado na tutela das crianças, adolescentes e idosos(as). Com isso observa como essa política performatiza as feminilizações, através de uma biopolítica da maternidade, naturalizando o cuidado materno (PRISCILA PAVAN **DETONI**; PAULA SANDRINE **MACHADO** E HENRIQUE CAETANO **NARDI**, 2017). O Estado ocupa o lugar do masculino, que manda, que controla, que determina, enquanto a mulher é a subserviente, submissa e determinada ao cuidado, numa lógica bem patriarcal, colonial e heteronormativa.

Geralmente, o CRAS localiza-se em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destina-se à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e presta serviços, programas, benefícios e projetos de Proteção Social Básica às famílias. A Proteção Social Básica previne situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 1993).

O público prioritário do SUAS, entendendo ser também o público do CRAS, são cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidades e riscos, tais como:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal e estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004).

A vulnerabilidade é expressa por diferentes situações que podem acometer os sujeitos em seus contextos de vida, como a ausência ou precariedade no acesso à renda, fragilidades de vínculos afetivo-relacionais e desigualdade de acesso a bens e serviços públicos. A partir deste conceito, as identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual são compreendidas como vulnerabilidades e caracterizam os participantes e as participantes desse trabalho. Mais especificamente, as identidades de gênero e sexuais, que quando sobrepostas a outras situações de subordinação e exclusão como difícil acesso a renda, conflitos familiares e comunitários, riscos de serem violentados fisicamente, tornam as suas existências muito mais vulneráveis aos riscos sociais.

O conceito de vulnerabilidade está atrelado ao conceito de risco social. Betina **Hillesheim** e Lílian Rodrigues da **Cruz** (2018) descrevem o termo risco como uma forma de se relacionar com o futuro, é uma invenção da modernidade. Por mais que existissem perigos nas sociedades feudais, a palavra risco não era uma possibilidade de uso no léxico existente. O conceito nasce incorporado à noção de probabilidade. Anthony **Giddens** (1998) afirma que a noção de risco é uma forma de organizar o tempo, de colonizar o futuro. Nessa perspectiva, Hillesheim e Cruz (2018) assinalam que prevenir é vigiar, antecipar o surgimento de acontecimentos indesejáveis naquelas populações definidas como sendo de risco. Entende-se que diminuindo a vulnerabilidade mediante ações mitigadoras, pode-se diminuir o risco. E quanto maior for à presença de riscos, maior a vulnerabilidade de uma determinada população e maior a possibilidade de alguma ocorrência.

Sobre o público LGBTTTQIA+, o CRAS de uma cidade do interior baiano, espaço dessa pesquisa, possui algumas famílias referenciadas. São famílias ou indivíduos, que em

algum momento, demandaram serviços do equipamento, demandas motivadas desde a vulnerabilidade econômica até conflitos familiares em função da não aceitação da sua identidade de gênero ou sexual.

Destaco que, neste estudo, comprometo-me com as identidades de gênero e sexualidade dissidentes, mas por se tratar de uma discussão dentro das políticas públicas onde a identidade é um marcador importante na elaboração de ações, opero discursivamente com várias terminologias relacionadas aos grupos identitários que se fizerem necessários no momento para melhor compreensão do assunto em tela.

As inquietações que levaram a este trabalho deve-se a minha convivência como técnica social do CRAS por 08 anos. Cabe aqui falar que a psicologia acessa essa política pública, em 2005, por meio da aprovação do SUAS, a qual insere outros(outras) profissionais na rede de prestação dos serviços socioassistenciais, além dos(as) assistentes sociais.

É com a aprovação da Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) ratificando a composição das equipes de referência da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH SUAS), que a psicologia passa a compor, obrigatoriamente, os serviços socioassistenciais em todos os níveis de complexidade (CRP, 2016). Antes disso, esse campo de atuação, era de predomínio exclusivo dos(as) assistentes sociais. Para além de todos os seus desafios, essa política configura-se como um campo de disputa de poder e espaço, principalmente entre essas duas categorias.

Uma por acreditar que essa política é por excelência e por mérito de exclusividade das(os) assistentes sociais, devido a sua história de luta pela consolidação desse campo, e por isso ela detém todo o conhecimento sobre seu funcionamento, resultando numa sobrecarga de trabalho em muitos equipamentos desses(as) profissionais. A outra, pela psicologia ainda estar engatinhando nas discussões em uma perspectiva de atuação desatrelada da clínica, pois, tendo nascido elitista, luta para compreender e atuar posicionada e comprometida social, política e eticamente. Em muitos equipamentos, a convivência dessas duas categorias nas equipes tem sido conflituosa. No entanto, na busca pela hegemonia e soberania de alguns campos por essas categorias, os respectivos conselhos têm travado algumas lutas

conjuntamente. Uma das mais recentes foi pela presença do/da psicólogo/a e do/da assistente social na política educacional do país.

Na minha perspectiva e experiência, a relação com as assistentes sociais é imprescindível e tem sido exitosa. Não posso afirmar por elas! Mas é importante mencionar, que por trabalhar há mais tempo, e ter uma rotatividade de assistentes sociais, ficava sob minha responsabilidade passar as informações e os conhecimentos do trabalho do equipamento. Todas que trabalhei chegaram sem nenhuma experiência profissional na área. Dessa forma, encontravam em mim uma referência e um aporte para começar seus primeiros passos na assistência. Talvez, em função dessa dependência nos permitimos uma relação de reciprocidade e cumplicidade.

Como técnica social, seja por meio das visitas domiciliares, seja por atendimentos particularizados, é frequente a escuta com pessoas angustiadas, inseguras, em sofrimento, diante da resistência familiar, da sociedade e dos(as) profissionais em aceitar e respeitar suas identidades de gênero e sexuais. Muitas atitudes e comportamentos são percebidos, dentre os quais, silenciar-se, anular-se, isolar-se, que nas perspectivas deles(as) são compreendidas como forma de proteger a família ou se proteger do que possam sofrer frente a ameaça lesbo-homo-bi-transfóbica.⁵

Todo este emaranhado de emoções e desconhecimento provoca sofrimento e interpelações sociais, psicológicas e culturais tanto nas pessoas LGBTTQIA+, quanto nas famílias e nos/nas profissionais. Estas relações conflituosas e/ou de sofrimento envolvendo as pessoas LGBTTQIA+ são intensificadas quando se considera a sobreposição de outros marcadores sociais como classe social, raça, nível de escolaridade, religião e deficiência. Os grupos em situação de marginalização relacionados a estes marcadores sociais são o que caracteriza, em sua grande maioria, as famílias atendidas pelo CRAS, acrescida às várias novas configurações familiares presentes no território.

A psicologia tem encabeçado importantes lutas em favor das pessoas LGBTTQIA+, por entender que as expressões de gêneros e sexualidades são componentes, entre tantos

⁵ Termo usado quando se referir às formas de preconceito direcionado às identidades de gênero e orientação sexual dissidentes.

outros, que constituem a subjetividade humana, por isso não pode ser patologizada ou demonizada. Frente a esse posicionamento, entendo que onde a psicologia esteja atuando, ela precisa se comprometer em combater preconceitos e estereótipos. Sempre me vi incumbida dessa responsabilidade dentro do espaço do CRAS, enquanto técnica social.

Este estudo apresenta relevância acadêmica e social. Em nível acadêmico, devido aos poucos trabalhos publicados discutindo as relações entre as pessoas LGBTTQIA+ e os(as) profissionais do CRAS. Foi possível constatar as lacunas nas publicações quando consultados o Banco de Teses e Dissertações (BTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), por meio dos descritores CRAS, assistência social e profissionais do CRAS combinados a diversidade sexual, LGBTTQIA+, e LGBTTQIAfobia. Os resultados desta busca forneceram duas dissertações e uma tese que apresentaram discussões mais próximas do que pretende essa pesquisa, que são as relações construídas entre a comunidade LGBTTQIA+ e os(as) profissionais do CRAS. Veja a síntese dessa busca no quadro 1.

Quadro 1 – Dissertações e teses encontradas no banco de dados da BDTD e da CAPES

PUBLICAÇÃO/ AUTORA/ ANO	TÍTULO	OBJETIVO GERAL	METODOLOGIA	ÁREA E REGIÃO
Dissertação Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro e Silvana Mara de Moraes dos Santos 2014	Assistência Social, para quem e para quem? Uma análise acerca do atendimento às populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB	Analisar a direção social que assume o atendimento realizado à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do município de João Pessoa-PB, notadamente por meio das respostas dadas pelo Serviço Social às demandas postas no campo da diversidade sexual.	Delimita-se como investigação de caráter qualitativo, realizada por meio de entrevistas de assistentes sociais e um representante do movimento LGBT no município. Para a análise dos dados, foi utilizada a interpretação de conteúdo, definida por Bardin.	Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
Dissertação Rafaela Rocha da Costa e Maria de Fátima Pereira Alberto 2015	Trabalho Social com Famílias: discursos proferidos pelos profissionais do Centro de Referência da Assistência Social	Analisar os discursos sobre família proferidos pelos Psicólogos(as) e Assistentes Sociais que atuam nos CRAS de João Pessoa-PB e os efeitos de sentido produzidos na prática.	Utilizou-se documentos, questionários, entrevistas abertas e diário de campo. Procedeu-se análise de conteúdo, contagem de frequências e Análise Crítica do Discurso baseada na perspectiva pós-estruturalista Foucaultiana, também base teórica da dissertação. Foram analisados sete relatórios, 36 participantes responderam ao questionário e dez à entrevista.	Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba
TESE Priscila Pavan Detoni e Henrique Caetano Nardi 2016	A produção performativa do gênero nas práticas da assistência social	Compreender a produção performativa do gênero no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a partir da descrição das práticas discursivas que tangenciam os marcadores sociais de gênero e sexualidade no espaço de um Centro de Referência de	Teoricamente, este estudo situa-se no campo da Psicologia Social e Institucional, em sua vertente pós-estruturalista e baseia-se, principalmente, nas teorias de Michel Foucault e Judith Butler. A metodologia foi guiada pela abordagem etnográfica e pela análise das formações discursivas. O corpus foi constituído por observações e descrições do campo, além de	Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

		Assistência Social (CRAS), equipamento de Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	entrevistas realizadas com trabalhadores/as e usuários/as de um CRAS situado em Porto Alegre- RS-Brasil, entre os anos de 2014 e 2015.	
--	--	---	---	--

Fonte: AUTORA, 2020

Na dissertação intitulada “Assistência Social, para quê e para quem? Uma análise acerca do atendimento às populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB”, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Jéssyka Kaline Augusto **Ribeiro** e Silvana Mara de Moraes dos **Santos** (2014) analisam o atendimento às populações LGBT, realizado pelo serviço social (assistentes sociais), porém no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). O CREAS é um equipamento da Proteção Social Especial, que atende indivíduos com direitos violados. No estudo supracitado, foram contemplados apenas os(as) assistentes sociais, já os(as) demais profissionais da equipe, como psicólogos(as) e outros(as) de nível médio não fizeram parte desta pesquisa. As autoras revelam que tinham objetivo primeiro de entrevistar as pessoas LGBTTQIA+ usuárias da PNAS, mas devido à dificuldade de localizá-la, optou por entrevistar um representante da comunidade LGBTTQIA+ no município.

Rafaela Rocha da **Costa** e Maria de Fátima Pereira **Alberto** (2015), em pesquisa realizada em João Pessoa – PB, analisaram na dissertação intitulada “Trabalho Social com Famílias: discursos proferidos pelos profissionais do Centro de Referência da Assistência Social” do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba, que nos discursos dos(as) assistentes sociais e psicólogos(as) são raras as vezes que são citadas as famílias homoafetivas. Quando surgem, os significados de família foram proferidos a partir da comparação com a concepção da família nuclear, tradicional, logo sendo desestruturada. O trabalho também não aborda a relação entre os(as) profissionais e o público atendido LGBTQIA+.

Na tese intitulada “A produção performativa do gênero nas práticas da assistência social”, defendida no Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Priscila Pavan **Detoni** e Henrique Caetano **Nardi** (2016) compreendem a produção performativa do gênero no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), descrevendo como acontecem os acolhimentos, atendimentos, encaminhamentos, reuniões e discussões nesse equipamento para as diferentes populações, incluindo a comunidade LGBTTQIA+. No entanto, a tese completa não foi encontrada, nem nas bases de dados de teses e dissertações nem no site específico do programa, mas pela

leitura do resumo é a que mais se aproxima da proposta deste estudo. O corpus do trabalho foi constituído por observações e descrições do campo, além de entrevistas realizadas com trabalhadores/as e usuários/as de um CRAS situado em Porto Alegre - RS, a partir de uma metodologia etnográfica.

Quanto aos resultados, os trabalhos encontraram práticas que endossam a feminização do trabalho do CRAS, com discussões voltadas para gênero apenas relacionado à mulher cisgênera, invisibilizando a comunidade LGBTTTQIA+ presente em seus territórios. Também foram presentes as intervenções biopolíticas de controle, pautadas em modelos patriarcais e estereotipados, além do predomínio de oficinas de atividades domésticas que privilegiam o trabalho informal e determinam lugares específicos para as mulheres cisgêneras, no caso, o doméstico.

E sobre a comunidade LGBTTTQIA+, os discursos predominantes foram de estigmatização ou como sinônimo de famílias desestruturadas, unindo-se às demais classificações de famílias que fogem ao modelo tradicional eurocentrado. Ainda se trata de uma visão muito estereotipada das famílias LGBTTTQIA+. Nesta busca, a partir das palavras-chave utilizadas, não foram encontrados trabalhos em programas de Pós Graduação na Bahia, o que torna esta pesquisa importante para o nosso contexto.

Na dimensão social, a relevância se dá devido a importância de compreender os anseios, medos, dificuldades encontradas pelos(as) LGBTTTQIA+ e provocar a Política de Assistência Social, por meio do CRAS, a pensar e efetivar ações no território que atendam este público nas suas especificidades, considerando que o CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. Pois mesmo constando (e restringindo ao mesmo tempo) em seus documentos as identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual como públicos prioritários, ainda são ínfimas e diminutas as ações direcionadas para esse grupo, além da observada resistência em sua execução e implantação nos territórios pela gestão e equipes de profissionais. A relevância, então, se dá no sentido de fomentar a criação e implementação de mais políticas públicas voltadas à comunidade LGBTTTQIA+, no âmbito da assistência social, de forma mais específica e contextualizada.

Em relação aos instrumentos de controle de atendimentos dessa política apenas o prontuário do CadÚnico consta o campo nome social em esfera federal. No âmbito estadual,

instrumentos de controle mensal de atendimento, como o Registro de Acompanhamento Físico (RAF) (ANEXO 2), apresenta o campo para sinalizar quantas famílias LGBTTQIA+ foram atendidas no mês, já o instrumento de controle federal, chamado Registro Mensal de Atendimento (RMA) (ANEXO 1), não dispõe de nenhum campo para sinalizar, denunciando a partir dessa invisibilização uma noção classista empreendida por essa política em sua dimensão nacional, pois preocupa-se com dados apenas relacionados ao marcador social classe.

Diante do exposto sobre gênero e sexualidade e do espaço do CRAS que configura o campo dessa pesquisa, apresento as seguintes questões norteadoras desta pesquisa:

Quais as relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade construídas entre a comunidade LGBTTQIA+ e os(as) profissionais do CRAS em uma cidade no interior da Bahia?

Como as pessoas LGBTTQIA+ percebem/compreendem essas relações construídas com os(as) profissionais do CRAS, numa cidade no interior da Bahia?

Com o propósito de tensionar e problematizar esses questionamentos, elegemos como **objetivo geral deste estudo: analisar a dinâmica das relações étnicas/raciais, de gênero e sexualidade construídas entre a comunidade LGBTTQIA+ e os(as) profissionais do CRAS, de uma cidade no interior da Bahia.** Buscando responder ao objetivo acima foram traçados os seguintes **objetivos específicos: descrever como as interseccionalidades subalternizadas vivenciadas pela comunidade LGBTTQIA+ tais como etnia/raça, baixa escolaridade, religião de matriz africana e classe interferem na relação construída com os(as) profissionais do CRAS; compreender quais são as dificuldades e desafios encontrados pelos(as) profissionais do CRAS para desenvolver ações com a comunidade LGBTTQIA+ e analisar as demandas específicas da comunidade LGBTTQIA+ em relação ao CRAS.**

O texto segue organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo descreve o trilhar metodológico, discutindo as perspectivas teóricas da pesquisa, a caracterização do espaço do CRAS, os instrumentos de produção do material empírico, os/as sujeitos/as participantes e os aspectos éticos que envolvem a pesquisa com seres humanos. Os três capítulos seguintes foram construídos a partir dos resultados obtidos por meio dos formulários, dos registros

narrativos da pesquisadora e das entrevistas com as/os profissionais do CRAS e com as pessoas LGBTTQIA+.

O segundo capítulo analisa os perfis identitários atravessados pelas questões étnicas/raciais, de religião, classe e gênero dos(as) profissionais do CRAS investigado neste trabalho e seus discursos sobre si e sobre a assistência social. O terceiro capítulo inicialmente faz uma imersão discursiva sobre políticas públicas, biopoder/biopolítica, racismo de estado e necropolítica para compreender como o CRAS se localiza nessa dialógica, se configurando como um dispositivo de poder, controle e por que não de morte em relação às pessoas LGBTTQIA+. Em seguida analisa o discurso dos profissionais do CRAS sobre as pessoas LGBTTQIA+, sobre as dificuldades e os desafios para atendê-las e, também, sobre as propostas de ações para as pessoas LGBTTQIA+ proferidas pelas/pelos profissionais do CRAS.

O quarto capítulo discorre brevemente sobre a construção das políticas públicas LGBTTQIA+ no Brasil, sinalizando alguns direitos conquistados em várias frentes de lutas. Aborda e discute o perfil identitário, os desejos e conflitos das pessoas entrevistadas e, por fim, analisa seus discursos proferidos sobre os atendimentos dos/das profissionais do CRAS, assim como as propostas e sugestões para que o CRAS possa melhor assisti-las.

2 – O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO: AVENTURAS DE UMA PESQUISADORA

Nesse capítulo, descrevo o caminho metodológico discutindo as perspectivas teóricas pós-estruturalista, pós-crítica e decolonial da pesquisa. Também descrevo o espaço do CRAS, lugar onde a pesquisa foi feita, os instrumentos de produção do material empírico, os(as) sujeitos(as) participantes, as bases teóricas das análises e os aspectos éticos que envolvem esta pesquisa. Por fim, abordo como o escrever se constitui como um ato de resistência.

2.1 - As nossas perspectivas...

Este estudo sobre a comunidade LGTBTTQIA+ e os(as) profissionais do CRAS ancora-se nas perspectivas pós-estruturalista, pós-crítica e decolonial. Confesso que se comprometer com essas perspectivas não é tarefa fácil, nem confortável, principalmente pelas desconstruções que são necessárias, considerando que fomos produzidas pelo modelo positivista de ciência, que almejava verdades absolutas, leis universais, domínio disciplinar e padronizações.

Mas, no lugar de aspirante à pesquisadora, me lanço nessa travessia buscando no caminhar, aprender e fazer o caminho. Nesse percurso, Guacira Lopes Louro (2018, p. 16) nos lembra de que “a imprevisibilidade é inerente”. Em outro texto intitulado *Conhecer, pesquisar, escrever...*, Louro (2007) nos fala que é necessário praticar o autoquestionamento constantemente e aprender a operar com a provisoriedade, com o transitório e com o mutante. Nesse movimento, precisamos abandonar a pretensão de dominar todo conhecimento acerca de um assunto ou de uma questão, pois a tarefa de conhecer é sempre incompleta.

Assumo minha incompletude, minha impossibilidade de dominar os conhecimentos desses estudos, de trabalhar com verdades e, também assumo que em alguns momentos posso ser traída por uma linguagem completamente incoerente com as perspectivas. Ao construir o caminho, caminhando, às vezes tomamos atalhos incertos, rumos que parecem seguros por vezes, arriscamos e podemos desviar do caminho, da proposta. Penso que trilhar esse caminho

é desnudar em muitos sentidos, por meio da escrita, deixando falar questões que silenciamos por uma vida, transparecendo nossas potencialidades, mas também nossas fragilidades. Nós nos desnudamos, não falamos de um lugar de observador(a) apenas, falamos de nós!

Não tinha uma definição familiar sobre a perspectiva pós-estruturalista, até traçar como objetivo fazer a seleção do mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié. Isso foi em 2016, quando fiz a seleção pela primeira vez. Já fazia críticas sobre a perspectiva positivista em outros espaços que discuto sobre a Psicologia, já tinha trabalhado com outros autores que se enveredam pelo caminho da pós-modernidade como Edgar Morin e Boaventura de Souza Santos, mas a mim era estranho a terminologia pós-estruturalista. Olha que interessante! Nós já tínhamos nos encontrado nas fronteiras do saber, contrabandeando conhecimento, como Morin se refere, ao criticar a simplificação do conhecimento por meio dos métodos simplistas da modernidade e defendendo o pensamento complexo.

Ainda que esses autores não nomeiem o que estão propondo nem se auto intitulem de pós-estruturalistas, mas falam de uma desestabilização da forma de conhecer da modernidade, algo pretendido também por quem se envereda pelos olhares pós-estruturalistas. Nessa seleção não fui aprovada. Em 2018, me preparei e organizei para fazer a seleção. Dessa vez, me aprofundi um pouco nas leituras pós-estruturalistas e foi quando começou a fazer sentido para mim todos os questionamentos feitos sobre os métodos positivistas, que tanto fazia nas aulas da disciplina de Psicologia Social que lecionava. E cada vez que lia, ficava mais angustiada, porque chegava à conclusão de que não dominaria com absolutismos e certezas (conforme aprendi) suas formas de operacionalizar na escrita e na vida.

De imediato, me remeteu às discussões de identidades que são tão caras a nós psicólogas/os, principalmente, no campo da psicologia social, que costumamos pensar a partir do psicólogo social Antônio da Costa **Ciampa**. Ele defende a identidade como movimento, como desenvolvimento do concreto (realidade concreta), como metamorfose, mas também, como uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, porém una (CIAMPA, 2004). Assim sendo, como uma teoria estática pode capturar, compreender esse ser vivo, dinâmico e metamorfo? Estando no mestrado que aprofundo um pouco mais e começo a identificar que as pesquisas relacionadas a gênero e sexualidade buscam majoritariamente trabalhar com essa

perspectiva. Nesse sentido Louro (2007) defende que ao adotar essa perspectiva, precisamos admitir que as identidades de gênero e sexuais também são instáveis, históricas, plurais, descentradas e fragmentadas.

A perspectiva pós-estruturalista nos instiga a abandonar a aspiração de dominar um assunto ou uma questão, não estamos interessadas (os) em produzir verdades, pois a tarefa de conhecer é incompleta e infinita. Nesse sentido, promover a polêmica, a discussão e o dissenso podem ser um modo bem interessante de sacudir o estabelecido, pode também contribuir para provocar mudanças nas convenções e regras (LOURO, 2007). Neste intuito, de desconstrução, de questionamentos e de se colocar no lugar de não saber, que, enquanto pesquisadora, me lanço nesse desafio, acreditando na pluralidade dos sujeitos e dos seus saberes. É preciso considerar e aceitar a impossibilidade do meu olhar e da minha linguagem em capturar de maneira segura, completa e definitiva sujeitos tão diversos e cambiantes, conforme nos lembra de forma provocativa a Dagmar E. Estermann **Meyer** e Rosângela de Fátima **Soares** (2005).

Estas autoras nos lembram de que é por meio da linguagem que se produzem e operam os mecanismos e as estratégias de identificação e de diferenciação que hierarquizam e constituem as bases das desigualdades sociais. Para a perspectiva pós-estruturalista, a linguagem é um dispositivo valioso e alvo de suas análises, pois se entende que os discursos produzem sujeitos, posicionando-os em lugares, autoconstruídos ou construídos para outros. Diante de uma sociedade marcada pelo binarismo, principalmente, no que tange ao tema desta pesquisa, Louro (2007) alerta que quando o campo de pesquisa é o de gênero e sexualidades, as resistências à perspectiva pós-estruturalista ficam potencializadas, porque esta abordagem se contrapõe ao desejo pelas verdades universais, seguras e estáveis.

Podemos estabelecer diálogos entre as perspectivas pós-estruturalista e pós-críticas. Marlucy Alves **Paraíso** (2012) ao discorrer sobre as pesquisas pós-críticas apresenta alguns pressupostos bem interessantes para pensarmos esse modo de pesquisar. Um desses pressupostos é que as pesquisas que se enveredam pela perspectiva pós-crítica consideram que as relações sociais são atravessadas não apenas pela categoria de classe social e, por isso, operam com outros marcadores sociais, muitas vezes de forma interseccional, como gênero, etnia/raça, sexualidade, geração, regionalidade e entre outros.

Dentre esses, ela nos tensiona ao enunciar que a verdade é uma invenção, uma criação, coadunando com as ideias de Foucault. Nesse sentido, precisamos pesquisar considerando que todos os discursos são parte de uma luta para construir as próprias versões de verdades, inclusive aqueles resultantes das nossas análises e das nossas investigações. Sendo assim, todo discurso pode ser interrogado e problematizado, assim também como precisamos compreender que os nossos discursos disputam espaços com muitos outros discursos. Portanto, cabe às(aos) pesquisadoras(es) que se aventuram nas pesquisas pós-críticas analisar as relações de poder que potencializaram a produção do discurso nas suas investigações e mostrar com quais outros discursos se articulam ou se conflitam.

Ainda segundo Paraíso (2012), nas pesquisas pós-críticas nos arriscamos a brincar metodologias e articular saberes e, a partir dessa desterritorialização metodológica e teórica, pensamos articular as perspectivas pós-estruturalistas e pós-crítica com a perspectiva decolonial. A colonização foi um grandioso empreendimento de dominação epistemológica, econômica e política. Por meio de projetos autoritários se impôs modelos de pensamento apresentados como universais e civilizados. Para alcançarem êxito foi praticado um verdadeiro epistemicídio, etnocídio e genocídio dos povos colonizados. Entre a colonização e a civilização existe uma distância absurda, “de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar em um só valor humano” (AIMÉ CÉSAIRE, 1978, p. 15-16).

A construção das noções de inferioridade e de superioridade dos povos, por meio da ciência, pautada no racismo do século XIX, constituiu-se em um acúmulo teórico de diferentes disciplinas que se dedicam à classificação e à diferenciação dos homens. Havia uma necessidade econômica, política e epistemológica “de classificar, compreender, identificar, catalogar a diversidade humana, a alteridade, ou seja, o outro” (CARNEIRO, 2011, p. 153). Na lógica colonialista ocidental, o Outro não tinha voz, porque era primitivo, logo, precisava que Eles (colonizadores), autointitulados civilizados, falassem pelos subalternos. E assim construíram as metanarrativas sobre Nós a partir do olhar do Outro.

Tomando essa discussão como pano de fundo, pretendo imprimir nesse texto um protagonismo enquanto mulher negra, da roça e pobre. Entendo que o processo de descolonização demanda tempo, mas tentarei aqui sempre que acessível ao nível da

consciência, fugir desse lugar de produzir verdades universais ou escrever de forma impessoal, positivista e neutra.

Nelson **Maldonado-Torres** (2019, p. 28) acredita que adotar a perspectiva decolonial é manter a colonialidade sempre como horizonte de luta e compreender que “a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política”. Dessa forma, operar com discursos é também ser capaz de identificar esse processo colonizador nos temas que interessam essa pesquisa. Além das(dos) autoras(es) citadas acima, muitos outras(os) me ajudam a pensar e construir esse texto numa perspectiva decolonial como: Lélia Gonzalez, Gayatri Chakravorty Spivak, Maria Lugones, kabengele Munanga, Glória Anzaldúa, Achille Mbembe, apenas para citar algumas/alguns.

O embaralhar e a não linearidade foram presentes no meu processo de escrita, pois o exercício de ir e vir no texto, nas leituras e nos discursos transcritos, enunciam a provisoriabilidade dos saberes e a coexistência de distintas verdades. Nesse movimento adquirimos outros conhecimentos, avançamos nas leituras e debruçamos sobre as análises. Também investimos em revisitar o texto, por inúmeras vezes, para acrescentar algo, outras vezes retirar ou ainda conciliá-los. Por meio desse exercício percebemos que o texto está em aberto, sendo possível modificá-lo. O texto é vivo!

2.2 - O espaço do CRAS

O CRAS deste trabalho é interiorano, localizado numa cidade de 8.305 habitantes, segundo dados do IBGE (2010), com apenas 31 anos de emancipação política. Este município localiza-se no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá/BA e apresenta características bem peculiares, que podem ser percebidos durante as discussões, por meio dos discursos das(dos) sujeitas/os.

Devido ao número de habitantes, é um CRAS de pequeno porte I⁶, pois está implantado em uma cidade com menos de 20.000 habitantes, com capacidade para referenciamento de até 2.500 famílias. A equipe exigida deve ser composta por, no mínimo, dois técnicos de nível superior, dois técnicos de nível médio, mais o coordenador (BRASIL, 2007). No entanto, a equipe deste CRAS, na época da pesquisa, era composta por cinco profissionais de nível superior (três técnicas, uma coordenadora do CRAS e uma supervisora do Programa Primeira Infância no SUAS), doze profissionais de nível médio (duas orientadoras do SCFV, sete visitadoras do Programa Primeira Infância no SUAS, uma gestora e duas entrevistadoras⁷ do Programa CadÚnico e Bolsa Família) mais três profissionais de apoio em que não é exigida a formação mínima (agente de portaria e merendeiras).

O trabalho com famílias ou grupos no CRAS acontece por meio de escutas particularizadas, atividades em grupos, busca ativa e visitas domiciliares. O objetivo primordial é a construção do vínculo entre indivíduos/famílias/grupos e a(o) profissional de referência no serviço socioassistencial desejado pelas(os) usuárias(os), que pode ser um(a) profissional de nível superior ou de nível médio. Para compor a equipe técnica de nível superior, obrigatoriamente exige ser uma pessoa com formação em Serviço Social e uma pessoa com formação em Psicologia. Essa composição tem sido a predominante na maioria dos equipamentos (CRAS, CREAS, entre outros) que compõem a rede socioassistencial em todo o país.

O CRAS desta pesquisa é composto por uma equipe técnica de nível superior formada por duas assistentes sociais e uma psicóloga (pesquisadora). Conforme resolução nº 17, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), de 20 de junho de 2011, outros(as) profissionais podem compor esta equipe como pedagogas(os), sociólogas(os), antropólogas(os), advogadas(os), economista doméstico(a), terapeuta ocupacional e

⁶ Para fins de partilha dos recursos da União, a NOB-SUAS/2005 e a PNAS (2004) estipulam o número mínimo de CRAS de acordo com o porte do município. Determina ainda dimensões de território, definidos por um número máximo de famílias nele referenciadas, a saber:

Pequeno Porte I (até 20.000 hab) – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas

Pequeno Porte II (de 20.001 a 50.000 hab) – mínimo de 1 CRAS para até 3500 famílias referenciadas;

Médio Porte (de 50.001 a 100.000 hab) – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;

Grande Porte (de 100.001 a 900.000 hab) – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5000 famílias referenciadas;

Metrópoles (mais de 900.000 hab) – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas.

⁷ Uma dessas entrevistadoras também exerce a função de orientadora social.

musicoterapeuta, dependendo da especificidade do serviço ofertado em cada equipamento (CNAS, 2011). Em todas as atividades o resguardo do sigilo é um impositivo.

Os programas, serviços, benefícios e projetos realizados neste CRAS são: Programa Primeira Infância no SUAS (PPI/SUAS); Programa Bolsa Família (PBF); Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos(as) e pessoas com deficiência; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Benefícios Eventuais – BE (alimentação, aluguel social, pagamentos de contas de luz/água, auxílio maternidade, auxílio funeral, documentação civil e passagens); Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); BPC na escola, além da concessão de isenções para documentação civil, encaminhamentos para rede socioassistencial (setores dentro da própria assistência como CadÚnico, Conselho Tutelar, por exemplo), encaminhamentos para outras políticas públicas (INSS, Ministério Público, Saúde, Transporte, Educação etc). Esses encaminhamentos são para acesso ao Passe Livre, Carteira do Idoso, inscrição ou atualização do CadÚnico, entre outros.

Os serviços possuem caráter continuado e obrigatório, ou seja, são continuamente ofertados, diferente dos programas e projetos, que possuem data para iniciar e terminar. Os benefícios assistenciais são um direito do(da) cidadão(ã) em situações que o indivíduo não possui meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família, e também nos casos em que necessidades surgiram de forma inesperada, precisando suprir temporariamente a indisponibilidade de recursos do usuário. A proteção social básica é quem oferece os benefícios, e eles são divididos em: Benefício de Prestação Continuada e Benefícios Eventuais.

2.3 – Os(As) sujeitos(as) de pesquisa e os instrumentos de produção do material empírico

Para realizar esta pesquisa foram tomados como universo as pessoas LGBTTTQIA+ referenciadas no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), em uma cidade do interior da Bahia e as(os) profissionais que trabalham neste mesmo CRAS.

Após a identificação das pessoas LGBTTQIA+ no território do CRAS com base nos referenciamentos dos serviços socioassistenciais, o primeiro passo foi aproximar-me mais delas para conquistar a concordância para participação na pesquisa. Essa interação é uma condição necessária para este tipo de pesquisa que tem a intenção de construir uma relação que se prolongue no fluxo do tempo e na pluralidade dos espaços sociais vividos pelas pessoas participantes do estudo (ANA LUIZA CARVALHO DA **ROCHA**; CORNELIA **ECKERT**, 2008).

Nos primeiros momentos foram detalhados os objetivos da pesquisa para cada participante, apresentadas as credenciais institucionais da pesquisadora, informado(a) sobre a garantia do sigilo e anonimato que estava transcrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Foi interessante compreender este encontro, como o de negociação, transformando-as em parceiras(os) deste projeto de investigação, partilhando a pesquisa, acordando os locais, dias e horários das entrevistas. Como a pesquisa se deu numa instituição, foi necessária a autorização da coordenadora do CRAS.

Com o projeto de pesquisa aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade do Sudoeste da Bahia (UESB), sob o número 3.668.767, de 29 de outubro de 2019, o TCLE foi assinado pelos(as) participantes que aceitaram participar do trabalho. Também foi assinado o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Depoimentos (APÊNDICE E).

As ferramentas metodológicas das pesquisas pós-críticas são construídas, fabricadas, ressignificadas e inventadas. São ferramentas que já conhecemos, porém, sem deixar de imprimir a nossa identidade metodológica pós-crítica, pós-estruturalista e decolonial. Neste trabalho utilizamos o formulário, a entrevista e o registro das narrativas da pesquisadora.

Para as(os) vinte profissionais que trabalham no CRAS (entre equipe técnica de nível superior, equipe de nível médio e pessoal de apoio) foi aplicado um formulário, visando construir um perfil sociodemográfico da equipe. De acordo com Gil (2002), o formulário é uma ferramenta de produção de informações em que o(a) pesquisador(a) formula questões prévias, questiona a(o) entrevistado(a) e anota as respostas dadas por ele(a). O formulário encontra-se em apêndice H.

Após aplicar o formulário, alguns/algumas das(os) profissionais foram escolhidos(as) para serem entrevistadas(os). Segundo Maria Cecília de Souza **Minayo** (2009) as entrevistas são as estratégias mais usadas no trabalho de campo e consistem em uma conversa a dois ou entre vários(as) interlocutores(as), realizadas por iniciativa do(a) entrevistador(a) objetivando construir informações pertinentes para o objeto de pesquisa. As entrevistas não foram e nem são simplesmente um momento de perguntas e respostas frias e neutras. O roteiro da entrevista com as(os) profissionais do CRAS encontra-se em Apêndice F.

A maioria das entrevistas aconteceu no CRAS, entre os meses de outubro de 2019 a março de 2021, nos turnos ou horários que o equipamento não estava aberto ao público. Uma entrevista aconteceu em uma escola, por ser próxima da residência da pessoa entrevistada. Os momentos de entrevistas foram experiências riquíssimas, se constituindo em oportunidades de trocas de conhecimento, de partilha para além dos objetivos da pesquisa. Foram momentos de afetação!

Conhecer as histórias de vida e as percepções que as(os) participantes tinham da assistência social mobilizaram em mim alegrias, mas também angústias ou inseguranças. As angústias ocorriam por perceber que muita(os) profissionais do CRAS desconheciam a política de assistência social. As inseguranças foram principalmente com as pessoas LGBTTQIA+, por receio de falar algo que as magoassem ou provocasse desconforto.

As(Os) profissionais do CRAS entrevistadas(os) foram duas técnicas sociais, com formação em Serviço Social (assistentes sociais), que compõem a equipe técnica de nível superior do CRAS. A terceira pessoa foi uma orientadora social, responsável por um dos grupos do SCFV que participa uma pessoa LGBTTQIA+. Essa orientadora social também é entrevistadora do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A quarta profissional foi a gestora do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. O quinto participante foi um visitador social que trabalha no Programa Primeira Infância no SUAS (PPI/SUAS). As três últimas pessoas compõem a equipe de nível médio, pois não são exigidas graduações para exercício da função.

A escolha dessas(es) profissionais se deu devido ao seu contato direto com os públicos prioritários da política da assistência social, incluindo as pessoas LGBTTQIA+, seja por meio

de demandas espontâneas, visitas domiciliares, busca ativa ou nas atividades coletivas desenvolvidas nos grupos.

Já as pessoas LGBTTTQIA+ participantes da pesquisa foram duas mulheres trans heterossexual e uma mulher cisgênera bissexual referenciadas no CRAS, identificadas por meio de minha atuação. Havia a intenção de entrevistar mais pessoas LGBTTTQIA+ (um adolescente gay e um gay negro com deficiência), porém por conta da pandemia e, por questões de segurança, optamos trabalhar só com as três entrevistas das pessoas que não pertenciam aos grupos de riscos. Os critérios de inclusão foram: autoidentificar-se como LGBTTTQIA+ e ser atendido(a) por algum serviço, programa, benefício ou projeto no CRAS. Foram pessoas de famílias que estavam inscritas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Programa Bolsa Família - PBF, Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, Benefício de Prestação Continuada – BPC e benefícios eventuais.

A intenção deste trabalho era realizar a observação participante por meio da etnografia. A observação participante é o processo pelo qual o(a) pesquisador(a) se coloca como observador(a) de uma situação social, com finalidade de realizar uma investigação científica. O(A) observador(a) fica em relação direta com seus(suas) interlocutores(as) no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social do grupo, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de produzir as informações e compreender o contexto da pesquisa. Por fazer parte do contexto modifica-o, assim como é modificado (MINAYO, 2009).

No entanto, devido aos decretos nacionais, estaduais e municipais, suspendendo as atividades presenciais não emergenciais por conta da pandemia do Covid-19 (BRASIL, 2020a; BAHIA, 2020), essa metodologia foi prejudicada. Sendo assim o meu contato só foi possível com os(as) profissionais do CRAS, porque continuamos em convivência devido ao trabalho, ainda que em jornadas de trabalho reduzidas, já que a assistência social não parou na pandemia.

Os atendimentos com as pessoas LGBTTTQIA+ ou suas famílias foram bem poucos. Estes aconteceram de forma remota, por meio do aplicativo Whatsapp e ligações telefônicas. Os poucos atendimentos presenciais e visitas domiciliares eram agendadas, previamente, considerando a especificidade e necessidade do serviço, além de nos atentarmos ao número de

peças por turno para que não houvesse aglomeração na recepção. Todas as atividades grupais foram suspensas. O cenário não era propício para uma imersão etnográfica, considerando a própria segurança das(dos) usuárias(os).

Frente a esse contexto pandêmico não foi possível fazer uso do diário de campo nessa pesquisa. Porém, fiz uso dos registros das minhas narrativas presenciadas no CRAS durante os anos de atuação nesse espaço. Acessando minhas memórias, lembrei-me de situações que pude empregar no texto corroborando com os enunciados apresentados pelas pessoas LGBTQIA+. Os episódios narrados aconteceram entre os anos de 2017 a 2021.

Nos registros constam falas testemunhadas em supostas brincadeiras, piadas, decisões e, também de atendimentos às pessoas LGBTQIA+ e suas famílias que tocavam diretamente algum tema de interesse desse trabalho.

2. 4 - As nossas análises...

A análise das informações foi feita com base na Análise do Discurso de Foucault. Segundo ROSA MARIA BUENO FISCHER (2001), para analisar os discursos, na perspectiva de Foucault, precisa-se “antes de tudo recusar explicações unívocas, as fáceis interpretações e igualmente a busca insistente do sentido último ou do sentido oculto das coisas” (FISCHER, 2001, p. 2). Analisar o discurso é dar conta das relações históricas, de práticas muito concretas, que estão “vivas” nos discursos. O falar e ver constituem práticas sociais e estão imersas nas relações de poder e saber que se implicam mutuamente em enunciados e visibilidades, textos e instituições. Logo, não trata de buscar verdades universais sobre o tema em tela.

Os principais pontos para explicitação da Análise do Discurso são os conceitos de enunciado, prática discursiva e não-discursiva, formação discursiva e interdiscursividade. O enunciado se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem (FISCHER, 2001, p. 31), “ele é sempre um acontecimento, que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”. Trata-se de “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que estas pareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (MICHEL FOUCAULT, 2008, p. 98).

Para Foucault:

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 2019, p. 31).

A Análise do Discurso revela as relações de poder e saber existentes nos vários discursos, entre aqueles ditos, não ditos e em suspeitas. E ainda, porque alguns são autorizados falar enquanto outros são silenciados, lembrando que os silêncios também são discursos.

2.5 – Por que escrevo?

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (GLÓRIA ANZALDÚA, 2000, p. 232)).

Aproprio-me do texto *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*, de Glória Anzaldúa (2000) para transcrever o que significa o ato de escrever para minha trajetória de vida e finalizar esse capítulo. O escrever é um ato de resistência. Mas esse escrever não é qualquer escrever, é ato impregnado de mim, forjado por uma escrita que na maioria das vezes foge da escrita convencional, que provoca estranheza porque me permito

situar enquanto eu, enquanto nós, que me autorizo a escrever costurando teoria e prática, fugindo algumas estruturas pré-concebidas. É uma escrita intimista, entrego um pouco de mim em cada capítulo.

É uma escrita que me reinventa e potencializa. É uma escrita que me mantém viva. Por isso pode parecer estranho para alguns o uso exagerado do gerúndio, simbolizando constância e movimento. Muitas ênfases são necessárias, para chamar atenção do que estou dizendo, sinalizando que aquilo é importante em minha escrita. Ouso mudar a estrutura do texto ao distribuir informações de mim em todas as partes, reconhecer as minhas inseguranças, revelar meus medos, fugir do convencional positivista, colonialista e universalista. As palavras da Anzaldúa me toca de forma muito potente, me faz lembrar de onde venho: da roça, da escola pública, com vocabulário e forma de escrita muitas vezes deslegitimadas pelo academicismo colonizado. Esse texto não é apenas a discussão teórica sobre uma temática, são fragmentos de mim, é desnudamento, é resistência, é autoafirmação.

3 - PERFIL DAS(OS) PROFISSIONAIS DO CRAS E SEUS DISCURSOS SOBRE SI E SOBRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL

Foi com base na promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, por apresentar seus maiores avanços nos campos dos direitos sociais, que a assistência social passou a compor o tripé da seguridade social, junto com a saúde e a previdência social. Estabeleceu-se que a assistência social seria para quem dela necessitasse, independente de contribuição à seguridade social, além de defini-la como um direito do cidadão e dever do Estado (BRASIL, 1988).

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é aprovada 05 (cinco) anos depois da constituição cidadã dispendo sobre sua organização. É considerado um marco importante na construção da política de assistência social no Brasil, por introduzir um significado que a diferencia do assistencialismo e a situa como direito social. A LOAS definiu os princípios e diretrizes da Política de Assistência Social; as competências; o modelo descentralizado e participativo de gestão e o seu financiamento (BRASIL, 1993).

A assistência social é uma política, que visa prover os mínimos sociais, por intermédio de um conjunto integrado de ações, de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Esta tem por objetivos,

a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos; a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais (BRASIL, art. 2, 1993).

Com a LOAS, o entendimento de Assistência Social como política pública é institucionalizada como um sistema descentralizado e participativo, composto pelos: conselhos, planos, fundos e conferências, garantias formais das inéditas dinâmicas de planejamento, prestação de contas, participação popular e de constituição de uma esfera pública de negociação, pactuação e controle (SHEYLA SUELY DE SOUZA SILVA, 2012).

Quanto à construção e à implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), estas foram resultantes das deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, como requisito essencial da LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública. A PNAS foi aprovada em 2004 e o SUAS em 2005, ambas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). A PNAS busca incorporar as demandas da sociedade brasileira no que diz respeito à responsabilidade política, objetivando tornar transparentes suas diretrizes na efetivação da assistência social, como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (BRASIL, 2004).

A PNAS, sugere também o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e sociedade civil como eixo estruturante do SUAS. Ganha destaque a ideia de construção de uma rede socioassistencial pensada sob a necessidade de criar parcerias com instituições da sociedade civil como maneira de garantir o funcionamento de serviços públicos (MARCELO SITCOVSKY, 2008). As proteções afiançadas da assistência social são a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

A PSB tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Direciona-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, etc) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, etc.) (BRASIL, 2004).

Já a PSE é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. É destinada a pessoas que tiveram seus direitos violados e, ou, ameaçados e cuja convivência com a família de origem seja considerada prejudicial a sua proteção e ao seu desenvolvimento (BRASIL, 2004).

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada em 2009, padroniza em todo território nacional os serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo

seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. A aprovação desta Tipificação representou uma importante conquista para a assistência social brasileira alcançando um novo patamar, estabelecendo tipologias que, sem dúvidas, corroboram para ressignificar a oferta e a garantia do direito socioassistencial (BRASIL, 2009a).

No trabalho social com as famílias é essencial a acolhida, estudo social, visitas domiciliares, orientação e encaminhamentos, realização de grupos de famílias; acompanhamento familiar, atividades comunitárias, campanhas socioeducativas, informação, comunicação e defesa de direitos, promoção ao acesso à documentação pessoal, mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio, desenvolvimento do convívio familiar e comunitário, mobilização para a cidadania, conhecimento do território, cadastramento socioeconômico, elaboração de relatórios e/ou prontuários, notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social e busca ativa (BRASIL, 2009a).

Os serviços tipificados para a Proteção Social Básica, ofertada pelo CRAS são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV); Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Os serviços são baseados no respeito à heterogeneidade dos arranjos familiares, aos valores, crenças e identidades das famílias. Fundamenta-se no fortalecimento da cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência, de preconceito, de discriminação e de estigmatização nas relações familiares (BRASIL, 2009a).

O CRAS é o responsável por ofertar a proteção social básica e seu trabalho consiste no fortalecimento dos vínculos familiares e na convivência comunitária. Para Berenice Rojas **Couto** (2014) esse equipamento deve ser referência para escuta, informações, apoio psicossocial, encaminhamentos monitorados e de inserção nas ações da rede de assistência social e demais políticas públicas e sociais no território. O conceito de território, aqui adotado, é também de Couto (2014), como sendo não apenas um espaço geográfico de concentração de pobreza, mas como um espaço onde existe vida, resistências, contradições e passividade. Um espaço que precisa ser identificado pela política de assistência social, também, por suas formas de resistências, suas lutas e suas potencialidades. As efetivações das ações socioassistenciais se dão por meio das equipes de referências.

As equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos/as responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios considerando o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos(às) usuários(as). São compostas por técnicos de nível médio e superior, e coordenadas por um técnico ou técnica de nível superior. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH/SUAS) prevê que o coordenador ou a coordenadora seja concursado(a), com experiência em trabalhos comunitários e gestão de programas, projetos, serviços e benefícios socioassistenciais (BRASIL, 2007).

No entanto, devido à precarização e a fragilização dos vínculos empregatícios na assistência social em todo o país, dificilmente esses princípios são considerados, resultando na contratação temporária de profissionais de todos os níveis e das coordenações, sem experiência nenhuma no SUAS. Segundo dados do Censo-2019, apenas 30,5% dos/as profissionais do CRAS eram estatutários(as), os(as) demais estão enquadrados(as) como empregado público celetista (CLT), outro vínculo não permanente, servidor temporário, comissionado, terceirizados ou trabalhador de empresas/cooperativa/entidade (BRASIL, 2020).

Esses dados denunciam a dificuldade da continuidade dos serviços ofertados no CRAS, assim como, da construção de uma identidade profissional. As equipes costumam ser trocadas, a cada quatro anos, junto com a gestão municipal. Mas, a rotatividade é constante mesmo neste período dos quatro anos. Essa é uma realidade constatada, também, no CRAS onde aconteceu a pesquisa, tanto referente à estabilidade dos vínculos empregatícios quanto à rotatividade.

No CRAS onde essa pesquisa foi desenvolvida ninguém da equipe é concursado(a) para o cargo que exerce. A equipe (média e superior) possui apenas quatro profissionais, servidoras estatutárias de outras áreas como educação, por exemplo, e estão nomeadas para os cargos atuais. Eu me incluo nestes números. Sou professora concursada desde 2006 e, por oito anos, desde que concluí o curso de Psicologia, fui nomeada como técnica de nível superior do CRAS. Ainda que não seja concursada para o cargo, é notória a diferença que existe na relação estabelecida da gestão com os(as) profissionais concursados(as) e com os(as)

contratados(as) temporariamente. Percebemos uma autonomia maior para os(as) concursados(as).

A contratação de pessoas sem experiência para a maioria dos cargos, às vezes por estas se identificarem pelo que acreditam que seja a assistência social ou por interesses da gestão municipal, geram mudanças constantes e até mesmo desligamentos. O primeiro ano costuma ser dedicado a essas adaptações ou como costumam se referir: “para arrumar a casa”. Talvez esses problemas minimizariam se os(as) profissionais fossem concursados(as). O trabalho na política de assistência social seria mais contínuo e os vínculos entre profissionais e usuários(as) não seriam constantemente interrompidos. Vale ressaltar que vínculo é um valor importante para efetivação dessa política.

Os(As) técnicos(as) de nível médio são os(as) profissionais que trabalham nos grupos dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com as faixas etárias afiançadas - crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência -, nos programas, tais como Programa Bolsa Família, Programa Primeira Infância no SUAS e, nos projetos socioassistenciais. Já os técnicos de nível superior são os(as) assistentes sociais e, geralmente, os psicólogos(as) (BRASIL, 2007).

Estes(as) acompanham as famílias referenciadas por meio dos encontros com os grupos, visitas domiciliares, buscas ativas, atendimentos particularizados e demandas espontâneas. Além dessas, o CRAS possui uma equipe de apoio composta por agente de portaria, merendeiras, motoristas, entre outros. Veja no quadro abaixo o perfil dos(as) profissionais do CRAS (**QUADRO 2**), produzido a partir do formulário aplicado. Discuto esses dados no próximo tópico junto com os resultados das entrevistas. Sobre as atividades, duas vezes por semana são realizados os grupos para idosos (as) e três vezes para crianças e adolescentes. Já as pessoas com deficiência estão incluídas em todos os grupos dependendo da equivalência das faixas etárias com os grupos.

Além dos grupos do SCFV, há ainda o Programa Primeira Infância no SUAS (PPI/SUAS), efetivado por meio de acompanhamento, no caso, de visitas com objetivo de trabalhar o fortalecimento do vínculo entre cuidador(a) e as crianças de até três anos de idade e, no caso de crianças com deficiências, até os seis anos. O programa acompanha também as gestantes. Todas as famílias precisam fazer parte do Programa Bolsa Família (PBF) para

serem acompanhadas pelo PPI/SUAS. O Programa Primeira Infância no SUAS é o nome dado na Bahia para o Programa Federal Criança Feliz. Os estados tiveram a autonomia de caracterizar e definir como operacionalizar as ações. Por entender a proposta federal muito comprometida com as ações da saúde, próximo do que os (as) Agentes Comunitários de Saúde (ACS) já fazem, a Bahia preferiu reformular e trabalhar com foco no fortalecimento do vínculo afetivo entre cuidador (a) e a criança.

QUADRO 2 – PERFIL DOS(AS) PROFISSIONAIS DO CRAS

NÚMERO	ID	FUNÇÃO	IDENTIDADE DE GÊNERO	ORIENTAÇÃO SEXUAL	COR DA PELE	RAÇA	SALÁRIO	CLASSE	RELIGIÃO	ESCOLARIDADE	TEMPO DE SERVIÇO
1	33	VISITADORA DO PPI/SUAS	MULHER CISGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	NEGRA	1.095	POBRE	CATÓLICA NÃO PRATICANTE	CURSO TÉCNICO DE ENFERMAGEM	22 MESES
2	23	VISITADORA PPI/SUAS	MULHER CISGÊNERA	HETEROSSEXUAL	NEGRA	NEGRA	1.045	MÉDIA BAIXA	CATÓLICA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	3 ANOS
3	28	VISITADORA PPI/SUAS	MULHER CISGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	BRANCA	1.045	MÉDIA BAIXA	CATÓLICA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	3 ANOS E 9 MESES
4	26	VISITADORA PPI/SUAS	MULHER CISGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	NEGRA	1.045	POBRE	CATÓLICA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	1 ANO E 10 MESES
5	26	VISITADORA PPI/SUAS	MULHER CISGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	NEGRA	1.045	POBRE	CATÓLICA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	1 ANO E 10 MESES

6	26	VISITADORA PPI/SUAS	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PRETA	NEGRA	1.045	MÉDIA	CATÓLICA	SUPERIOR INCOMPLETO/CIÊNCIAS CONTÁBEIS	1 ANO E 10 MESES
7	25	VISITADOR DO PPI/SUAS	HOMEM CIGÊNERO	HETEROSSEXUAL	PARDO	AMARELO	1.045	POBRE	CATÓLICO	SUPERIOR INCOMPLETO/PEDAGOGO	2 ANOS E 9 MESES
8	43	SUPERVISORA DO PPI/SUAS	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	AMARELA	1.200	BAIXA RENDA	CATÓLICA	ENSINO SUPERIOR/LETRAS E CURSANDO PEDAGOGIA	2 ANOS
9	35	ENTREVISTADORA DO CADUNICO	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	BRANCA	1.350	POBRE	NÃO TEM	NÍVEL SUPERIOR COMPLETO	14 ANOS
10	53	ENTREVISTADORA DO CADUNICO E BOLSA FAMÍLIA/ ORIENTADORA SOCIAL	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	BRANCA	BRANCA	1.400	POBRE	CATÓLICA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	22 ANOS
11	21	GESTORA DO CADUNICO E BOLSA FAMÍLIA	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	BRANCA	1.100	POBRE	PROTESTANTE BATISTA	SUPERIOR INCOMPLETO/ARQUITETURA E URBANISMO	1 ANO E 10 MESES
12	22	ORIENTADORA SOCIAL	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	BRANCA	1.045	MÉDIA BAIXA	CATÓLICA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	3 ANOS E 9 MESES

1 3	38	ORIENTADORA SOCIAL	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	BRANCA	1.045	POBRE	CATÓLICA NÃO PRATICANTE	ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO/ PEDAGOGIA	11 ANOS
1 4	31	TÉCNICA SOCIAL	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	BRANCA	1.200	POBRE	CATÓLICA	ESPECIALIZAÇÃO INCOMPLETA	3 ANOS E 9 MESES
1 5	31	TÉCNICA SOCIAL	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PRETA	NEGRA	1.200	POBRE	CATÓLICA	SUPERIOR COMPLETO/ SERVIÇO SOCIAL	2 ANOS
1 6	38	TÉCNICA SOCIAL ⁸	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	NEGRA	1.780	MÉDIA BAIXA	NÃO FREQUENTA	MESTRANDA	8 ANOS
1 7	37	COORDENADORA DO CRAS	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	PARDA	NEGRA	1.710	MÉDIA BAIXA	PROTESTANTE BATISTA	SUPERIOR COMPLETO/ PEDAGOGIA	14 ANOS
1 8	37	APOIO/COZINHA E LIMPEZA	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	MORENA	BRANCA	1.045	MÉDIA BAIXA	CATÓLICA	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	2 ANOS E 9 MESES
1 9	39	APOIO/COZINHA E LIMPEZA	MULHER CIGÊNERA	HETEROSSEXUAL	NEGRA	NEGRA	1.045	POBRE	NENHUMA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	3 ANOS E 9 MESES

⁸ Pesquisadora

20	44	PORTEIRO	HOMEM CISGÊNERO	HETEROSSEXUAL	PRETA	NEGRO	1.045	MÉDIA BAIXA	NÃO FREQUENTA NENHUMA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	26 MESES
----	----	----------	--------------------	---------------	-------	-------	-------	----------------	-----------------------------	--------------------------	-------------

FONTE: AUTORA, 2020

O CRAS dispõe de uma central de atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e do Programa Bolsa Família (PBF), composta por uma equipe de três pessoas de nível médio: a gestora e duas entrevistadoras. Uma das entrevistadoras também desenvolve atividades com o grupo do SCFV dos(as) idosos(as), em um turno, duas vezes por semana. O PBF é um programa de transferência direta de renda que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza⁹ identificados no CadÚnico. O CadÚnico e o PBF são operacionalizados juntos, no mesmo espaço, pois é a partir da inclusão das famílias no CadÚnico que são selecionadas, se atenderem aos critérios, para o Programa Bolsa Família.

Esse é um dos setores mais requisitados na política de assistência social, na esfera municipal, por ser responsável em incluir, atualizar e cadastrar as informações declaradas pelas famílias no sistema. Depois de inseridos os dados pessoais mediante apresentação de documentação e as demais informações autodeclaradas, o governo federal avalia e concede o benefício, caso a família atenda aos requisitos do programa. Em todo o município existem 2.525 famílias inscritas no CadÚnico¹⁰, dessas 1.481 são beneficiárias, recebendo um valor médio de R\$ 193,10 por família e perfazendo uma cobertura de 37,38% no município, conforme informações da gestão municipal do programa mediante acesso ao Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGBPF). Esse total de beneficiários(as) compreende a cobertura total prevista para o município.

Os(As) técnicos(as) de referência de nível superior são responsáveis por todos os demais atendimentos que ocorrem no CRAS, além de acompanharem o planejamento e execução das atividades realizadas pela equipe de nível médio. Atendem às demandas espontâneas e agendadas, realizam visitas domiciliares, buscas ativas, fazem encaminhamentos para outras políticas públicas e de garantia de direitos, organizam e conduzem grupos do serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)¹¹ dos diversos grupos e indivíduos que buscam na assistência social a garantia de algum direito.

Dentre alguns programas, benefícios e serviços podem ser citados os encaminhamentos para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) de pessoas com

⁹ Para Política de Assistência Social é considerada extrema pobreza pessoas com renda per capita menor que R\$ 89,00 e pobreza as pessoas que possuem entre R\$ 89,00 e R\$ 178,00 de renda per capita.

¹⁰ Dados de 2020.

¹¹ O PAIF apesar de ser um trabalho em grupo, difere do SCFV. Uma dentre as diferenças é o fato dos grupos do PAIF serem conduzidos pelos técnicos de nível superior e os grupos do SCFV serem conduzidos por técnicos de nível médio. No último tópico desse capítulo discutirei mais sobre esse serviço.

deficiência e idosos(as) que não conseguiram aposentar pelo Regime Geral de Previdência Social, por nunca terem contribuído ou por não terem comprovações que as incluam como segurados(as) especiais. Para ambos os casos, usa-se o critério da renda per capita, que não pode ultrapassar $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. Para esses públicos - pessoas com deficiência e idosos(as) - ainda são ofertados o Passe Livre e a Carteira do Idoso, em parceria com o Ministério dos Transportes e Secretarias Estaduais de Transportes, garantindo o usufruto do direito de ir e vir. Para as pessoas com deficiência é garantida a gratuidade em transportes intermunicipais e interestaduais, já para a pessoa idosa apenas o interestadual.

Outro público atendido pelos(as) técnicos de nível superior, no tocante ao acesso a transporte, lazer, entretenimento são os(as) jovens de 15 a 29 anos, que estejam inscritos(as) no CadÚnico. Esses têm direito ao ID Jovem, uma carteira que garante meia-entrada em eventos artísticos, culturais e esportivos, além da gratuidade em viagens interestaduais. Também buscam os(as) técnicos(as) do CRAS, as famílias que vivenciam alguma situação provisória de vulnerabilidade decorrente ou agravada por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades, por meio dos Benefícios Eventuais (BE) (BRASIL, 2018a).

Cada município organiza a oferta desses benefícios eventuais por lei própria, atentando às peculiaridades do território. No caso do município em questão, há os benefícios alimentação/cesta básica, funeral, natalidade, aluguel social, documentação civil e pagamento de contas de água e luz. Existe uma demanda muito grande dos(as) usuários(as) pelo benefício eventual alimentação/cesta básica, muitas vezes, exigindo que seja vitalício.

Também identifica-se, que muitas pessoas da comunidade, inclusive, os representantes políticos resumem a política de assistência social a prestação desse benefício, desconhecendo toda a robusta organização normativa e legal dessa política. Com essas atitudes percebemos que ainda perdura uma identidade assistencialista, benevolente e caridosa da assistência social, denotando o quanto é preciso avançar para que ela seja entendida como uma política de direito, devendo promover os mínimos necessários em momentos urgentes, mas não se pode perder de vista a promoção da autonomia e do protagonismo humano e a superação da situação de vulnerabilidade.

É importante frisar isso, para não cair no discurso equivocado da culpabilização dos(as) usuários(as). Precisa-se contestar os discursos que reiteram a lógica assistencialista e caridosa, (re)produzidos por aqueles(as) que são responsáveis por gerir e operacionalizar a política nos três níveis de governo. Essas distorções na compreensão do que seja uma política

de garantia de direitos oportuniza, principalmente, em momentos de campanhas eleitorais, ações como “cobrar” dos(as) usuários(as) pelos serviços prestados como se estes fossem favores e não direitos das pessoas e dever do Estado. Dessa forma, os(as) usuários(as) continuam sempre em dívida, comportam-se, na maioria das vezes, como se tivessem pedindo e não como se tivessem requerendo a provisão de um direito, que é dever do Estado.

Mas, para atingirmos essa compreensão, dentre outras medidas, é preciso que haja reformulações na oferta dos serviços e leis que garantam estabilidade e continuidade dos(as) profissionais nos diversos equipamentos que compõem a rede socioassistencial visando uma prática autônoma e transformadora. A precarização e a fragilização dos vínculos empregatícios são um grande gargalo na construção de uma política pública de assistência social que promova a emancipação dos(as) usuários(as).

Ainda para as pessoas que se encontram inscritas no CadÚnico, são ofertadas as isenções para acesso e regularização de documentos como vias de certidão de nascimento, de inteiro teor, de casamento e de Registro Geral. Desde 2019, passou-se a ofertar, também, no espaço deste CRAS, o INSS Digital. Trata-se de uma extensão do sistema do INSS que permite a equipe do CRAS solicitar inúmeros serviços, como aposentadorias, pensões, auxílios, entre outros. Serviços esses que antes só poderiam ser ofertados nas agências do INSS. Apesar de não ser uma demanda específica do CRAS, as gestões municipais tendem assinar o aceite de oferta desse serviço, resultando em uma maior sobrecarga da equipe técnica.

Para os CRAS de pequeno porte I há uma grande quantidade de demandas para os(as) técnicos(as), considerando que, na maioria dos municípios, este é o único equipamento da assistência social disponível aos(às) munícipes. Pois, devido ao número de habitantes, o município não tem capacidade para ter os equipamentos da proteção especial média e alta¹². A rede intersetorial também é fragilizada, pois faltam equipamentos de saúde, como os CAPS, faltam equipamentos de garantia de direitos como defensoria pública e ministério público. Quando é necessário acionar esses órgãos de direitos precisa-se deslocar para outra cidade próxima, onde se encontra a sede da comarca.

¹²A Proteção Social Especial está organizada em Média Complexidade e Alta Complexidade. Os serviços da Média Complexidade requerem mais estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou de acompanhamento sistemático e monitorado. Os serviços da Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário.

Segundo o Censo SUAS-2019, 57,7% dos(as) profissionais do CRAS tem carga horária entre 31 a 40 horas semanais, um número alto, principalmente, considerando que a categoria dos(as) assistentes sociais tem carga horária definida em 30 horas semanais e, pelos números, é possível afirmar que em muitos municípios esse direito não é respeitado. As técnicas com formação em serviço social, que fizeram parte desta pesquisa, trabalham a semana toda, em todos os turnos que o CRAS estiver em funcionamento, corroborando os dados do Censo SUAS-2019 (BRASIL, 2020).

Frente à caracterização dos serviços ofertados e da apresentação da equipe de referência do CRAS, dessa cidade do interior da Bahia, busco também neste capítulo descrever os perfis das(dos) profissionais com base no formulário aplicado, além de seus discursos sobre si e sobre a política de assistência social a partir das entrevistas realizadas. Esse capítulo encontra dividido em dois subcapítulos. O primeiro discute os perfis identitários das(dos) profissionais do CRAS quanto aos atravessamentos étnico/raciais, religiosos, de classe e gênero. Já o segundo, problematiza os discursos das(os) profissionais da assistência social sobre suas próprias identidades, sobre o que dizem delas(deles) e da assistência social.

3.1 - Os perfis identitários das(dos) profissionais do CRAS: atravessamentos étnico-raciais, religiosos, classe e de gênero

Algumas teorias da etnicidade acentuam o fato de que o Nós se constrói em oposição ao Eles, de forma que a pertença a um grupo implica a existência de uma categoria de excluídos, ou seja, ao mesmo tempo que se afirma um Eu coletivo, nega-se um Outro coletivo. De acordo com Philippe **Poutignat** e Jocelyne **Streiff-Fenart** (2011), a característica principal da etnicidade “é a emergência de uma consciência de separação e de formas de interação que só podem surgir num contexto social comum” (p. 124), logo é mais importante estudar a mutação constante da matriz social e histórica ou as redes de sociedades de onde essa emerge, do que estudar os grupos étnicos isoladamente.

Sendo assim, “a etnicidade não se manifesta nas condições de isolamento, é, ao contrário, a intensificação das interações, características do mundo moderno e do universo urbano, que torna salientes as identidades étnicas” (p. 124). Não é a diferença cultural que está na origem da etnicidade, mas a comunicação cultural que permite estabelecer fronteiras entre os grupos por meio dos símbolos simultaneamente compreensíveis pelo endogrupo e pelo exogrupo (**POUTIGNAT; STREIFF-FENART**, 2011).

Posto o entendimento do que discute a etnicidade, do ponto de vista que pretendemos abordar nesse texto, verifica-se que a afirmação de um grupo étnico se dá em relação com outros grupos de forma interacional. Frederick **Barth** (2011) define como campo de pesquisa da etnicidade, o estudo dos processos variáveis e nunca finalizados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base do Nós/Eles, estabelecidos a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma crença na origem comum e realçados nas interações sociais.

Nesse sentido, neste texto, busco sinalizar as identidades étnicas dos(as) profissionais do CRAS, essas atravessadas por vários marcadores sociais, ora realçando elementos que os(as) identificam enquanto um grupo de profissionais, ora diferenciando-os(as) entre si, revelando a transitoriedade cambiante e constante das fronteiras étnicas, conforme definida por Barth (2011). Para ele, as fronteiras étnicas dão conta da existência dos grupos étnicos e de sua persistência no tempo. Sendo assim o entendimento sobre etnicidade perpassa pela análise gerativa das condições de estabelecimento, manutenção e transformação das fronteiras entre os grupos.

Para Poutignat e Streiff-Fenart (2011) as fronteiras entre os grupos étnicos são mais ou menos estáveis, ou seja, podem manter-se, reforçar-se, apagar-se ou desaparecer, podendo se tornar mais flexíveis ou mais rígidas. As fronteiras étnicas não representam barreiras intransponíveis, de forma que elas nunca são oclusivas, são mais ou menos fluidas, moventes e permeáveis. Porém, os autores fazem uma ressalva sobre essa permeabilidade das fronteiras, ao alertar que quando essas fronteiras são demarcadas por características fenotípicas ou culturais - identidades étnicas - correlacionadas a um sistema de estratificação socioeconômico - posição de classe -, a transposição é mais difícil, pois se trata de uma sobreposição de fronteiras - étnicas e sociais - uma reforçando a outra.

A manutenção das fronteiras entre os grupos étnicos não depende da permanência de suas culturas. Um grupo étnico pode modificar e substituir sua cultura, como a língua e a religião, e, contudo ser percebido e aperceber-se como distintivo, sem perder sua identidade. Perceberemos a discussão desse ponto mais à frente quando discutirmos os discursos das pessoas LGBTTQIA+. As fronteiras étnicas são produzidas e reproduzidas pelos atores no decorrer das interações sociais, sendo assim a cooperação dos membros para a manutenção das fronteiras é uma condição necessária, um critério essencial da etnicidade, por se basear no reconhecimento e na validação das distinções étnicas no decurso das interações sociais.

As fronteiras étnicas também são manipuláveis pelos atores, se estendendo ou se contraindo em função da escala de inclusividade na qual se situam e da pertinência de estabelecer uma distinção Nós/Eles. Nesse sentido, é importante reconhecer que qualquer que seja o grupo considerado, as definições de pertença estão sempre sujeitas à contestação e à redefinição por parte de segmentos diferentes do grupo e são sempre determinadas por forças agindo do interior e do exterior, pela interação desses mecanismos internos e externos (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

Exposta essa breve introdução sobre etnicidade descreverei o perfil de todas/todos profissionais do CRAS com base no formulário que foi aplicado. Nos próximos parágrafos falarei sobre os marcadores que constitui as identidades dessas/desses profissionais, subsidiando com referenciais teóricos e dados estatísticos da área da política de assistência social que dizem respeito sobre características dessas identidades.

Sobre o quantitativo de mulheres, conforme visto no quadro disposto na introdução desse capítulo, a maioria é mulher cisgênera. De um total de vinte profissionais alocados (as) nesse CRAS, dois são homens cisgêneros. Um dado comprovado pelo Censo SUAS-2019¹³, ao constatar que 81,5% dos profissionais do CRAS se declararam como mulher, enquanto que, apenas, 18,5% se declararam homens (BRASIL, 2020). Uma observação a ser feita nesse questionário, que mapeia anualmente a operacionalização da política de assistência social por equipamento, é que para esse quesito não existem campos para outras identidades de gênero, nem se quer o campo com o nome “Outras”.

O instrumento (questionário Censo SUAS) construído não é capaz de fornecer informações sobre as travestis ou mulheres e homens trans que trabalham nesse equipamento. O questionário do Censo SUAS também não aborda a orientação sexual de seus/suas profissionais. Isso denota que compreender a participação de LGBTTTQIA+ não é elencada como prioritária pela política nacional de assistência social. É possível constatar esse fato, também, ao analisar a questão referente aos temas das capacitações proporcionadas ou facilitadas pelos CRAS em todo o Brasil, onde apenas 4% foi sobre a população LGBTTTQIA+, orientação sexual e identidade de gênero. Nesse quesito o tema com maior incidência foi criança e adolescente com 14% das respostas e o menor foi migração com 1%.

¹³ O Censo SUAS é um importante instrumento de mapeamento e avaliação da política de assistência social no país. É realizado anualmente, no entanto, no ano de 2020, o prazo de preenchimento foi prorrogado até fevereiro de 2021, por conta de instabilidade nos sistemas durante o ano de 2020. Ainda não encontram disponíveis os dados de 2020, mesmo já estando aberto o preenchimento para o Censo 2021.

Um dado curioso também é que apesar de as mulheres serem a maioria das profissionais, o tema gênero teve em apenas 5% das respostas (BRASIL, 2020).

Arriscamo-nos a pensar que esse lugar da(o) profissional da assistência social não é pensado por quem planeja a sua execução como sendo um lugar possível de ser ocupado pelas pessoas transgêneras ou por pessoas com identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Louro (2018) defende que é preciso denunciar a heteronormatividade, por meio da desconstrução do processo pelo qual alguns sujeitos se tornam normalizados e marginalizados. É preciso demonstrar como a reiteração das normas regulatórias é constante, a fim de garantir a identidade sexual legitimada pelo discurso dominante e questionar a cisheteronormatividade, pois não se pensa que um(a) profissional possa ser travesti, trans ou intersexo e nem gay, lésbica ou bissexual.

Ainda sobre a predominância feminina na assistência social, os dados corroboram com pesquisas, como a de Vinicius Tonollier **Pereira** e Pedrinho Arcides **Guareschi** (2016) sobre as profissionais de psicologia em vários CRAS do Rio Grande do Sul e de Alessivânia **Mota** (2011) que realizou sua pesquisa com as assistentes sociais de Salvador. Ambas mencionam que os cursos de Psicologia e Serviço Social têm uma predominância feminina, repercutindo numa política de assistência social feita às mãos de mulheres, já que, essas duas categorias profissionais são predominantes nessa política pública. Conforme indica o Censo SUAS-2019, entre os(as) profissionais de nível superior do CRAS, 19,4% são assistentes sociais, 9,8% são psicólogas(os) e depois dessas, a outra categoria mais próxima são as(os) pedagogas(os) com 6,3%, também considerada uma profissão de predominância das mulheres cisgêneras (BRASIL, 2020).

Outro ponto levantado por Mota (2011) é a representação construída dessas profissões pela sociedade, relacionando-as com as mulheres por considerarem ser dotada de sentimentos fraternos e amorosos, além de uma predisposição inata ao cuidado, à ajuda, à compreensão, ao servir, principalmente, os grupos mais vulnerabilizados. Sobre esses discursos, Louro (2019) enfatiza que a produção de sujeitos femininos são resultados de práticas e linguagens reiteradas pelos interesses hegemônicos. Percebe-se como esse discurso reforça o assistencialismo, o voluntarismo, a caridade e a benevolência. São dois campos discursivos que se reiteram.

Porém, Mirian **Goldenberg** (2019) nos relembra que o ser mulher não é só nascer com um determinado sexo, envolve outras construções sociais, que nos educam desde o nascimento a ser frágil, passiva, dependente, apagada, delicada, submissa e invisível. Diante

desse estereótipo sobre o ser mulher cisgênera e, por esta ocupar o maior número das vagas no CRAS, romper com o projeto assistencialista que ainda assombra as práticas socioassistenciais é desafio diário para a equipe. Sem contar os demais embates com várias frentes de poder no território, que tendem a reforçar esse antigo ideário benevolente, de acordo com as conveniências situacionais. Mas vale lembrar que assim como esses lugares foram construídos historicamente, podemos desconstruí-los, protagonizando outras narrativas.

Ainda falando de gênero e sexualidade, o perfil das(dos) profissionais do CRAS demonstra que todos(as) se declaram cisgêneros(as) e heterossexuais. Tivemos na equipe uma mulher trans, que trabalhou por um período curto, aproximadamente um ano e meio, na assistência, sendo transferida para o setor da educação. Observava com frequência comentários preconceituosos e homofóbicos sobre Dandara, entre as pessoas da equipe, tanto devido à sua identidade de gênero quanto à sua religião. Ela é umbandista e nas sextas-feiras ia trabalhar usando roupas de cor branca, como é costume em sua crença religiosa. Ela foi uma das entrevistadas dessa pesquisa, enquanto pessoa LGBTTTQIA+, pois ao sair do trabalho, por conta das suspensões das aulas na pandemia, ela atualizou o Cadastro Único e atualmente encontra-se inclusa no Programa Bolsa Família.

Sobre a raça/etnia declarada pelas(os) profissionais do CRAS, o Censo SUAS-2019 não apresenta nenhum dado para que faça uma análise comparativa entre os dados do município e o nacional. Percebe-se, uma despreocupação étnico-racial no mapeamento desses marcadores, importantes para pensarmos sobre quem são os(as) profissionais (em termos étnico-raciais) que atendem os(as) usuários(as), considerando que, segundo dados do PNAD (2020), 46,8% da população no Brasil se declaram parda e 9,4% se declaram preta. Somando pardos e pretos, considerados negros e negras, resultam na maioria da população. Inquieta-nos saber e discutir também qual a cor, raça e etnia de quem é profissional e de quem é atendida(o) pelos programas do CRAS.

Outro dado importante do município da pesquisa são os números obtidos no CadÚnico sobre cor ou raça (como aparece no questionário de inscrição do CadÚnico) das pessoas inscritas. De um total de 6.314¹⁴ pessoas, 70,77% se declararam pardas e 7,32% se declararam pretas, as demais alternativas para preenchimento (brancas, amarela, indígena e sem resposta) somaram, aproximadamente, 22%. Ainda sobre raça/etnia, das 6.314, 71 pessoas afirmam ser

¹⁴ Informações obtidas pela gestora do Bolsa Família e do CadÚnico no município utilizando dos sistemas de usos restritos à gestão. Porém, esses dados são disponibilizados para os técnicos do CRAS, caso precisem planejar ações no território. Dados de 2020.

pertencentes às famílias quilombolas. Frente aos dados, é notória a expressividade da população negra no território do CRAS.

Em relação à como se declara a equipe, a maioria disse ser parda, perfazendo um total de treze profissionais, outros(as) cinco declararam ser preta ou usam o termo negra como sinônimo, uma declara-se cor morena e uma disse ser branca. Quando perguntado sobre raça, muitas das(dos) que declararam cor de pele parda se identificaram como brancos(brancas), resultando em dez autodeclarados(as) negros(as), oito autodeclarados(as) brancos(as) e duas autodeclarada amarela.

Sobre as explicações do porque se autoafirmarem negras(os), brancos(as) ou amarelas(os) lançaram mão tanto de traços fenotípicos como cor da pele e cabelos quanto do critério ascendência, com discursos como “porque minha mãe, meu pai, meus avós são brancos, são negros...” e ainda para se referir a ser amarelo disseram ser porque não se consideravam nem branca e nem negra, então deviam ser amarela. Pelas explicações, desconfiamos que os(as) ditos(as) amarelas(os), nessa pesquisa, podem ser lidos(as) como pardas(os) sem muita dificuldade pela maioria das pessoas de seu contexto. Mas, por que não se autodeclararam pardos(as)? Será que temem por alguma aproximação com o ser negro(a), já que conforme o IBGE, pessoas autodeclaradas pardas e pretas configuram-se como negros(as)?

Entendendo que as identidades estigmatizadas em termos étnico-raciais constituem público-alvo da política de assistência social, é necessário indagar: será que falta de representatividade negra entre as(os) profissionais e o fato das(os) profissionais não se identificarem enquanto negros(as) compromete o envolvimento deles(as) profissionais com discussões que visam problematizar sobre a desigualdade racial e o racismo estrutural, que tece as relações sociais?

Pensando sobre esse questionamento, analisamos os resultados sobre os temas trabalhados nas capacitações proporcionadas ou facilitadas pelos CRAS no Brasil. Conforme Censo SUAS-2019, 4%, de um total de 8.357 das unidades de CRAS responderam ter participado de capacitações sobre diversidade étnico-racial (questões racial, comunidades indígenas, povos e comunidades tradicionais etc.) (BRASIL, 2020). Logo, saber se tem representatividade negra entre os(as) profissionais do CRAS para atender essa população majoritariamente negra é um dado de muita relevância e necessário.

Aqui é importante abordarmos sobre racismo e seus conceitos principais para a discussão em tela, buscando entender de que forma esses mecanismos se articulam e resultam

na invisibilidade de informações étnico-raciais dos profissionais. **Silvio Almeida** (2019) afirma que o conceito de raça é relacional e histórico, portanto, as construções discursivas que temos hoje sobre este termo diz respeito sobre os interesses de uma determinada sociedade (moderna) e um determinado tempo (meados do século XVI).

É desse período ainda, segundo Almeida (2019), a construção do “sujeito universal” forjado a partir dos valores europeus e pautado no projeto iluminista, que tinha o homem como seu principal objeto de conhecimento estudando-o nas suas várias dimensões (biológica, econômica, psicológica e linguística). A partir desse conceito de raça, definido entre civilizados (europeus) e primitivos (não europeus), se assentou o discurso da inferioridade racial dos povos colonizados. **Kabengele Munanga** (2003) relembra que o termo raça é proveniente do latim *ratio*, que significa categoria, espécie e foi primeiramente usada para classificar as espécies de animais e vegetais. Posteriormente, o termo migrou da Botânica e da Zoologia para a legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais.

Munanga (2003) afirma que do ponto de vista biológico e científico a raça não existe, considerando que várias pesquisas comparativas foram imprecisas em muitos fatores morfobiológicos e não dão conta de explicar a diversidade humana. Por sua vez, Almeida (2019) diz que devido à conformação histórica, a raça opera a partir da característica biológica e da característica étnico-cultural que se entrecruzam e complementam. As características biológicas se referem à identidade racial como resultante de algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo. Nesse sentido, existe a relação entre raça e cor.

Já as características étnico-cultural referem à identidade como resultante da origem geográfica, da religião, da língua, de outros costumes relacionado à determinada forma de existir. Tendo explicado o conceito de raça, pode se falar sobre o racismo. Porém, **Djamila Ribeiro** (2019) defende que antes de falar sobre o racismo, é preciso fazer um debate estrutural, pois segundo ela, é extremamente importante trazer à tona a perspectiva histórica e evidenciar a relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências.

Concordando com o chamamento de Ribeiro (2019) recordamos que a noção de raça surge atrelada ao projeto civilizatório concretizado por meio das revoluções liberais (inglesa, americana e francesa) fundamentado filosoficamente no iluminismo, com o pretexto de “livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião”, valores fundantes e estruturantes das sociedades feudais, e instituir a liberdade (ALMEIDA, 2019, p. 19). Essas revoluções marcaram violentamente a transição das sociedades feudais para as sociedades capitalistas e a noção de homem universal, direitos universais e razão universal passaram a ser os valores

defendidos pelos autodeclarados (as) **civilizados (as)**. Do seu lugar, da civilização, se deram o direito de nomear os “Outros” de primitivos, que seriam aqueles que não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado. E foi esse processo de levar a civilização para os não civilizados(as), nomeado colonialismo.

Para Achille **Mbembe** (2018), a colonização foi um projeto de universalização para inserir os colonizados no mundo da modernidade. O escritor ainda sinaliza a contradição do idealizado para a concretização de um projeto civilizatório que pretendia apresentar os benefícios da liberdade e da igualdade, mas que resultou em ações antiliberais, devido às barbáries e atrocidades ocorridas. Nesse desejo interessado de manter o Ocidente como Sujeito (SPIVAK, 2010), começa-se a racializar alguns povos.

Almeida (2019) apresenta que uma das tecnologias do colonialismo europeu para obter a submissão dos povos colonizados foi a classificação entre as raças. Primeiro, essa classificação, se deu filosoficamente, quando ainda ocorria a transição dos modos e valores feudais para os capitalistas, em que o homem foi estabelecido como objeto filosófico, a ser conhecido, desvendado e, depois, passou a usar as características biológicas e climáticas e/ou ambientais, fundamentadas no positivismo para caracterizar as diferenças humanas. Desse período, “a raça opera a partir de dois registros básicos”, conforme já mencionado: característica biológica e característica étnico-cultural (ALMEIDA, 2019, p. 21).

Buscando-se nas discussões feitas até aqui sobre raça e racismo, já é possível fazermos algumas análises sobre a ausência de mapeamento de profissionais negros na assistência social. Observa-se nos instrumentos de coletas de dados do governo, uma noção de sujeito universal, de que todos são iguais e, por isso não precisa fazer diferenciações, nem demarcações específicas de alguns grupos. Pauta-se pela neutralidade racial! E ao não considerar os elementos étnico-raciais, reitera-se a posição hegemônica dos(as) brancos(as).

Almeida (2019) chama esse mecanismo de discriminação indireta, processo pelo qual situações específicas de grupos minoritários são ignoradas, sem considerar a existência de diferenças sociais significativas. Essas práticas impossibilitam a elaboração de políticas de ações afirmativas, como, por exemplo, estabelecer cotas negras(os), indígenas e quilombolas nos concursos e processos seletivos dessa política. É uma estratégia de não tornar o racismo evidente, pois sem números, não se tem informações.

Ainda sobre o racismo, Almeida (2019) concebe três definições: individualista, institucional e estrutural. O racismo institucional é o resultado do funcionamento das instituições, que atuam dinamicamente de modo a conferir desvantagens e privilégios com

base na raça. É importante compreender que as formas sociais se materializam nas instituições, sejam elas excludentes ou inclusivas, elas produzem os comportamentos. Por meio do racismo institucional se mantém a hegemonia de um determinado grupo racial usando a sua cultura, seus padrões estéticos e suas práticas de poder como modelo ideal da sociedade. Dessa forma, o predomínio de homens brancos nas instituições, principalmente nos melhores cargos, direta ou indiretamente dificulta a ascensão de negros e/ou mulheres (ALMEIDA, 2019), mormente, as negras.

Dentre a equipe de nível superior, apenas uma é negra, se identifica e se reconhece enquanto negra. Outra se diz parda, mas relacionando com a branquitude, pois ela enuncia esse desejo de ser lida como uma mulher branca e se identifica como branca, mesmo mencionando que seu genitor é negro, talvez porque saiba que a “branquitude é uma categoria privilegiada” (BELL HOOKS, 2018, p. 69). O fato de apenas uma profissional negra fazer parte da equipe de nível superior não gera estranhamento e nem questionamento do grupo.

Sobre esse não reconhecimento da ausência de negras(os) nesses espaços, Almeida (2019) nos lembra que a inexistência de discussão sobre a desigualdade racial e de gênero nesses espaços institucionais naturalizam o domínio formado por grupos brancos, que continuam em um lugar privilegiado e confortável. É notório por meio de pesquisas e escancaradamente visível - basta um pequeno esforço memorial buscando pontuar quantas mulheres negras você conhece que trabalham em espaços de chefias, sejam nas grandes empresas, na política, na mídia, no judiciário, entre outros - que o racismo institucional marca fortemente as vivências das mulheres negras e pobres, pois nesse caso, são três marcadores de opressão operando (raça, classe e gênero) que se entrecruzam intensificando a marginalização.

Suely **Carneiro** (2011, p. 127) revela que “a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida”, de forma a provocar danos à saúde mental. **Hooks** (2018) reafirma que nesse sistema social, no qual raça, sexo/gênero e classe encontram-se institucionalizados, as mulheres negras ocupam a base da pirâmide econômica e, alerta ainda, que trabalhar por salários baixos não liberta mulheres negras e pobres da dominação racial e de gênero. Essa dominação é entendida para além do espaço do trabalho, estendida para o espaço doméstico, pois as situações de opressão da mulher negra nesses dois espaços (público e doméstico) se tornam indissociáveis. São ações disparadas por atores diferentes, mas regidos pelo mesmo sistema patriarcal e racista.

Então ao pensar a assistência social enquanto uma política pública que pretende trabalhar com a emancipação humana, considerando a independência e autonomia nas suas distintas dimensões, não se pode deixar de discutir quais trabalhos são libertadores, emancipatórios. Esse entendimento precisa ser tanto em relação aos(as) profissionais que compõem a equipe de referência, quanto nas ações voltadas às mulheres cisgêneras e também as travestis e mulheres trans, que são atendidas nos serviços socioassistenciais.

Outro conceito de racismo trabalhado por Almeida (2019) é racismo estrutural. Neste caso entende-se que o racismo é um dos componentes orgânicos da estrutura social que se materializa nas instituições. Nas palavras do autor “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (p. 31). Mas precisa ter cuidado para não colocar a instituição como passiva, confortável, incapaz, sem condições de reagir frente ao privilégio de determinados grupos raciais. Assim como a estrutura social (sociedade) é constituída de conflitos, tensionamentos e contradições, as instituições, também, podem se posicionar nesse conflito de naturalizar as desigualdades raciais. Nesse contexto, o CRAS tem um papel de extrema importância, por ter sido pensado e implantado para questionar as situações de desigualdades, provenientes das inúmeras situações de vulnerabilidade vivenciadas pelos grupos e indivíduos do seu território. O CRAS é uma unidade que tem, entre outros, o objetivo de ampliar o acesso aos direitos de cidadania.

Para Almeida (2019), numa sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não se posicionam e não tratam a desigualdade racial de maneira ativa e como um problema, reproduz facilmente as práticas racistas, tidas como “normais” pela sociedade. É o que costuma acontecer com o Estado, as empresas, as escolas, a assistência social, só para citar alguns exemplos. O fato de a questão racial não ser objeto de interesse e investimentos em ações, no campo das políticas sociais, no nível federal repercute nas instâncias locais. Porém, como Almeida (2019) nos lembra, as instituições não são passivas a estrutura social, por isso o CRAS, enquanto um estabelecimento que concretiza a instituição assistência social, pode fazer esse contramovimento insurgir.

Líli Rodrigues da **Cruz** e Neuza **Guareschi** (2014, p. 33) nos apresentam a política de assistência social como “um processo de travessia para garantir o acesso às demais políticas públicas”, mas, também denuncia que tem sido a nado essa travessia e contra a correnteza. Talvez ao compreender o racismo estrutural, faça mais sentido entender esse contramovimento, pelo menos, em relação às discussões étnico/raciais. As instituições reproduzem no seu interior as práticas corriqueiras racistas em formas explícitas de violência

ou micro agressões tais como piadas, silenciamentos, isolamento, entre outras (ALMEIDA, 2019).

Um ponto importante abordado pelo autor é sobre a representatividade. O fato de ter pessoas negras nas instituições não é garantia de que a instituição deixou de ser racista, porque o racismo perpassa pelas estruturas sociais. Suely Carneiro (2011), em artigo publicado no Correio Brasiliense, em 2002, intitulado *Negros de Pele Clara*, já nos chamava atenção ao mencionar que a presença de apenas uma pessoa negra nas propagandas em meio a uma multidão de brancos não assegura o respeito à diversidade étnica e racial. Nesse texto ela toca em um assunto necessário, do ponto de vista da singularidade, ao denunciar que costumam reservar aos racialmente desprivilegiados a homogeneidade, logo, colocar um(a) negro(a) representaria todos(as) os(as) negros(as), pois seriam iguais. Enquanto isso os privilegiados racialmente são os diversos, singulares, heterogêneos. Para a autora, essa atitude também é racismo, ou seja, aprisionar o outro (no caso as pessoas negras) em imagens fixas e estereotipadas, desconsiderando toda a diversidade humana presente nas pessoas.

No caso do CRAS, ter pessoas negras autodeclaradas na equipe não promove esta instituição ao patamar de não racista. Até porque o controle institucional continua no predomínio branco e os(as) negros(as) podem continuar ocupando lugares de subordinação. No CRAS dessa pesquisa observa-se que apenas uma pessoa negra faz parte da equipe técnica de nível superior e as demais são de nível médio, ou seja, subordinadas às brancas. Para, além disso, pelo racismo ser estrutural, ainda que responsabilize individual e/ou institucionalmente pelas práticas racistas, o olhar estrutural racista continua, já que está envolto em um processo social, histórico e político. Por isso é necessário refletir sobre mudanças profundas nessas esferas objetivando mudanças não apenas sobre os preconceito e discriminação racial, mas, também de gênero (ALMEIDA, 2019).

A maioria da equipe se declara praticante de religiões com valores judaico-cristãos, sendo que doze se assumem católicas/os, duas disseram ser protestantes batistas, duas católicas(os) não praticantes, duas não têm religião e duas disseram não frequentar nenhuma. Sobre essa predominância das religiões cristãs, precisa-se falar sobre o violento processo colonizador sofrido pelo Brasil.

Sidnei **Nogueira** (2020, p. 20) relata que a intolerância religiosa e a “farsa da laicidade” foram originadas pelo colonialismo. A religião cristã, por meio da Companhia de Jesus, foi usada como forma de conquista, doutrinação e dominação pelo projeto político colonizador desde o início das invasões dos portugueses. Desde então, o que se observa é o

apagamento e o silenciamento das manifestações espirituais e crenças originárias dos povos, estendendo mais tarde às religiões de matriz africana. As crenças não eurocêntricas foram silenciadas e demonizadas.

Formada por padres jesuítas e, fundada no século XVI, a Companhia de Jesus era uma congregação religiosa cristã, que veio para o Brasil junto com os portugueses, comprometidos em seu projeto político colonizador. Alexandre **Shigunov Neto** e Lizete Shizue Bomura **Maciel** (2008) afirmam que a Companhia de Jesus foi o principal instrumento da Igreja Católica contra a Reforma Protestante. Seu principal objetivo era interromper o avanço do protestantismo e expandir o poderio da Igreja Católica. Nesse sentido, a Ordem dos Jesuítas representou um interesse mútuo entre a Coroa Portuguesa e o Papado, entre o Estado e a Igreja.

O motivo formal da vinda dos jesuítas ao Brasil era catequizar e converter os gentios (índios) ao cristianismo, transformando os povos indígenas tidos como selvagens em civilizados, com base nos padrões culturais e sociais dos países europeus, intencionados em formar uma “nova sociedade”. Consistia em um projeto colonizador, civilizatório e eurocêntrico, onde Eles se autodeclararam civilizados, superiores e os Outros foram nomeados de primitivos, inferiores, que precisavam ser “educados”. A educação foi a marca da segunda fase da estadia dos jesuítas no Brasil. Por meio da escrita e da leitura favoreceu a construção de uma nova estrutura social do Brasil Colônia e pouco a pouco a educação ocupou um dos lugares mais importantes entre as atividades da Companhia.

Nogueira (2020) afirma que a cultura dos povos indígenas foi completamente desconsiderada, ocorrendo um verdadeiro epistemicídio. Fato perpetuado, no decorrer de todos esses anos de construção da noção de nação brasileira e estendido, de forma muito intensa, também, às religiões de matriz africana.

O marcador universal posto como sinônimo de amor, idoneidade, honestidade, entre outras virtudes é uma estratégia do etnocentrismo, que privilegia uma narrativa, uma história única e reduz à insignificância os outros universos e culturas “diferentes”. Dessa forma, devido a esse processo de violência física e simbólica, ocorrido em anos de colonização, permanece no imaginário social das pessoas a noção de religião apenas relacionada à figura da Bíblia e a ideia de paraíso cristão, pautado em valores etnocêntricos.

Nesse sentido, é possível compreender porque a maioria das pessoas dos países colonizados se declara e se identifica com a religião dos colonizadores. No Brasil, essa simbiose interessada entre Estado e Religião manifesta por meio de símbolos, artefatos,

discursos e práticas cristãs nas instituições, tende a afastar e desrespeitar as diferenças religiosas predominantes no território, além de ser incoerente com o dito compromisso de laicidade do Estado. Esse posicionamento, de religião universal, demoniza as demais manifestações, principalmente, as de matriz africana, o que Nogueira (2020) chama de intolerância religiosa.

Sobre esse conceito, ele diz que,

As ações que dão corpo à intolerância religiosa no Brasil empreendem uma luta contra os saberes de uma ancestralidade negra que vive nos ritos, na fala, nos mitos, na corporalidade e nas artes de sua descendência. São tentativas organizadas e sistematizadas de extinguir uma estrutura mítico-africana milenar que fala sobre modos de ser, de resistir e de lutar. Quilombo epistemológico que se mantém vivo nas comunidades de terreiro, apesar dos esforços centenários de obliteração pela cristandade (NOGUEIRA, 2020, p. 29).

Frente a esse contexto, identifica-se um apagamento e um silenciamento intencional, nas instituições, inclusive no CRAS, sobre os povos de terreiros. Desde 2010 passou a fazer parte do CadÚnico, um campo específico sobre as famílias pertencentes às comunidades de terreiros com intuito de mapear e identificar as situações de vulnerabilidades dos povos tradicionais e de terreiro, assim como potencializar e valorizar seus costumes, crenças e cultura.

No entanto, percebe-se uma resistência grande, por parte dos profissionais e gestão em desenvolver ações que visem essa valorização e visibilidade, devido à predominância das religiões cristãs. Ioná Pereira da **Silva** e Letícia Maria S. **Pereira** (2019) denunciam que mesmo tendo esse campo, falta formação dos(as) profissionais que fazem o cadastro e informação de quem se cadastra, resultando em registros incorretos e dificuldade no acesso destes a um conjunto de programas vinculados ao cadastro social. A formação das(os) profissionais e desinformação das(os) usuárias(os) denunciam uma fragilidade da política e a reiteração de um racismo religioso estrutural.

Um estudo realizado pelo Ministério dos Direitos Humanos, em 2017, utilizando os dados do CadÚnico revelou que a maior concentração de famílias pertencentes às comunidades de terreiros se concentram no Nordeste, correspondendo a 79,7% e tendo a Bahia como o Estado com maior predominância, contabilizando 35,1% (BRASIL, 2018). São dados importantes e precisam ser considerados ao planejar as ações no território, assim como as formações permanentes dos profissionais. As comunidades tradicionais de matriz africana e

os povos de terreiros se configuram como público prioritário da assistência social, porém as(os) profissionais, com seus pensamentos eurocêntricos, ainda representam uma barreira de acesso, entre outros fatores.

Sobre classe social, a maioria disse ser pobre ou classe média baixa, com salários que variam entre R\$ 1.100,00 e 1.780,00, de forma que onze afirmaram ser pobres, outras sete disseram ser classe média baixa, uma declarou ser classe média e uma disse ser baixa renda. Sobre o conceito de classe, Antônio Sérgio Alfredo **Guimarães** (2008) propicia uma discussão interessante para pensarmos como esse termo pode ser relativizado. Ele explica que classe pode ser um conceito analítico - aquele que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria - ou um conceito nativo - aquele conceito que trabalhamos como uma categoria que só tem sentido no mundo prático, efetivo.

Nessa direção entendemos que a autoclassificação das(os) profissionais entrevistadas(os) se refere à comunidade como origem, considerando que todas mencionaram vir de famílias pobres, trabalhadoras e assalariadas. E mesmo aquelas vindas de famílias que possuem algum investimento comercial, não negam ser trabalhadoras, devido ao trabalho ostensivo desenvolvido diariamente. Ainda sobre esse conceito Guimarães (2008) sinaliza que não é algo estático, é um processo em movimento, a classe como comunidade “está sempre em processo de formação ou dissolução, ela nunca é permanente”, ou seja, construir a comunidade de destino ou de origem exige tempo, história e política. Não é algo que se faça automaticamente.

Assim, conforme Guimarães (2008), em uma sociedade racista, a raça continua sendo nativamente importante porque aloca as pessoas em posições socioeconômicas. Segundo dados do PNAD de 2019, as discrepâncias entre raça/cor e gênero continuam gritantes, comparando a renda mensal média. Quando se observa o rendimento mensal real, as pessoas de cor branca apresentaram rendimentos 29,9% superiores à média nacional (R\$ 2.308), enquanto as pardas e pretas receberam rendimentos 25,5% e 27,5%, respectivamente, inferiores a essa média, em 2019. Em se tratando do indicador social sexo, termo utilizado na pesquisa, indica que a proporção do rendimento das mulheres em relação à dos homens era de 77,7% (PNAD, 2020). Dessa forma, observa que classe está diretamente articulada com cor/raça e gênero, de forma muito imbricada e comprometida.

Carneiro (2011) chama atenção para o fato de que o acesso ao emprego e ao trabalho – acréscimo aqui de forma digna e justa – é condição primordial para reprodução da vida, e sua

exclusão - ou precarização – é a primeira forma de negação de um direito básico de cidadania. As barreiras de natureza racial/étnica e de gênero ao mercado de trabalho precisam ser alvo das políticas públicas, visando reverter as desvantagens historicamente acumuladas por grupos sociais expostos a processos de discriminação como de mulheres, negros(as) e pessoas de identidades sexuais e de gênero dissidentes. A interseccionalidade como uma ferramenta analítica nos ajuda a compreender como as formas heterogêneas de violência contribuem para a desigualdade e a injustiça social (COLLINS; BILGE, 2021).

3.2 - O que nós dizemos sobre nós? Discursos das(os) profissionais do CRAS sobre identidade autorrepresentada.

Pensando a identidade, a partir do questionamento *quem é você*, Ciampa (1983, p. 131), fala que “interiorizamos aquilo que os outros nos atribuem de tal forma que se torna algo nosso. A tendência é nós predicarmos coisas que os outros nos atribuem”. Isso começa pelo nome que nos chamamos depois de algum tempo, mas que inicialmente somos chamados pelos outros. Tudo isso para compreendermos que a identidade se constitui em um movimento e em atividade na realidade concreta, de forma que, minhas autodeclarações são resultantes de processos de socialização construídas historicamente atravessadas pelos contextos sociais, políticos, culturais e econômicos.

Mas, segundo Ciampa (1983), até certo ponto essa relação é muito transparente, mas com o tempo fica mais velada e mais complicada para se identificar. Assim, apresento neste tópico as autodeclarações das(dos) profissionais sobre quem são. Porém, dessa tarefa não posso me furtar, porque faço parte da equipe e, também apresento minhas respostas para a pergunta “quem é você?”. É notório que mesmo falando na primeira pessoa do singular, minhas falas estão carregadas de coletivos que me constituíram e me constituem. Como costume dizer “eu não ando só”, muitos(as) outros(as) estão comigo. Quando falo, eu não falo sozinha. Então vamos lá!

Meu nome é Elza, nome conhecido pelos amigos e familiares, sou casada e mãe de Raquel com onze anos e Yuri de sete anos. Sou uma pesquisadora, moradora do Povoado do Peixe, zona rural de Lagedo do Tabocal. Falar deste lugar tem muitos sentidos e significados para mim, pois diz sobre a desconstrução de estereótipos e estigmatizações sobre as pessoas da “roça”. Somos lidas como iletradas, com baixo nível de escolaridade, pessoas sem conhecimento, todas “jecas”, incapazes de transitar em espaços outros senão aqueles já

preestabelecidos socialmente e, isso é naturalizado para nós. Então ser mulher, negra, pobre, moradora do meio rural e pesquisadora simboliza resistência na minha trajetória de vida.

Comecei meus estudos tardiamente, aos sete anos. Fui criada e educada pelo meu tio e minha tia, a quem tenho também como referência de família. Minha mãe biológica mesmo não convivendo comigo, sempre foi presente quando podia. Meu pai faleceu quando eu era muito pequena, tendo quatro anos. Minha família como é notório, nada tradicional e idealizada pelos valores colonizadores. Formei em Magistério em 2002, aos 19 anos. Mas em mim movia um desejo de não parar os estudos, ainda que para minha realidade esse lugar fosse o máximo a ser atingido. No ano seguinte, ingressei na docência, em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio de um programa federal. Três anos depois passei no concurso público da minha cidade para o cargo de professora. Lecionei por seis anos nos anos finais. Foi uma grande conquista, a estabilidade. Para uma menina de família pobre, que trabalhou desde os 13 anos, em pequenos serviços no campo, a aprovação no concurso era a certeza de ter um emprego, poder ajudar nas despesas em casa, minha mãe e irmãos e custear as próprias despesas.

O sonho pela formação universitária não cessou. Sempre fazia o ENEM. E acabei aproveitando uma oportunidade de cursar História numa faculdade particular que estava iniciando na cidade vizinha, em Maracás. Mas em 2007, obtive um escore muito bom no ENEM e me inscrevi no curso de Psicologia como bolsista Pronuni. Concluí a graduação em Psicologia no final de 2012 e, no início de 2013, comecei a trabalhar no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), hoje local dessa pesquisa. O trabalho no CRAS me faz cotidianamente refletir sobre o meu papel e o meu compromisso social com o outro. E em diferentes momentos, inúmeros sentimentos me tomam, como alegria, satisfação, angústia, revolta, indignação e gratidão. Este misto de sentimentos é em decorrência das muitas situações vivenciadas nesses oito anos, como técnica social.

No final de 2013, fui aprovada na seleção para a especialização em Saúde Coletiva, pela UESB/Jequié. Na oportunidade de estar em uma universidade pública, vivenciei outras discussões sobre a política pública de saúde convivendo com diversos(as) profissionais desta área. Nesta época, já com leituras em Edgar Morin, propus discutir o conceito de integralidade na saúde coletiva com base na teoria da complexidade. Sem saber, já fazia uma discussão pós-moderna, contrabandeando entre as fronteiras tão demarcadas pela ciência moderna. Daí para frente, oportunidades de trabalho foram surgindo. Trabalhei no Conjunto

Penal de Jequié (CPJ) de 2013 a 2017. Em 2016, passei a lecionar no ensino superior de uma faculdade particular onde permaneci até meados de 2021.

Fiz duas vezes a seleção para o Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade da UESB, campus de Jequié, BA, em 2016 e 2018, sendo aprovada na segunda vez. Meu trabalho de pesquisa hoje traz muitos coletivos, trago comigo muitas histórias, encontros, oportunizados nesses trânsitos onde deixei um pouco de mim e levei muito de tantos outros. Acredito muito na potencialidade dos encontros e costumo não perder a oportunidade de construir pontes, tecer relações e estabelecer parcerias. Entendo que dessa forma é possível construirmos uma rede intersetorial potente e efetiva em todas as políticas públicas e espaços.

Na minha perspectiva, para fazer sentido precisa ser uma realidade em que vivencio. A invisibilidade da comunidade LGBTTTQIA+ no CRAS assim como os discursos de negação desses(as) sujeitos(as) que, para a filósofa americana Butler (2015), é a negação da humanidade, a abjeção, me inquieta muito. Não só as negações provindas do marcador gênero e de sexualidade, mas também relacionada à raça/etnia e religiosidade. Entendo como sendo práticas violentas institucionalizadas, que vitimizam continuamente esses sujeitos.

Neste processo, também me incluo, por ser parte da equipe. Confesso que ser pesquisadora, mãe, esposa, filha, amiga e trabalhadora não é fácil. Muitas das vezes precisamos negociar estas identidades, como Woodward (2000) nos lembra, e que nessas negociações podemos assumir posições-de-sujeitos diferentes dependendo das distintas interpelações. Mas sou grata às pessoas, ao universo, ao sagrado por estar aqui. Acredito no poder da educação para transformar, sou produto dela e resistir pra mim é estudar!

Tendo exposto um pouco da minha história de vida e das minhas inquietações, eu me vejo com dificuldades e insegura para tecer alguma análise, mas mesmo na insegurança arrisco a enunciar algumas. Consigo compreender que carrego nas minhas falas produções de muitos discursos tais como discursos religiosos e/ou espirituosos, discursos da psicologia, discursos de família, discursos liberalistas construídos na lógica capitalista, dentre tantos outros. Também vale lembrar que esses discursos não são universais, não fazem sentido para todos e todas. Estou ciente, inclusive que com minhas falas corro o risco de contradizer a postura metodológica que assumo como compromisso nessa escrita, conforme já sinalizei em outro momento deste texto.

Mas, voltando ao relato de vida, a partir de agora apresentarei as autodeclarações das(os) profissionais do CRAS que entrevistei, conforme elas/eles dizem. Foi pedido a elas(es) que se apresentassem, falassem de si, tanto na perspectiva pessoal quanto

profissional. A importância desse pedido deve-se a compreensão de que identidade diz sobre como a pessoa reivindica ser reconhecida, ser chamada.

Foram entrevistadas(os) quatro mulheres (duas técnicas sociais, a gestora do Programa Bolsa Família e uma orientadora do SCFV) e um homem (visitador do PPI/SUAS). Todas(os) cisgêneros(as) e heterossexuais, tendo idade entre 21 e 52 anos, com tempo de atuação entre 01 e 22 anos. A carga horária de trabalho varia entre 30 e 40 horas. São todas(os) religiosas(os), praticantes de religião de valores judaico-cristãos, sendo quatro católicos(as) e uma protestante batista. Três profissionais têm nível médio e duas têm formação superior em Serviço Social, que confere o grau de assistente social. As rendas salariais variam entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.400,00.

Quanto à cor da pele uma se declara preta, duas se dizem pardas e duas se declaram brancas. Quatro profissionais são contratadas(os) temporariamente e uma é concursada, de nível médio, porém, não para o cargo que exerce. O modelo de entrevista escolhido foi a semiestruturada a fim de compreender algumas questões que fazem parte do seu cotidiano e de sua prática profissional em seus respectivos cargos.

É importante compreender que as(os) profissionais são sujeitas(os) produzidas(os) discursivamente nas suas várias dimensões de vida: religiosa, profissional, gênero, sexualidade, classe, entre outros. Quando elas falam, não falam sozinhas. Esses discursos estão carregados de valores eurocentrados, baseados na noção do homem universal, branco, cristão e heterossexual ou, também podem contestá-los. Assim compreendemos os sujeitos como constituídos, a partir de várias formações discursivas. No decorrer do trabalho, nas citações de suas falas, elas(elas) serão chamadas(os) por: Paula Santos, Marielle Franco, Fabíola Pereira, Rosinha do Beco e João Nery.¹⁵

Sobre as identidades pessoais, vejamos o que disseram.

*Rsr.... eu sou solteira, moro com meus pais, não tenho filhos. Deixa eu ver mais.... rsrs, o que posso dizer...é.... **eu me acho uma pessoa popular ..., uma pessoa popular... que interage com todo mundo, né, com a sociedade, não é aquela pessoa que tem implicância com alguém né, que não gosta de tal, não. Eu sou uma pessoa que onde eu saio, tenho amizades, eu falo***

¹⁵ Os nomes fictícios escolhidos referem-se às pessoas LGTBTTQIA+, Paula, mulher trans brutalmente assassinada em Jequié/BA em 2019. Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro/RJ, assassinada em 2018. Fabíola Pereira, mulher trans, assassinada no Conjunto Penal de Jequié em 2020. Rosinha do Beco, travesti, o seu corpo foi encontrado carbonizado em sua própria casa, na cidade de Seabra, região da Chapada Diamantina/BA. João Nery, psicólogo e escritor brasileiro, foi o primeiro homem trans a realizar a cirurgia de redesignação sexual no Brasil, em 1977, e foi ativista pelos direitos LGBT. Faleceu em 2018.

com todo mundo, que... Considero popular, desse jeito (Paula Santos, assistente social, 31 anos).

Falando um pouco de mim, sou uma pessoa simples, gosto de ser amiga de todos. Acho que faço amizade fácil, rsrs , mas também assim, quando não vou muito com a cara, fazer como o povo “quando o santo não se bate, prefiro ficar na minha e se afastar, não ter muito contato, só o básico (Marielle Franco, assistente social, 31 anos).

Eu como pessoa... eu sou apaixonada por mim mesma, pelo meu jeito de ser, tenho meu jeito humorista, que sou. Sou uma pessoa assim de coração muito grande. Sempre gosto de aproximar das pessoas para ajudar, me sinto bem quando eu ajudo. Não gosto de prejudicar ninguém. Resumindo tudo isso eu sou feliz quando eu consigo fazer uma outra pessoa feliz.... (Fabiola, orientadora social, 53 anos).

Sou muito alegre, eu me acho muito alegre, rsrs. É isso! (Rosinha do Beco, gestora do PBF, 21 anos).

Então, sou... tenho 25 anos, sou pai de três filhos, sendo um casal de gêmeos e um do sexo oposto, é... Eu sou aquela pessoa que procuro lidar bem com todos, ouvir e falar no tempo certo, é... tenho entender a dor do próximo. (João Nery, visitador do PPI/SUAS, 25 anos).

Nessas falas, sobressai um discurso de ser uma pessoa que se relaciona bem com todas(os) e todas na sociedade, deixando a suspeita que, na perspectiva dessas/desses profissionais, essa é uma característica importante na identidade de alguém e, talvez, para atuarem junto ao CRAS. Diante dessa repetição dos enunciados, Foucault (2008, p. 35), nos ajuda ao questionar “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”. O autor continua nos inquietando ao informar que:

[...] a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer, ou ainda o jogo inconsciente que emergiu involuntariamente do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas; de qualquer forma, trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável, que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma (FOUCAULT, 2008, p. 35).

Com as pistas deixadas pelos discursos, sendo que trata-se de uma pesquisa no campo da assistência social, suspeitamos que as profissionais consideram a importância de “ser popular” para trabalhar na assistência social, considerando dessa forma ser esse o discurso esperado a ser ouvido por quem pergunta. Em uma das falas, a profissional afirma que é

muito popular, interage e gosta de todo mundo, é uma pessoa que não tem implicância com ninguém.

Esse discurso nos leva a pensar que estar na área na área da assistência social é preciso interagir com todo mundo, todo tipo de gente, não ter implicância! E diante disso mais questionamentos surgem: E tem pessoas com implicância nessa equipe? E as implicâncias são em relação a que e a quem? Entendemos que, ao usar as palavras, interessa-nos vê-las como um elemento discursivo, e “restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas” ou faladas. Nesse sentido, alguns discursos aparecem nos interstícios, levando a desconfiar que existem profissionais implicantes e não populares.

Outro discurso que sobressai é o do assistencialismo. Este emerge na fala de uma profissional ao enunciar que é uma pessoa que gosta de ajudar e sente bem com isso, não gosta de prejudicar as pessoas. Resume dizendo que é muito feliz quando consegue fazer outra pessoa feliz. Nessa afirmação há uma defesa do assistencialismo como uma atitude importante para ela e de uma satisfação pessoal ao ajudar outras pessoas.

A reiteração desse discurso leva os(as) profissionais a acreditar que fazer favores endossa a crença da assistência social identificada com a benevolência aos pobres e destituídos de cidadania (CRUZ; GUARESCHI, 2014). Há um discurso ainda hegemônico na sociedade de pensar que a política de assistência social ajuda as pessoas, quando poderíamos produzi-la como uma política de garantia de direitos. A manutenção desse discurso permite que os(as) usuários(as) sejam cobrados em época eleitoral, por algum serviço socioassistencial acessado e reforça também o interesse de que o responsável pela pasta na gestão seja alguém próximo ao gestor municipal, reproduzindo a lógica do(a) primeiro(a) damismo.

Outro ponto a se pensar sobre essas afirmações é a de que para trabalhar nessa política pública bastaria “ser popular”, “gostar de ajudar todo mundo” e ser capaz de “entender a dor do próximo”. Isso pode levar a compreensão de que não é preciso conhecimentos específicos para o exercício da profissão. Ou de que qualquer pessoa que seja boa, ajude as pessoas e seja popular esteja apta a trabalhar na assistência social. Afinal de contas, são pobres e se está fazendo um favor! Mas será que esses(as) profissionais conhecem a política de assistência social? Conhecem os comprometimentos éticos que envolvem suas práticas? Elas e ele têm conhecimento sobre como deveriam ser pautadas suas ações?

Junto com o “ser popular”, “gostar de ajudar” e “entender a dor do próximo” surge também o ser “muito alegre”, que se encontra imbricado com o que já foi discutido

anteriormente. Mas novamente, repetindo o questionamento de Foucault, “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”.

Por que não aparecem discursos comprometidos socialmente com o combate às discriminações de gênero, sexuais, étnico-raciais, deficiências, intolerância religiosa? São indagações que emergem inquietando e pondo em dúvida nossas certezas. Ciampa (1983, p. 127) acredita que “a identidade concretiza uma política, dá corpo a uma ideologia”, e no conjunto constituem e são constituídas pela sociedade. Por isso, que buscar compreender as produções discursivas se torna tarefa tão necessária para compreender as relações de poder-saber que se estabelecem nos diversos espaços.

Sobre as identidades profissionais, ou seja, como elas e ele se apresentam enquanto profissionais, as(os) participantes deste estudo enunciaram:

Antes de ser técnica eu era... eu ainda sou, manicure. Trabalhei a maior parte do meu tempo como manicure. Aí fui contratada, tem o que?... em 2017, tem o que? 4 anos mais ou menos. É quatro anos. E aí, mesmo assim nos intervalos, quando eu saio do horário de trabalho, final de semana eu ainda faço ainda né! Minhas unhas.... continuo ainda com a profissão de manicure também, concilio um com o outro (Paula Santos, assistente social, 31 anos).

Na profissão, graças a Deus, até hoje sempre nos locais que eu trabalho, tenho jeito fácil pra fazer amizades, bom convívio com todo mundo, sempre de boa (Marielle Franco, assistente social, 31 anos).

Enquanto profissional, no meu trabalho, seja lá o que for que tiver fazendo, eu gosto de dar o melhor de mim. Eu dou o meu tudo para que meu trabalho seja bem feito. Gosto de tratar as pessoas bem, tratar gente como gente. Isso que eu aprendi e tudo que eu faço eu gosto de fazer bem feito e trabalho por amor! Toda a minha profissão é regida por amor. Tudo que eu faço! (Fabiola, orientadora social, 53 anos).

Como profissional acho que estou aqui para melhor atender a população e ajudar as pessoas. Eu acho que esse é o nosso chamado de ajudar as pessoas, independente de qualquer situação como profissional (Rosinha do Beco, gestora do PBF, 21 anos).

Em questão de trabalho, eu sou aquela pessoa que procura estar indo sempre ao pé da letra, se é pra fazer certo, bora fazer certo e sempre mostrar o melhor, procurar é... atender todas as pessoas, é... conhecer um pouco de cada (João Nery, visitador do PPI/SUAS, 25 anos).

Sobre suas identidades profissionais, alguns discursos são (re)produzidos na mesma lógica dos discursos da identificação pessoal, enfatizando explicações religiosas e romantizadas acerca do trabalho. Uma das falas chama atenção ao relacionar os

compromissos éticos da profissão como se fosse uma devoção, “chamado”, sobressaindo um discurso religioso, do trabalho como missão, como vocação.

Esse discurso nos lembra da reflexão feita por Marx **Weber** (2004) sobre *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*, onde este acredita que o protestantismo, deu um novo sentido para o trabalho. O tradicionalismo econômico, principal inimigo do espírito capitalista, via o trabalho até então como algo necessário, não como uma missão dada por Deus. A partir da ótica protestante, Lutero, sem ter uma intenção premeditada de dar força ao capitalismo nascente, conferiu um valor religioso ao trabalho. O senso de dever e de disciplina no trabalho passou a ser exigida dos cristãos. Isso fortaleceu o capitalismo, que no momento passava por muitas crises, frente às resistências populares devido às novas formas de trabalho impostas pela industrialização.

O termo “espírito” capitalista debatido pelo autor não refere às relações econômicas e de produção, mas a cultura, diz sobre um modo de ser da sociedade que foi influenciado pela ética protestante. Posto essa explicação de Weber, ainda é muito frequente identificarmos esse discurso religioso, quando se menciona algo sobre o trabalho - hoje não mais apenas entre os(as) protestantes - com expressões como “Deus ajuda quem cedo madruga”, “Quem trabalha Deus ajuda” e “O trabalho dignifica o homem”. No discurso da participante que se declara protestante batista, fica em suspense no seu interdiscurso esse entendimento, quando menciona “nosso chamado em ajudar”, lembrando que a palavra “chamado” faz parte do campo enunciativo religioso cristão (WEBER, 2004).

Outra fala também lança mão do discurso religioso para se referir a sua boa convivência “com todo mundo”. O discurso emerge em tom de agradecimento por essa facilidade em fazer amizades, em conviver bem com todo mundo. Novamente fica em suspense, se ser uma boa profissional seria conviver bem “com todo mundo”, “ter jeito fácil de fazer amizades”. Por outro lado, suspeito que ao fazer essa afirmação, a colega julgue ser importante as relações interpessoais, já que o trabalho realizado no cotidiano do CRAS costuma ser em equipe e, é preconizado pelo vínculo entre profissionais e usuários(as).

É presente também o discurso da romantização do trabalho, desconsiderando a forma como este é tomado pelo sistema capitalista vigente, as suas relações sociais e econômicas. Este emerge quando uma das profissionais apresenta sua identidade profissional pautado no amor, carregada de romantismo, ao dizer que gosta de tratar as pessoas bem, como gente, que trabalha por amor, que aprendeu a fazer tudo bem feito e sempre com amor. Notamos que existe uma proximidade com discurso religioso também, já que, o discurso do amor é uma

pregação constante nas religiões. O trabalho parece numa relação muito intrínseca com a ideia de vocação nas religiões, em uma perspectiva glorificadora e colonizadora.

Nessa mesma perspectiva, outro profissional enuncia que é uma pessoa que procura fazer tudo certo, ao pé da letra, que gosta de mostrar o seu melhor. Novamente indagamos o que seria “fazer o certo”, pautado em que discurso o profissional faz essa afirmação? O que seria mostrar o seu melhor? Será que seria o melhor para o público atendido também? Como saber se está fazendo o melhor? Parece-nos que ao falar do trabalho há uma necessidade de supervalorizá-lo, de demonstrar uma devota dedicação. Identificamos que o trabalho é apontado como algo sagrado, salvífico, divino e redentor que precisa ser glorificado e, nunca menosprezado. O conceito de trabalho produzido com esse discurso religioso e colonialista compreende pessoas que destoam das normas impostas por esse modelo de discurso, como as identidades dissidentes de gênero e sexualidade?

O enunciado gosto de tratar as pessoas bem, tratar gente como gente nos remete ao conceito de abjeto apresentado pela filósofa americana Judith **Butler** (2015). Um abjeto é um não sujeito, assim ela enfatiza que os corpos abjetos são impensáveis, invisíveis, não inteligíveis e não dotados de vidas. São corpos que não importam, vistos como destituídos de humanidade. A indagação que se desponta é: Será que tratar gente como gente ou fazer o certo é tratar as pessoas como humanos(as), como pessoas que importam? E porque surgiria nas falas das(os) profissionais do CRAS esse discurso? Há o entendimento de que as pessoas que acessam os serviços dessa política são “menos gente” ou “não são gente”, ou não precisa trabalhar de forma “certa”, já que, tratam de pessoas em inúmeras situações de vulnerabilidade?

É importante sinalizar que todos esses questionamentos são possíveis porque também falo desse lugar, alguém que trabalha na assistência social e desenvolve esta pesquisa. Dagmar Estermann **Meyer** e Rosângela de Fátima **Soares** (2005) nos lembram de que os questionamentos feitos por alguém - esse alguém que é um sujeito individual e coletivo - surgem a partir de um lugar e de um tempo específico. Se estivesse em outro lugar e/ou outro tempo provavelmente minhas indagações seriam outras.

Outro conteúdo que transparece nos interstícios dos discursos das(os) profissionais é a incerteza do seu trabalho, do seu cargo. Uma delas menciona que, mesmo atuando como técnica do CRAS, ainda continua exercendo sua profissão primeira, ser manicure. Observa que, quando perguntado sobre a identidade profissional, ela lança mão da profissão que parece ser mais segura, profissão que ela exerce há mais tempo, a de manicure. Ela deixa em

suspense o fazer profissional no campo da assistência social, a ponto de responder sua identificação em ser manicure.

Talvez essa insegurança possa ocorrer por ser contratada, e isso ser algo que afeta diretamente o sentimento de instabilidade e a incerteza de lançar mão dessa identidade. Não existe no município nenhum processo seletivo ou concurso para preencher o quadro de funcionários da política de assistência social. Essa escolha é feita por critérios políticos partidários, ou seja, quase sempre trabalha quem votou no grupo partidário vencedor.

Nos enunciados proferidos pelas(os) profissionais do CRAS, vimos em suas identidades pessoais e profissionais, uma forte relação entre assistencialismo, religião e trabalho. Essas formações discursivas revelam um fazer dessa política e um pensar sobre si, numa perspectiva colonizada e colonizadora com ausência de uma perspectiva de assistência social como produção emancipatória.

4 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A BIOPOLÍTICA E A NECROPOLÍTICA: UM ESTADO DE MORTE A SERVIÇO DA POPULAÇÃO

As políticas públicas são campos de disputas discursivas em busca do status de verdade. Em a *Ordem do Discurso*, Foucault (2014) supõe que em toda sociedade a produção de discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por meio de procedimentos que invocam poderes e perigos. A partir do controle e manipulação dos discursos, algumas pessoas são excluídas. Foucault analisa três procedimentos de exclusão: interdição, separação e rejeição. Para o que proponho discutir sobre as políticas públicas, nos interessa fazer uma imersão sobre os conceitos de interdição e de rejeição. As interdições operam com base nas seguintes lógicas: quem não tem o direito de dizer tudo, quem não pode falar de tudo em qualquer circunstância e quem não pode falar de qualquer coisa, ou seja, funciona na ótica da palavra proibida.

Já a rejeição opera na lógica do falso e verdadeiro, a partir da vontade de saber, da vontade de verdade. Foucault relembra que

O discurso verdadeiro pelo qual se tinha respeito e terror, aquele ao qual era preciso submeter-se, porque ele reinava, era o discurso pronunciado por quem de direito e conforme o ritual requerido; era o discurso que, profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia se passar, mas contribuía para sua realização, provocava a adesão dos homens e se tramava assim com o destino. Ora, eis que um século mais tarde, a verdade mais elevada já não residia mais no que era discurso, ou no que ele fazia, mas residia no que ele dizia: chegou um dia em que a verdade se deslocou do ato para o próprio enunciado: para seu sentido, sua forma, seu objeto, sua relação a sua referência (FOUCAULT, 2014, p. 14-15).

Não é incomum, que mesmo com status de políticas públicas, muitas tomam forma de políticas de governo, se comprometendo com os interesses dos governos vigentes. José Renato Sant'Anna **Porto** (2014) afirma que o objetivo final do governo são as pessoas em suas relações, seus vínculos entre si e com as coisas. Dessa forma, o autor reforça que o alvo das práticas de governo é, ao mesmo tempo, direcionado as condutas individuais e as condutas grupais, “governar significaria não apenas o controle de algo estático, mas sim o controle e a condução das condutas, dos movimentos, das variáveis” (PORTO, 2014, p. 12).

Governar, na perspectiva de Foucault é aplicar uma economia no nível de todo o Estado, ou seja, “exercer em relação aos habitantes, às riquezas, à conduta de todos e de cada um, uma forma de vigilância, de controle, não menos atenta do que a do pai de família sobre a casa e seus bens [...] Eis, portanto o que é governar e ser governado.” (FOUCAULT, 2008a, p. 126-127). Observa-se a partir dessa fala do Foucault, algo muito presente na política de assistência social que é a centralidade dos discursos na noção de família. Parece que o Estado busca e, muitas vezes consegue ocupar, esse lugar paternalista, controlador e vigilante por meio das políticas públicas.

Para Foucault, a conveniência de conduzir a gestão do Estado, de forma similar à gestão familiar/privada, necessita desenvolver uma forma de conhecer, de vigiar e de controlar todos ao mesmo tempo. Essa economia, juntamente com a estatística e a produção de informações minuciosas foram pontos importantes no surgimento da noção de população. A intervenção do Estado em relação ao cuidar e a salvaguardar a vida de todos é o que produz a chamada “população”. Nesse investimento, nessa economia de controlar e vigiar produziu-se o que Foucault nomeou de biopoder, poder de segurança ou biopolítica, que são exercidas pelas práticas de governo sobre a população constituída por esse próprio governo (PORTO, 2014).

O biopoder ou biopolítica é “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 3). Segundo Kássia de Oliveira Martins **Siqueira** e Michelle Villaça **Lino** (2013) a política de assistência social, por meio de suas imposições e condicionalidades aos(as) usuários(as) para que esses/essas acessem benefícios, programas, projetos e serviços, acaba por exercer o poder sobre a vida, o controle sobre o viver, o controle do local de moradia, da forma de cuidar das crianças, da higiene, das doenças, das relações de violência ou não, do nascimento e da morte. Essa forma de gerenciar a vida é o que Foucault chama de biopoder.

Ao desenvolver sua narrativa sobre o poder, Foucault afirma que, no final do século XVII, e, decorrer do século XVIII, nas sociedades soberanas, valia o fazer morrer e deixar viver, a partir de uma tecnologia de poder disciplinar, centrado no corpo individual. Essa perspectiva é modificada na segunda metade do século XVIII, a partir da ótica do biopoder que passa a vigorar o fazer viver e deixar morrer. Essa tecnologia de poder - o biopoder - não exclui a primeira, mas a integra (FOUCAULT, 1999a).

A nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie (FOUCAULT, 1999a, p. 289).

O que era uma anátomo-política do corpo humano no início do sec. XVIII passa a ser uma biopolítica da espécie humana no final do mesmo século. Sobre os fenômenos que a biopolítica introduz, além das instituições de assistência, representadas, especialmente pela Igreja, são introduzidos, também, outros mecanismos muito mais sutis, mais racionais, de segurança, de poupança individual e coletiva, de seguridade, entre outros (FOUCAULT, 1999a). Nesse caso, a política de assistência social e, não apenas essa política pública é um mecanismo sutil, na perspectiva de Foucault, pois essa visa gerenciar a vida das pessoas com vista a alcançar a segurança e proteção social, por meio da superação das chamadas vulnerabilidades e dos riscos sociais. Mas o que se questiona é: a superação das vulnerabilidades e dos riscos sociais para quem? Para todos os públicos que acionam essa política pública?

Ainda falando sobre biopoder-biopolítica, Foucault em *História da Sexualidade – a vontade de saber* discorre que o sexo é o foco da disputa política, pois ele encontra-se entre os dois eixos onde se desenvolve a tecnologia política da vida: biopoder e biopolítica. Isso porque de um lado faz parte da disciplina do corpo (biopoder) e do outro pertence à regulação das populações (biopolítica), ou seja, “o sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie” (FOUCAULT, 2019, p. 157-158). Foucault ainda alerta que o dispositivo da sexualidade precisa ser pensado com base nas técnicas de poder contemporâneas. Aponto aqui os mecanismos de poder sobre o sexo para entendermos que as políticas públicas LGBTTQIA+, também, são capturadas por esses discursos e se configuram como mecanismos sutis de controle da sexualidade.

A partir do entendimento de Foucault sobre biopoder-biopolítica Achille Mbembe (2020) discorre sobre um mecanismo contemporâneo chamado necropoder/necropolítica. O autor camaronês considera que os conceitos de discurso e poder de Foucault são insuficientes para compreender as relações contemporâneas de extermínios, perseguições, segregação, massacres, etc. Por ser um estudioso da escravidão, da negritude e da descolonização, ele

relaciona o discurso e o poder defendido por Foucault com o racismo de Estado. Este racismo de Estado então fortaleceria as políticas de morte, ou seja, a necropolítica, investidas pelo Estado na contemporaneidade.

O autor sinaliza ainda que uma das estratégias necropolíticas é a destituição de humanidade do sujeito, é a anulação do ser sujeito. Isso se dá por meio do exercício da soberania. Uma das formas de exercer a soberania é a ocupação espacial que o Mbembe define como: “O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona, entre o estatuto de sujeito e objeto” (MBEMBE, 2020, p. 39).

A ocupação colonial é uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico, trata-se da inscrição de novas relações sociais e espaciais sobre o terreno. A necropolítica é o modo como o poder de morte opera, definindo “quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2020, p. 41). Por meio da necropolítica, muitas vezes, o Estado assume o direito divino de existir. Há uma combinação entre o disciplinar, a biopolítica e a necropolítica.

Já sobre o racismo de Estado, argumentado por Mbembe, baseando-se na perspectiva foucaultiana, é preciso tecer alguns comentários. Ambos defendem que o racismo é a tecnologia que permite o exercício do biopoder. É por meio do racismo que alguns corpos são deixados para morrer, pois o marcador definitivo do deixar morrer é a raça. No entanto, Mbembe enfatiza a política de morte de populações fora da geografia europeia. Enquanto Foucault faz uma analítica do biopoder no contexto europeu, Mbembe elabora seus entendimentos relacionando a espaços periféricos e fora do eixo imperialista. Entre o fazer viver e o deixar morrer, prerrogativas do biopoder, Mbembe se debruça em compreender quem são os(as) deixados(as) para morrer (MBEMBE, 2020; FOUCAULT, 1999a).

O que a necropolítica tem a ver com as políticas públicas? Entendemos que as políticas públicas ainda seguem a cartilha do colonialismo, pautando-se em um discurso neoliberal e moralista, que culpabiliza os indivíduos e grupos por suas situações de privação e vulnerabilidades. Em se tratando da política de assistência social, ainda é notória, como essa é deixada com “as sobras” das demais políticas. Há um discurso nas entrelinhas de que, por se tratar de uma política para pessoas pobres - porque a assistência social ainda é classista - e pretas, qualquer migalha serve. Isso se institucionaliza na política por meio da expressão “os mínimos sociais”.

Em relação às políticas públicas LGBTTTQIA+ também, não é diferente quando se trata de investimentos e iniciativas do poder público. Parecem estratégias do deixar morrer, mas não escancaram essa intenção. São estratégias sutis, camufladas por discursos civilizados, que devolvem para os públicos dessas políticas as responsabilidades por suas condições de escassez. Ao falar sobre o racismo de Estado nas políticas públicas da assistência social e LGBTTTQIA+, vale enfatizar o apagamento das discussões étnico-raciais e de diversidade de gênero e sexual na elaboração e execução delas. Uma questão nos inquieta: os públicos dessas políticas são considerados humanos? Quem são os humanos? Quem está fora do humano? Arrisco a dizer que algumas técnicas do Estado, por meio de suas políticas públicas, não tomam seus/suas usuários/as como humanos e, ainda acrescento, usam técnicas de morte ao negligenciar os serviços, suprimir direitos, dificultar acesso às outras políticas, burocratizar de forma exacerbada seu funcionamento e reduzir recursos. São pessoas deixadas para morrer, numa lógica perversa, são políticas de morte.

Nesse sentido, o CRAS se configura como um dispositivo biopolítico/necropolítico, pois ao criar e reproduzir discursos, exerce controle, vigilância e regulação sobre hábitos, costumes e condutas, ao passo que também decide quem precisa mais, quem precisa menos ou quem não precisa de benefícios, programas, serviços ou projetos, isso analisado com base nas lentes estatais e colonizadas. Dentre esses(as) eleitos(as) e classificados(as), ou não, estão as pessoas LGBTTTQIA+, que são alvos de julgamentos morais, tendo suas identidades de gênero e sexuais atribuídas constantemente às escolhas pessoais, logo estão sofrendo por que querem, podem ser deixadas para morrer. Suspeitamos que essas políticas públicas não estejam interessadas em fazer viver, mas em deixar alguns grupos para morrer, também numa lógica discursiva higienista.

Esse capítulo divide-se em três subtítulos. O primeiro discorre sobre os discursos enunciados com base nas falas das(os) profissionais do CRAS sobre as pessoas LGBTTTQIA+, a partir do questionamento sobre o que elas/eles pensavam ou diziam sobre as pessoas de identidades sexuais e de gênero dissidentes. O segundo capítulo discute sobre as dificuldades e os desafios encontrados pelos/pelas profissionais para atender esse público no CRAS. E o terceiro capítulo discute as propostas de ações para as pessoas LGBTTTQIA+ proferidas pelas/pelos profissionais do CRAS.

4.1 - As (Os) profissionais do CRAS querem os LGBTTQIA+ por perto? Discursos das(os) profissionais do CRAS sobre a comunidade LGBTTQIA+

A sexualidade é um dispositivo histórico de poder utilizado para controlar vidas no âmbito da biopolítica. Foucault (2019) acredita que por meio dos discursos se produzem os sujeitos do sexo. No entanto, Preciado (2011) acredita que a multiplicidade de anormais não são apenas efeitos dos discursos do sexo, mas são potências políticas que o império sexual quer controlar, regular e normalizar. O autor fala em corpo *straight* para se referir a uma produção de uma divisão do trabalho da carne, determinando e territorializando as funções de cada parte do corpo como a boca, vagina, ânus. Dessa forma, aprisiona a produção das identidades de gênero a certos órgãos tidos como sexuais e reprodutores.

Nessa perspectiva, Louro (2018) defende que o efeito dos sujeitos(as) transgressores(as) de gênero e sexualidade é fortemente político, pois estes sujeitos(as) sugerem uma ampliação nas possibilidades de ser e viver. Ela alerta que esse lugar do provisório nem sempre é confortável, mas pode ser também um lugar privilegiado porque permite ver de modo inédito, os arranjos, práticas e destinos sociais que aparentavam ser universais, estáveis e indiscutíveis.

Judith Butler embora reconheça o caráter discursivo da sexualidade produz novas concepções sobre sexo, sexualidade e gênero, incluindo a discursividade do sexo, até então intocado. A autora americana também promove uma discussão próxima do que o Preciado faz sobre o corpo *straight* debatendo sobre a sequência sexo-gênero-sexualidade numa matriz heterossexual como forma de reiterar a norma regulatória que não é segura (LOURO, 2018).

Preciado (2011, p. 16) chama de multidões queer todos(as) aqueles(as) que não repousam sobre uma identidade natural e essencialista de homem/mulher e nem sobre uma definição das práticas sexuais (homossexual/heterossexual), “mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como ‘normais’ ou ‘anormais’”: O que se evidencia aqui é como essa multidão resiste e desvia das estratégias sexopolíticas de controle dos corpos.

Ainda nos dias atuais a sexualidade continua sendo alvo da vigilância e do controle, agora com investidas mais sofisticadas e diversas por meio das instituições que se autorizam a ditar normas e padrões (LOURO, 2018). Constantemente presenciamos discursos e práticas preconceituosas e estigmatizantes relacionadas às pessoas LGBTTQIA+ nos vários espaços

institucionais, sobressaindo com frequência falas de cunho regulatório e perspectivas higienistas sobre seus comportamentos e atitudes. Abordaremos alguns discursos enunciados a partir das falas das(os) profissionais entrevistados(as) do CRAS sobre esse público da assistência social. Esses discursos emergiram frente ao questionamento sobre o que elas e ele pensavam ou diziam sobre as pessoas LGBTQIA+.

*Sofre muito preconceito, é tanto que tem uns que acho que tem até medo de... de... dizer, de assumir por conta do **preconceito da família**, principalmente da família, da sociedade, às vezes ouve muito comentários, né, e, às vezes, não gosta e acaba se escondendo, não assumindo (Paula Santos, assistente social, 31 anos).*

Um público da gente, né, que talvez... Público da gente mas parece que a gente também não tem tanto interesse né, em ter eles por perto, na verdade (Paula Santos, assistente social, 31 anos).

Na verdade é como eu falei... eu acho que ainda tem muita gente que... não sei se revelou, né, mas não vem muito procurar a gente e também a gente acaba também falhando, né nesse contexto de ir em busca desse povo, né, para trabalhar com eles, pra eles serem mais aceitos na sociedade. Eu acho que seja isso! (Paula Santos, assistente social, 31 anos).

*Às vezes quando a gente está assim em turma, em algum lugar, que sempre passa algum deles, é... fulano que é descarado né, é... era casado, tem filhos e virou gay, não sei o que... não gosto muito. Sabe aquele preconceito bobo que, que a gente nem entende porque né, que não gosta muito porque a pessoa que é escandaloso, muitos casos. É assim, muita coisinha, **preconceito que a gente percebe**, quando passa alguém, sempre alguém comentando, cochichando, ali dando risada né, pela forma de ser (Paula Santos, assistente social, 31 anos).*

*É um grupo ainda que precisa muito de respeito, **que nossa sociedade ainda é muito preconceituosa**. Porque assim, é fácil quando, eu falo eu defendo, eu aceito mas quando se trata de alguém dentro da nossa família, a gente tem aquela rejeição e muitas vezes a gente vê isso acontecendo com nossos amigos, pessoas próximas da gente e quando fala assim eu sou homossexual, eu sou lésbica, a maioria começa a apontar, começa a desrespeitar. Tem aquele **preconceito e aquela restrição de aceitar ainda nos grupos** (Marielle Franco, assistente social, 31 anos).*

*Da mesma forma que eu converso com vc, que eu lido com você ou que eu recebo você em minha casa, ou que eu tenha que ir a encontro, qualquer uma dessas pessoas pra qualquer fim, o meu relacionamento é normal como qualquer pessoa. **Não tenho preconceito** e o respeito que distribuo é igualmente para todos (Fabiola, orientadora social, 53 anos).*

Eu... assim... eu sou muito levar em questão da pessoa, se a pessoa for gente boa, pessoa mesmo honesta e tudo, sempre tem meu apoio, é... tenho

amizades com bastante pessoas da família LGBT. Tenho parentes também em questão isso, e pra mim é normal, é como se fosse normal, não tenho preconceito algum (João Nery, visitador do PPI/SUAS, 25 anos).

Um dos enunciados reiterado nessas falas é o do preconceito. Este se encontra presente nos relatos de todas(os) as(os) profissionais, seja afirmando que a sociedade ainda é muito preconceituosa ou negando que elas próprias sejam preconceituosas. Em uma das falas a profissional diz que é comum nos vários lugares que ela frequenta ouvir frases se referindo as pessoas LGBTTQIA+ como sendo descaradas, porque eram casadas, tiveram filhos e viraram gays, ou ainda, que não gostam das pessoas LGBTTQIA+ porque são pessoas escandalosas. Ela fica incomodada com esses comentários dizendo não gostar, diz que é um preconceito bobo.

Os discursos de preconceito emergem nesse caso associados ao discurso da homossexualidade como descarração e como uma sexualidade escandalosa, sem pudor, manifesta pelas pessoas LGBTTQIA+. Observa que o discurso sobre identidades não heterossexuais que surge na fala da profissional foi apenas da homossexualidade. Isso denota que há um desconhecimento sobre os estudos de gênero e sexualidade, de forma que ela não mencionou outras identidades em sua fala. Como ela cita a homossexualidade farei algumas problematizações sobre essa identidade sexual, mas sem perder de vista as demais identidades.

Sobre o discurso da sexualidade escandalosa vivenciada na homossexualidade, **Miskolci** (2017) usa do texto de Giancarlo **Cornejo**, intitulado *A guerra declarada contra o menino afeminado*, para nos dar pistas de como essa figura do menino/homem afeminado representa o fracasso de um projeto impositivo da heteronormatividade. Talvez, possamos inferir que os discursos de ódio e ataques direcionados às pessoas de orientação sexual e identidades de gênero dissidentes deva-se a esse sentimento de fracasso e de impotência por não terem conseguido imprimir nesse sujeito seu modelo universal de cisgeneridade e heterossexualidade, já que, segundo o Cornejo, “a homossexualidade de uma criança se transfigura em seu assassinato” (CORNEJO, 2017, p. 82).

Dessa forma, a homossexualidade e as demais identidades não heterossexuais representam a morte da heterossexualidade, seria a confirmação da falência de uma certeza que foi dada como universal, única e infalível. Por outro lado, Tomaz Tadeu da **Silva** (2014, p. 89) nos lembra que o “cruzamento das fronteiras” identitárias de gênero e sexualidade e o cultivo proposital de identidades ambíguas é uma estratégia política poderosa de

questionamento das operações de fixação da identidade. Nesse sentido, a identidades que borram as fronteiras de gênero e sexualidade colocam em xeque a artificialidade, a precariedade e instabilidade de todas as identidades que foram construídas a partir de crenças essencialistas, vistas como fixas e imutáveis.

Em outro trecho identifica-se o discurso do preconceito associado ao medo “de assumir-se”. Sugere que muitas pessoas se escondem e não assumem suas identidades de gênero e sexualidade por medo do preconceito que podem vivenciar na sua família, na sociedade e por ouvir muitos comentários que as fazem sofrer. Destaca-se nesse trecho também, o discurso do preconceito vindo da família. Mas, será que a sociedade deseja a saída do armário? Será que não existe um investimento em manter um padrão heteronormativo, como do gay que não precisa escancarar que é gay, da lésbica que não precisa mostrar para manter o suposto padrão de normalidade? Suspeito que as práticas preconceituosas e o reforço do discurso do medo são dispositivos utilizados de forma estratégica para regular a sexualidade na nossa sociedade. É a imposição desse discurso acrescida às práticas e ações de violência que sustentam e reiteram essas normas construídas nesse modelo cisheteronormativo. No caso das travestis e mulheres e homens trans é pior ainda, pois o armário para elas/eles não existe e elas/eles são mais violentadas(os) ainda.

Ainda pensando no preconceito proveniente da família, uma/um das(os) profissionais, também, deixa pistas de que mesmo as pessoas que defendem o direito de expressão das(os) LGBTTQIA+ também têm resistências, quando se trata de alguém da própria família. Marielle Franco explicita isso quando enuncia que mesmo as pessoas que defendem a causa costumam rejeitar quando refere a alguém de sua própria família. Ela afirma presenciar isso acontecendo com amigos(as) e pessoas próximas que quando se assumem como gays ou lésbicas passam a ser apontadas e desrespeitadas no próprio contexto familiar. Sobre esse aspecto Mello, Irineu, Froemming e Ribeiro (2013) evidenciam que:

A situação de indignação e de abandono de muitos jovens, pessoas adultas e idosas está associada não só ao preconceito e à discriminação social, mas também à homofobia familiar; ou seja, muitas vezes, é a família (ou são os próprios pais) que as expulsa de casa ou torna sua permanência no núcleo doméstico de origem insustentável, como é de conhecimento público (p. 151).

No trecho da fala de Marielle Franco, também observa um conhecimento limitado da discussão de gênero e sexualidade apenas relacionados à homossexualidade e à lesbianidade, restringindo as identidades sexuais.

É importante considerar, o quanto as famílias com presença de pessoas LGBTTQIA+, são estereotipadas, estigmatizadas, culpadas por não ter cumprido a sua função familiar, já que pelos dispositivos da sexualidade ela é tida como a guardiã da cisheteronormatividade de seus membros. Se quisermos aprofundar essa discussão chegaremos ao discurso de que a mãe é a culpada, pois em nossa sociedade patriarcal marcada pelo discurso machista, onde as mães são dadas ao cuidado e à educação dos(as) filhos(as), elas são as primeiras a serem crucificadas, entendidas como incapazes de ter ensinado o(a) filho(a) a ser cisgênero e heterossexual.

Retornando a falar sobre o medo de ‘sair do armário’ devido à desaprovação da família, Cornejo revela que a família também foi patologizada, especialmente a mãe, culpabilizada por ele ser afeminado. Ela foi acusada de matar seu próprio filho, pois, conforme já foi mencionada, a saída do armário representa a morte da heterossexualidade. Conforme esse raciocínio, ela também tem culpa por destruir a continuidade familiar, por não ter sido exitosa no seu projeto de produzir um procriador (CORNEJO, 2017).

O discurso da normalidade surge no enunciado de Fabiola quando afirma que costuma considerar os predicativos da pessoa: se for gente boa e honesta tem o apoio dela. Refere ter amizades e parentes que são pessoas LGBT (termo usado pela profissional) e reforça dizendo não ter preconceito, que é como se fosse normal. Ferrarri (2009) nos relembra a importância de recuperar a trama histórica da homossexualidade (aqui entendo também das identidades não heterossexuais) e entender até que ponto o que tem se pensado e construído hoje tem relação com o passado. O enunciado “*pra mim é normal, é como se fosse normal*” nos permite analisar o quanto as identidades dissidentes se construíram em relação à anormalidade, como doença que precisa de cura, como uma diferença que precisa ser regulada, em um corpo que precisa ser disciplinado.

Essa fala da profissional é bem denunciadora do discurso heteronormativo e o quanto ele ainda alicerça as nossas falas. Pois mesmo ela buscando manter um discurso engajado na causa, é traída pela expressão “como se fosse normal”, deixando nos interstícios a suspeita de que não é normal ser LGBTTQIA+. A expressão “como se fosse normal” não é a mesma coisa que “é normal”. A impressão que temos que ela força a entrada desse grupo na categoria do que ela construiu como normal, porém a linguagem a faz deslizar, escorregar e a denuncia.

Também observa-se que as(os) profissionais reconhecem os(as) LGBTTQIA+ como um grupo com vulnerabilidade. Elas/eles verbalizam e exemplificam as formas de discriminação, preconceito e estereótipos que estão expostas. Em algumas falas, inclusive, reconhecem que nós, profissionais, demonstramos também, não querê-los(as) por perto. Com essa fala, alguns questionamentos surgem: Por que os(as) profissionais da assistência social não querem as pessoas LGBTTQIA+ no CRAS? Talvez não entendam a comunidade LGBTTQIA+ como público, também, prioritário da política de assistência social.

Quando público prioritário nosso não nos procura, o que precisamos fazer? A fala de Paula nos responde essa indagação ao enunciar que a gente falha porque não fazemos busca ativa, porque não vamos procurá-los(as) para trabalhar com eles/elas, lutando para que sejam reconhecidos(as) na sociedade. E mais uma vez indagamos, será que os(as) queremos por perto? Será que nós estamos preocupadas(os) e comprometidas(os) nesse processo de reconhecimento e valorização das diversas identidades de gênero e sexuais no território? Mas o que se evidencia é o consentimento de uma falha. Tem a ciência que não faz e deveria fazer! De alguma forma é ponto positivo, pois reconhece uma ação que confere a assistência social, mas o que faremos com isso?

Sobre não ser preconceituosa, Fabíola enuncia com muita veemência que distribui o mesmo respeito para todas as pessoas de forma igual e que não tem preconceitos. Com essa fala algumas inquietações surgem, por que é necessário reafirmar esse discurso da igualdade entre todos/as? A partir de quais princípios esses parâmetros foram/são construídos? Inquieta-me querer saber como as diferenças são percebidas e compreendidas por pessoas que defendem discursos de igualdade. Como é esse respeito igual que se distribui?

Ao surgir o discurso da igualdade, logo somos convocados(as) a falar sobre identidade e, aqui tomamos emprestadas as perguntas de Stuart Hall (2014, p.103) para nos auxiliar nesse momento: “quem precisa de identidade?” ou “Onde está a necessidade de mais uma discussão sobre identidade?”. O próprio autor nos ajuda a pensar que pelas identidades serem construídas no discurso, precisamos compreendê-las como construídas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas e com estratégias e iniciativas específicas. E aqui emergem as indagações, quais são as formações e práticas discursivas e as estratégias que estão sendo utilizadas para construir o discurso da igualdade proferida pela profissional? Como esses discursos são produzidos? Como se configuraria um tratamento na assistência social centrado na diferença e não na igualdade que desconsidera as especificidades dos grupos?

A igualdade é um discurso liberal e falacioso, pois diz ser neutro, mas encontra-se comprometido com os valores dos grupos hegemônicos. Então, defendo que o tratamento precisa ser diferente, nas suas singularidades e especificidades, porque não existem pessoas iguais e toda vez que se lança mão desse discurso da igualdade, ele vem comprometido com as formações discursivas do homem branco, cisgênero, heterossexual e cristão, ou seja, comprometidos com valores etnocêntricos e colonizadores, privilegiando um determinado grupo de pessoas e excluindo outros. A igualdade tem relação íntima com a neutralidade e vale aqui lembrar que o suposto neutro também é lugar e, não é o lugar dos grupos historicamente construído como inferiores.

Lembro aqui, Tomaz Tadeu da **Silva** (2014), ao mencionar que a identidade é marcada pela diferença, porém algumas diferenças são entendidas como mais relevantes que outras, particularmente em alguns lugares e momentos. Isso nos leva a compreensão que a identidade é um campo atravessado por relações de poder, sendo assim o grupo que concentra o poder define qual padrão deve ser universalizado, por consequência, esse padrão sustenta o discurso da igualdade.

Discursos sobre respeito, respeito mútuo, comportamento desejado e essencialização da homossexualidade também aparecem nas falas de algumas profissionais.

Porque acho que a gente tem que ter esse respeito em ambas as partes. Eu sou cristã protestante, porém, eu fui criada e fui ensinada que nós devemos respeitar a opinião dos outros. Então assim, a pessoa no caso como estava te dizendo, eu acho que no momento gosta de ser chamada por ela. Então a gente tem que ver isso, porque a gente pode está chamando ele. A gente identifica como ele, só que poderia estar sendo uma ofensa, né? Então a gente tem que ter consciência e respeitar os sentimentos dos outros. Acho que nesse primeiro momento, em questão de como gostaria de ser tratado né, em questão do nome, ele ou ela, e... normal... não tem diferença! Pra mim normal! Não tem diferença nenhuma! (Rosinha do Beco, gestora do PBF, 21 anos).

Essas pessoas são.... eu vejo pelo seguinte lado... tem pessoas que a gente vê que já nasce com este comportamento, já cresce com este comportamento, se vê nessa situação diferente né, sentindo uma pessoa em outro corpo, né? E eu particularmente respeito muito essas pessoas e acho que devem ser tratadas com respeito e que essas pessoas devem ter os mesmos direitos que qualquer tem direito. Eu acho que sentimento e situação como essa é pra ser respeitado, é pra ser cuidado, essas pessoas também são pessoas que merecem o nosso respeito, a nossa atenção e o nosso cuidado” (Fabíola, orientadora social, 53 anos).

E, às vezes, também é.... dependendo do comportamento, porque é um assunto, assim polêmico né, porque tem pessoas que estão nessa condição,

nessa situação que elas dentro do jeito de ser delas, dentro do ser delas, elas se comportam bem, tem outras que apresentam um comportamento assim não muito bem. Às vezes, isso influi muito. Porque eu vejo assim, não importa o que a pessoa é, se é LGBT, o que a pessoa é, mas se ela vive em um ambiente e ela se comporta bem, ela não bebe, ela não dá vexame, ela não procura estar fazendo muita coisa pra chamar atenção, pra causar polêmica, pode estar em qualquer lugar e participar de qualquer lugar (Fabíola, orientadora social, 53 anos).

O discurso do respeito mútuo surge associado ao entendimento de que seria uma falta de respeito tratar uma pessoa com um pronome que não fosse condizente com sua identidade de gênero. Desconfio que a fala de Rosinha do Beco se apresenta como uma oposição ao discurso de igualdade defendido por Fabíola, no que diz respeito ao tratamento das pessoas no CRAS.

Mas nos interstícios dessas falas identificamos outros discursos, que numa leitura desinteressada passariam despercebidos, como a anulação da diferença, evidenciado no seguinte trecho *“Pra mim normal! Não tem diferença nenhuma!”*. Esse enunciado vem logo em seguida Rosinha do Beco falar do uso dos pronomes adequados para as distintas identidades de gênero. Parece ser um discurso contraditório ou uma traição da linguagem, algo possível, considerando o que Foucault (1999) nos diz sobre o discurso não se encerrar nele mesmo, do fato da linguagem ter em seu interior o princípio da reprodução, sobre termos muito para interpretar a partir das interpretações.

Outro enunciado também nos deixa em condições de suspeitar se o respeito mútuo, que ela refere, trata-se dos(as) profissionais com as pessoas LGBTTQIA+ ou das pessoas LGBTTQIA+ com os(as) profissionais do CRAS, já que, ao falar do respeito mútuo, em seguida ela lança mão de sua identidade religiosa para justificar que foi ensinada a respeitar as opiniões dos outros. Será que mais uma vez a linguagem está lhe traindo? Ela está falando de si ou dos(as) outros(as)? Se for dos(as) outros(as), quando as pessoas LGBTTQIA+ são desrespeitosas? Quais comportamentos e atitudes são considerados desrespeitosos? Também aparece uma conjunção adversativa no trecho *“Eu sou cristã protestante, **porém**, eu fui criada e fui ensinada que nós devemos respeitar a opinião dos outros”*, indicando uma oposição entre ser protestante e respeitar as opiniões dos(as) outros(as). Nesse caso, as “opiniões” no campo do desejo e da identidade de gênero desviantes do naturalizado como normal.

Também podemos discutir os enunciados de Fabíola quando inferem julgamentos sobre os comportamentos esperados e “aceitos” para as pessoas LGBTTQIA+. Caso elas se comportem bem, não bebam, não deem vexame, não chamem atenção para causar polêmica,

podem estar em qualquer lugar. Observa-se, com base nessa fala, que existe uma vigilância, um controle sobre as identidades sexuais e de gênero dissidentes, existe uma condição para as pessoas LGBTTTQIA+ serem aceitas, respeitadas e poderem frequentar determinados lugares na sociedade. Mas, para quem mais existe essa condição? Para as pessoas heterossexuais existe essa cobrança?

Segundo Ferrari (2009), cada sociedade cria suas expectativas quanto ao comportamento esperado das pessoas homossexuais e, essas expectativas são impostas e mesmo diluídas por meio de uma série de mecanismos sociais. O autor acima refere sobre a homossexualidade, mas entendo que a análise pode ser estendida as demais identidades dissidentes sem prejuízos de interpretação. Esses mecanismos agem de forma sutil, despercebida e espontânea, mas com tamanha intensidade que define os comportamentos e como devem proceder as identidades dissidentes, utilizando como norma e padrão a heteronormatividade.

Para Fabíola há uma maneira tolerável da pessoa LGBTTTQIA+ se comportar. Existe uma condicionalidade para ela ser aceita, que chega a beirar um discurso puritanista. Parece que, por ser não heterossexual precisa se abster de qualquer outro comportamento que seja desaprovado pela sociedade como, por exemplo, beber. Mas continuo indagando, para quem mais há essas condições? Neste caso, parece-me que as pessoas dissidentes precisam compensar sua identidade sexual e de gênero por meio de outros comportamentos tidos como adequados social e culturalmente.

Ainda no enunciado de Fabíola, as atitudes das(os) LGBTTTQIA+ são questões muito enfatizadas. Ao falar em não dar vexame, não procurar estar fazendo muita coisa pra chamar atenção e não causar polêmica compreende-se que as pessoas com identidades sexuais e de gênero desviantes da norma são vistas como escandalosas, gostam de chamar atenção, de dar vexame e causar polêmicas, o que fomenta uma absolutização dessas identidades. Quantas vezes fazemos essas inferências ou impomos essas regras e normas para as pessoas heterossexuais como condições para estarem e participarem de qualquer lugar?

Ferrari (2009) ao falar sobre a homossexualidade nos diz que não existe identidade homossexual rígida. Considero que essa afirmação possa ser dita para as demais identidades dissidentes. Há uma construção, uma negociação e uma confrontação entre os grupos e indivíduos. Relembra, também, que as identidades são construções permanentes e relacionais. No entanto, alguns discursos ainda reiteram sua rigidez, buscando demarcar os espaços e dominar os indivíduos considerados como inferiores. Muitas vezes, com base nesses

enunciados nos parece que todas as pessoas LBTTQIA+ apresentariam os mesmos comportamentos, e em geral, lidos como indesejáveis, e, portanto, não seriam sujeitos singulares com subjetividades diversas.

Fabiola se compromete com o discurso da essencialização das identidades dissidentes ao dizer que as pessoas já nascem e crescem com este comportamento, se sentindo uma pessoa em outro corpo. Frente a esse discurso, precisamos emitir alguns comentários e inclusive controversos, dependendo das correntes teóricas sobre os estudos de gênero e sexualidade. Alípio de **Sousa Filho** (2009) tece uma crítica acerca do que se convencionou chamar de substancialização ou naturalização do desejo. São investimentos em domesticar o desejo e usurpar dos sujeitos o direito de se dizerem livres, já que suas identidades já foram capturadas pelo discurso naturalista, pelo determinismo biológico. No entanto, o autor assume que é um discurso muito difundido e aceito na própria comunidade LBTTQIA+, ao defenderem que “a homossexualidade, travestilidade e transexualidade são orientações sexuais fixas, fincadas em cada um antes do nascimento” (SOUSA FILHO, 2009, p. 6).

Por meio da fala de Fabiola é possível inferir que não se trata de um discurso defendido apenas pelas pessoas LBTTQIA+, mas faz parte de um repertório coletivo, de uma formação discursiva bem mais ampla, que abarca vários outros campos discursivos. Os trechos denunciam com muita veemência esse discurso essencialista e biologicista. Souza Filho (2009) nos diz que ao defender esse discurso, as pessoas LBTTQIA+ buscam legitimar suas reivindicações, se posicionando em lugar de igualdade com os heterossexuais, que são considerados “naturais” e “normais”. E, ao mesmo tempo, ao entender essas identidades de gênero e sexuais como intrínsecas ao sujeito, não se pode mudá-las, já que nasceriam com as pessoas.

Então, desconfio que quando a profissional reafirma esse discurso, ela pretende se demonstrar cordial, aliada a luta do movimento ou ao menos enunciar um discurso tido como politicamente correto na perspectiva dela. São desconfianças, não certezas. Penso isso, também, coadunando com o que o autor supracitado apresenta em seu texto, ao delinear o entendimento de que não é possível escapar das identidades dissidentes. Isso fortaleceria o combate ao preconceito e estes seriam aceitos com menos aversão às diversas expressões sexuais. Questiono se a heterossexualidade sofre dessa mesma pressão em provar se é biológica, cultural ou política? E complemento, fazendo a provocação e o convite de começarmos a interrogar a heterossexualidade, de colocá-la, também, sob suspeita.

O próximo subtítulo discute sobre os discursos das(os) profissionais do CRAS sobre as dificuldades e os desafios para atender as pessoas LGBTTQIA+.

4.2 - Como as(os) LGBTTQIA+ são recebidos(as) no CRAS? Discursos das/dos profissionais do CRAS sobre as dificuldades e os desafios para atender as pessoas LGBTTQIA+

Quando indagadas(os) sobre os desafios e dificuldades enfrentados ou identificados pelas(os) profissionais para prestar uma melhor assistência às pessoas LGBTTQIA+ no CRAS, emergiram questões como: resistência em procurar a assistência por receio de discriminação, já que, se consideram excluídos da sociedade, falta de profissionais disponíveis para prestar um atendimento melhor e especializado, dificuldades das pessoas LGBTTQIA+ serem reconhecidas por seu trabalho na assistência e de se inserirem no mercado de trabalho, mercado de trabalho preconceituoso, falta de pessoas para mediar as relações entre as pessoas LGBTTQIA+ e as(os) demais no ambiente de trabalho, falta de conhecimento sobre as atividades da assistência social que podem ser ofertadas às pessoas LGBTTQIA+.

Apresentamos alguns trechos das entrevistas a fim de analisar mais detalhadamente as dificuldades relacionadas ao atendimento às pessoas LGBTTQIA+ no CRAS com base na perspectiva dos(as) profissionais.

Muitos ainda têm receio de procurar a assistência, mesmo sabendo que é uma porta, de estar inserindo eles no convívio social, ainda é uma grande resistência deles virem até a gente. O número ainda é pouco! (...) Assim, acho que eles se sentem muito excluídos. Acho que eles têm medo de ser excluído nesta parte, de vir até a assistência e não ser atendido, de ser excluído, de ser rejeitado (Marielle Franco, assistente social, 31 anos).

As dificuldades... e os desafios..... Eu acho que um dos desafios maiores é que nós não temos tantos profissionais disponíveis, né? Porque tem muitas pessoas precisando desse trabalho, precisando desse apoio, né! Precisando de ser encaminhado, precisando de... acolhimento, precisando de um trabalho. Eu acho que o desafio maior é esse, em acreditar no trabalho dessas pessoas e também inserir essas pessoas em um trabalho, porque eu acho que eles enfrentam muitas dificuldades. Por exemplo, se a gente vai contratar uma pessoa para conduzir um dos nossos trabalhos, é uma das dificuldades é essa em dizer será que ele tem condição, ou será que ele pode, ou será que é certo ter uma pessoa nesse nível no nosso meio. Acho

que o preconceito, a dificuldade de ter um profissional para orientar os dois lados para estar perto trabalhando só com estas pessoas é o maior desafio. (...) É preconceituoso, eu acho que o mercado de trabalho é preconceituoso, ainda é preconceituoso (Fabíola, orientadora social, 53 anos).

*Eu acho que é uma referência. Aqui mesmo onde nós trabalhamos eu vejo que não tem nenhuma diferença. Na verdade é complicado a gente falar em relação a isso (dificuldades e desafios), porque pra mim mesmo não faz diferença. Não tem, entende, então assim. Eu acho que tem acolhimento, eu acho que são bem recebidos, bem tratados, é... **Não tenho muito conhecimento em relação a isso, da assistência. Não sei se existe projetos, algo que eles possam ser representados, isso eu não tenho conhecimento.** Tenho pouco conhecimento na assistência, mas caso não tenham, acho que eles deveriam ser representados de certa forma, em algum projeto pra eles, num sei (Rosinha do Beco, gestora do PBF, 21 anos).*

*É assim. Em questão dos LGBT é aquela questão que a maioria deles ainda não se aceita assim, tem um medo né, não se aceitar. É um medo da sociedade, do autojulgamento da sociedade né, e aí assim por essa questão a maioria nem procura muito o CRAS, a gente mesmo. **Acho que por a sociedade rejeitar, a gente também vai tá rejeitando eles, e... mas só que é totalmente diferente né.** A gente tende a abraçar todos por igual, e aí... como eu falei né, eu não visito, não tenho muito, é... em questão de profissional meu... Assim, não tenho muito contato com LGBT, mas em vista das amizades que tenho, alguns ainda tentam procurar o CRAS (João Nery, visitador do PPI/SUAS, 24 anos).*

A dificuldade em procurar a assistência social por conta do receio em sofrer algum tipo de preconceito pelos(as) profissionais do CRAS foi um discurso recorrente em duas falas. Marielle Franco afirma que mesmo sabendo (será que sabem?), que o CRAS é uma porta para a inserção das pessoas LGBTTQIA+ no convívio social, ainda há uma grande resistência e segue afirmando que são poucas pessoas desse público atendidas. Ela acredita que a baixa procura seja por medo de serem excluídos(as) ou rejeitados(as) na assistência social. Aqui é importante tencionarmos e questionarmos se, de fato, não faz sentido as pessoas LGBTTQIA+ pensarem dessa forma, já que, as(os) profissionais que compõem a equipe do CRAS, também estão inseridos na “sociedade” em que as(os) LGBTTQIA+ são alvo de ataques e preconceitos.

Ainda sobre o medo da rejeição, João Nery fala que as próprias pessoas LGBTTQIA+ não se aceitam, por medo da sociedade, do autojulgamento e, por essa questão, não procuram o CRAS, acreditando que os(as) profissionais do CRAS também os(as) rejeitarão. Diante disso pensamos e indagamos o que as(os) profissionais estão fazendo para desconstruir esse imaginário? Muitas vezes, a responsabilidade nos discursos é transferida para as pessoas

LGBTQTIA+, já que são elas que não procuram, são elas que sentem excluídas, são elas que têm medo de serem rejeitadas. Enquanto isso os/as profissionais permanecem em um lugar confortável, quando refiro profissionais, também me incluo.

Fabíola refere à falta de profissionais disponíveis para prestar um atendimento melhor e de pessoas para mediar as relações entre as pessoas LGBTQTIA+ e os(as) demais, no ambiente de trabalho. Não fica explicado qual trabalho seria destinado a esse público. Aqui coloco as minhas impressões obtidas durante a entrevista, presumo que esse enunciado denuncie uma falta de conhecimento do trabalho da assistência social. Tive a impressão que, por ser psicóloga e estar realizando a entrevista, ela estivesse se referindo a atendimentos psicológicos psicoterápicos.

Fabíola também refere à necessidade de ter pessoas para mediar as relações entre as pessoas LGBTQTIA+ e os(as) demais no ambiente de trabalho, quando se refere à dificuldade dessas pessoas serem inseridas no mercado de trabalho, inclusive, no próprio CRAS. E sobressai daí, um questionamento: porque é necessário alguém para mediar as relações no trabalho quando se tem pessoas LGBTQTIA+? Talvez nesse interdiscurso exista a crença de que essas pessoas são problemáticas e, por isso, precisam de alguém para mediar as relações.

Os discursos da dificuldade das pessoas LGBTQTIA+ em serem reconhecidas por seu trabalho na assistência, da inserção delas no mercado de trabalho, assim como do mercado de trabalho preconceituoso é conteúdo reiterado na fala de Fabíola. Esses discursos sobre o trabalho aparecem como um dos grandes desafios a serem enfrentados tanto pelas pessoas LGBTQTIA+ quanto pelas(os) profissionais do CRAS, devido à dificuldade de conseguir emprego, por conta do mercado de trabalho ser preconceituoso. Para a profissional, esse fato potencializa as condições de vulnerabilidade dessas pessoas, já que para ela o desafio maior é acreditar no trabalho dessas pessoas e inseri-las no mercado de trabalho.

Mas esta profissional é capturada pelas armadilhas da linguagem produzida estruturalmente ao dizer que quando alguém se interessa em contratar uma pessoa LGBTQTIA+ para conduzir um trabalho, uma das dificuldades é acreditar se ela tem condição de desenvolver esse trabalho, ou até mesmo se é certo ter uma *“pessoa nesse nível no nosso meio”*. Veja que existe uma desconfiança quanto a capacidade das pessoas LGBTQTIA+ e há uma preocupação com o julgamento social. E porque as pessoas LGBTQTIA+ geram desconfianças? Onde e como aprendemos a julgá-las assim? É importante mencionar que há, aproximadamente, dois anos, uma mulher trans fez parte da

equipe. Não me prolongarei falando dela nesse momento, porque discutirei no próximo capítulo.

Também sobressai em um dos enunciados a falta de conhecimento sobre as atividades da assistência social que podem ser ofertadas às pessoas LGBTTTQIA+. A profissional alega que, por ter pouco tempo de trabalho nessa política, ela não conhece se existe algum projeto específico para atendimento desse público. Isso denota a fragilidade da política, pois ao desconhecer os públicos alvos e as possíveis ações que podem ser desenvolvidas para determinados grupos, muitas pessoas deixam de conhecer por falta de divulgação ou encaminhamentos. Infelizmente, pela precariedade dos vínculos empregatícios, na assistência social, isso é uma realidade recorrente, não apenas no município da pesquisa. Mas posso arriscar a dizer que, também, deve-se à falta de interesse em promover discussões, capacitações e formações que abordem essas temáticas e tantas outras necessárias, isso nos vários níveis de governo e no próprio CRAS.

Retomo o discurso sobre a culpabilização das pessoas LGBTTTQIA+ em não procurar o CRAS para pontuar que observamos nas falas das/dos profissionais uma dificuldade autorreflexiva. Não se percebe uma implicação por parte destas pela ausência e invisibilização das pessoas LGBTTTQIA+ neste espaço, seja atuando profissionalmente ou demandando algum serviço socioassistencial. Parece-nos que continuar nesse lugar é bastante cômodo e confortável.

Ainda em relação às dificuldades e aos desafios sinalizados como impeditivos para o acesso dessa política pelas pessoas LGBTTTQIA+, surgiram menções ao discurso religioso que potencializa a discriminação das identidades de gênero e sexualidades tidas como desviantes.

Olha, são pessoas que acho que já vêm né, com aquele contexto de preconceito e tal e que sempre teve, não sei porque forma né, é... pessoas de religiões né, que também tem maior preconceito com essas pessoas, não aceitam. Ah porque na bíblia fala que só existe homem e mulher né, muitos também, muitos outras pessoas já nascem com este preconceito e outros constrói né no decorrer da religião, o que é passado, tudo mais. (...) Muitas pessoas, por causa da religião tem um preconceito e quer manter longe dele. (...) Muitos profissionais né, acabam confundindo profissão com religião. Não sabe né, diferenciar e acaba trazendo mesmo esse preconceito né para dentro do trabalho (Paula Santos, assistente social, 31 anos).

Porque tem muitas religiões ainda que não aceitam. Há muito preconceito. (...) Ainda é muito, aquela coisa, preso nos meus pensamentos, ao pensamento da igreja, e não tem aquele pensamento social de acolher,

assim não o acolher de a pessoa chegar e você tratar bem, mas de aceitar ela como é, tanto sendo a questão dela ser LGBT quanto a religião que ela possa praticar (Marielle Franco, assistente social, 31 anos).

*Eu acho que no fundo assim... eu acredito sim que a religião em si não, mas as pessoas que estão inseridas na religião ainda tem, porque na religião a gente tem que ver o seguinte. As pessoas é pra ser amadas, todos são filhos de Deus, todos são iguais (...) Mas eu acredito. **Eu como religiosa não deixo isso interferir, porque a religião é pra acolher como ser humano independente do gênero das pessoas, da sexualidade, as pessoas é pra ser acolhida*** (Fabíola, orientadora social, 53 anos).

*Acho que quem vê isso são as pessoas que têm preconceito, mas a religião... Porque Cristo que morreu por todos, então ele não fez acepção de pessoas. **Então nós como somos seres humanos que fazemos essa acepção de pessoas, mas a religião em si, eu creio que não tem preconceito, acho que não!*** (Rosinha do Beco, gestora do PBF, 21 anos).

*Eu creio que sim, pela questão né, que tem os ensinamentos da Bíblia e tal, tem muitos que são apegados a isso, e aí a religião querendo ou não **prende um pouco né, a pessoa se expressar, ser livre. E assim, tem aquele medo né, aquele meio que um receio.*** (...) Algumas. *Vai também da questão do profissional. Acho que tem religião que sim, tem religião que não* (João Nery, visitador PPI/SUAS, 25 anos).

Nos enunciados analisados nesses trechos observa-se o quanto a noção de Estado e Igreja encontram-se imbricadas nas formações discursivas dos/das profissionais. São dois campos discursivos, de poder/saber que se hiperpotencializam, se reiteram e se fortalecem há longos anos.

Conforme já relatado no início desse capítulo sobre a religião praticada pelos/pelas profissionais, a maioria é de religião com valores judaicos cristãos – protestantes da Igreja Batista e Católicas. Nogueira (2020, p. 16) afirma que “a cristianização da sociedade é mais do que um movimento de fé. Trata-se efetivamente de um projeto de poder”. Um projeto para controlar corpos, para controlar as possibilidades de ser no mundo, de verdade únicas e certezas absolutas. O autor nos lembra ainda, que é quase impensável uma repartição pública sem um símbolo do cristianismo, geralmente a bíblia e o crucifixo. Isso contradiz o que anuncia Constituição Federal sobre a laicidade do Estado, pois ao chegar a uma repartição, logo se é informado, a partir desses símbolos, que aquela fé é hegemônica sobre outras.

No que se refere ao campo das sexualidades, João Silvério **Trevisan** (2018) nos relembra como a sexualidade foi tomada pela Igreja Católica para fortalecer a ideia da reprodução e do casamento. O que fugia desse padrão era tido como pecado nefando, um mal

a ser punido. Essa discussão também foi explorada por Foucault, em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (FOUCAULT, 2019). Esse valor cristão foi reforçado pela Contrarreforma Católica, tornando o casamento um sacramento, uma instituição sagrada. Diante disso, a sodomia - qualquer ato sexual que não tivesse como objetivo a reprodução - passou a ser punido severamente. O autor lembra que, na Europa, entre os séculos XVI a XVIII, tanto os países católicos quanto os países protestantes puniam a sodomia (TREVISAN, 2018).

Feita essa breve menção histórica retomo os enunciados para dialogarmos sobre os discursos emergidos das falas das(os) profissionais. As falas emergem reiterando como a religião interfere na discriminação em relação as identidades de gênero e sexualidades desviantes da norma imposta pelos valores judaicos cristãos. As(os) profissionais relatam que o preconceito com as pessoas LGBTQIA+ vindas de *“pessoas de religiões”* costumeiramente está associada ao discurso bíblico da criação: *“só existe homem e mulher”*, justificando suas atitudes e ações preconceituosas. Também responsabilizam a religião por *“prender”* as pessoas, não deixando elas serem livres para se expressarem.

Percebe-se, nesses enunciados a utilização da palavra *“bíblia”* e *“igreja”* numa referência às religiões cristãs. Interessante tencioná-los com as contradições presentes na fala de outra colega ao dizer que na religião se propaga o amor e a igualdade entre as pessoas, pois *“todos são filhos de Deus”*. E neste intercurso questionam-se, há pessoas consideradas filhas de Deus e outras não? Se são, por que justifica tratá-las de forma discriminatória? Se não são, então fazem parte de uma categoria não-humana?

No discurso religioso trazido pelas(os) participantes da pesquisa também evidencia-se o enunciado de que, conforme a bíblia, há somente duas possibilidade ao se pensar tanto o gênero quanto a sexualidade: ou se é homem ou mulher. Remetendo ao Foucault (2019), relembramos que a história da sexualidade é uma invenção da modernidade, construída por intermédio de discursos, esses, por sua vez, se configuram como um campo de conhecimento que constrói as formas como pensamos e conhecemos o corpo. Portanto, apesar da insistência em colocá-la como natural, única e universal, a partir de uma matriz heterossexual, a própria história é testemunha, das inúmeras possibilidades dissidentes experienciadas por aristocratas, reis, generais e artistas, até mesmo nos períodos mais severos das interdições (TREVISAN, 2018).

Ainda tomando a bíblia como referência na construção do discurso religioso, o que ela diz sobre a homossexualidade? Trevisan (2018) alerta que pastores evangélicos e

fundamentalistas religiosos, alegando exercer seus direitos de expressão e liberdade religiosa, promovem ataques verbais sistemáticos contra a comunidade LGBTTQIA+. Esses ataques, em nome de Deus, produzem a crença de que essas pessoas fazem parte de uma raça inferior e predisposta a ser extinta, por isso são menos ou não merecem respeito.

Os discursos proferidos por esses conservadores, na maioria das vezes, seguem a lógica da conveniência, são disparados a fim de endossar uma corrente de ódio, materializada em inúmeros casos de violências – nas suas várias tipificações – contra o gozo daqueles(as) que contrariam o previsto nos manuais heteronormativos. A simples existência de outro gozo provoca ódio. Essas produções encontram-se presentes nas instituições, nas políticas públicas, já que são produzidas estruturalmente, ao passo que, mesmo as(os) profissionais buscando enunciar um discurso “politicamente correto” sobre as identidades de gênero e sexual divergentes, ainda sim, são capturadas(os) pela linguagem/discurso homofóbica produzido com valores religiosos (TREVISAN, 2018).

No discurso religioso das(os) profissionais também emerge uma confusão entre profissão e religião ou Estado e Igreja. Nogueira (2020) relembra que o projeto colonizador do Brasil nasce da união entre Estado e Igreja, pois o país foi invadido por nobres, reis e padres da Companhia de Jesus que atuaram conjuntamente. Esse projeto construiu o pensamento cultural da sociedade brasileira de tal forma que muitos(as) adeptos do cristianismo utilizam dos seus princípios em todos os espaços sociais, incluindo no próprio trabalho, embora alguns/algumas possam não perceber ou reconhecer isso.

Ao mesmo tempo que, em alguns momentos, as falas denunciam uma indissociável relação entre Estado e Religião, em outros há uma separação dessas duas instituições sociais, evidenciando que o preconceito está nas pessoas, já que a religião busca o amor universal sem segregar as pessoas. Observa-se esses discursos em duas falas, de profissionais tanto católica quanto protestante.

Diante desses enunciados é importante sinalizarmos que tanto a Igreja Católica quanto as igrejas protestantes construíram discursos de ódio contra as (os) LGBTTQIA+ e isso tem tido algumas nuances de mudanças na contemporaneidade, mas isso não é consenso. Nas próprias igrejas há dissensos quanto às discussões de gênero e sexualidade.

O próximo subtítulo aborda as ações propostas pelos/pelas profissionais do CRAS direcionadas para as pessoas LGBTTQIA+.

4.3 - “Nunca foi criado um grupo aqui dentro do CRAS com relação a este grupo”: propostas de ações para as pessoas LGBTTTQIA+ proferidas pelas/pelos profissionais do CRAS

Dos(das) cinco profissionais entrevistados(as), três apontaram a formação de grupos no CRAS para melhor atender a comunidade LGBTTTQIA+. Além dos grupos, uma profissional menciona deixar um profissional específico para atender as pessoas LGBTTTQIA+, porém, não detalha como seria esse atendimento e a outra profissional sugere mudanças no formulário de cadastro da base de dados CadÚnico, incluindo o campo que possa sinalizar quando a família for homoafetiva. Vejamos os enunciados,

Eu acho que, de primeira mão, o grupo PAIF, porque através do grupo PAIF, você consegue ter eles ali né, orientando, informando. (...) Na verdade, os grupos mesmos, você pegaria, formasse as pessoas desse grupo, da comunidade LGBT. É... marcasse um dia pra tá conversando, cada um expondo suas ideias, o que pensa, o que acha né, assim... formasse mesmo, pessoas de grupo, pra cada um falar o que pensa, o que acha. A gente também dar a nossa opinião, falar com eles, orientar... mas isso mesmo, pra que eles sentissem mais à vontade também né, até em assumir, o que não se assume, se assumir, é... pra família, pra comunidade porque é... Como eles são pessoas normais iguais a gente né, que eles também tem que ser respeitados, essas coisas assim mesmo, orientação (Paula Santos, assistente social, 31 anos).

Acho que criando um grupo, porque assim na nossa cidade, é uma cidade pequena, mas a gente vê o número estar crescendo entre eles. Então seria uma forma de criar grupos, de estar buscando informações, de estar orientando. Um caso recente que chegou para nós foi de uma mãe, que procurou a gente, porque descobriu que o filho era gay. Tem apenas 15 anos, ele está naquela fase de descoberta e ela não sabe como lidar, ainda tem aquela rejeição, diz que aceita mas não quer que ele faça isso, não faça aquilo... Então tem aquela coisa ainda de não ter informação, de não esclarecer, ainda sobre a orientação sexual (...) Uma parte, acho que seria fácil criar grupos, por outros ainda teria muitos empecilhos (...) Nunca foi criado um grupo nenhum aqui dentro do CRAS com relação a este grupo. Então por ser assim, por ser pioneiro ainda teria resistências de muitos trabalhadores aqui da assistência. Aí vinha também o empecilho da sociedade em como ver este grupo, como aceitar. Então acho que há um impasse das duas partes, tanto sociedade quanto do CRAS (Marielle Franco, assistente social, 31 anos).

As técnicas sociais falam sobre a criação dos grupos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que nos documentos normativos chamam-se oficinas com famílias, para atender a população LGBTTTQIA+. O PAIF é um dos serviços que compõe

a Proteção Social Básica, juntamente com o SCFV e o Serviço de Proteção Social Básico no Domicílio para pessoas com deficiências e idosas, todos ofertados no CRAS (BRASIL, 2013). Segundo as *Orientações Técnicas sobre o PAIF*, publicada em 2012, o objetivo desse serviço é desenvolver o trabalho social com as famílias.

E, antes mesmo de enumerar as ações que o compõem e explicar sua operacionalização, esse documento se preocupa em construir um entendimento sobre o conceito de Trabalho Social com Famílias. Após, explicar didaticamente a compreensão de cada palavra, adequar e reafirmar outros parâmetros e compromissos da política de assistência social chega a seguinte definição:

Conjunto de procedimentos efetuados a partir de pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se constitui em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com o objetivo de proteger seus direitos, apoiá-las no desempenho da sua função de proteção e socialização de seus membros, bem como assegurar o convívio familiar e comunitário, a partir do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Tal objetivo materializa-se a partir do desenvolvimento de ações de caráter “preventivo, protetivo e proativo”, reconhecendo as famílias e seus membros como sujeitos de direitos e tendo por foco as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (BRASIL, 2012, p. 12).

É uma concepção de trabalho realizada com base em saberes profissionais e pautados em princípios éticos, com finalidades a serem alcançadas. Não se trata de um trabalho instintivo, personalista e de senso comum que reproduz preconceitos e culpabiliza as famílias pelas situações que se encontram, sem transformar suas realidades. As Orientações Técnicas sobre o PAIF ainda elencam alguns saberes técnicos para essa prática profissional, dentre eles, “o conhecimento sobre os ciclos de vida, questões étnicas, raciais, de orientação sexual, assim como outras questões específicas identificadas no território” (BRASIL, 2012a, p. 13).

Para efetivação do trabalho social com as famílias no âmbito do PAIF são necessárias algumas ações, tais como: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos. Todas as ações precisam ser planejadas e avaliadas com a participação dos(as) usuários(as), visando aperfeiçoamento do serviço, adequação das

demandas locais, fortalecendo o protagonismo das famílias, dos espaços de participação e controle social (BRASIL, 2012).

O alcance de um trabalho manejado de forma adequado é grande e compreende inúmeras ações, desde aquelas particularizadas até aquelas coletivas. No município da pesquisa, contamos com 100 famílias em acompanhamento pelo PAIF, dentre essas, temos famílias homoafetivas. Vale aqui uma explicação sobre a diferença entre famílias atendidas e famílias acompanhadas. As famílias atendidas são inseridas em algumas ações do PAIF, atendimentos mais pontuais, sem demandas que exijam um Plano de Acompanhamento Familiar (PAF). Vejamos o que o *Caderno de Orientações Técnicas sobre o PAIF* diz sobre o acompanhamento familiar:

O acompanhamento familiar do PAIF consiste, assim, em um conjunto de intervenções, desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre famílias e profissionais, com a construção de um Plano de Acompanhamento Familiar que estabelece objetivos a serem alcançados, realização de mediações periódicas, inserção em ações do PAIF, a fim de superar gradativamente as vulnerabilidades vivenciadas, alcançar aquisições e ter acesso a direitos. Objetiva-se, ainda, contribuir para ampliar espaços de participação e diálogo com instituições e para o alcance de maiores graus de autonomia, para a capacidade de vocalização das demandas e necessidades, para o desenho de projetos de vida (BRASIL, 2012, p. 63).

Observa-se que, com as famílias acompanhadas, é desenvolvido um conjunto de intervenções como PAF, mediações periódicas, inserção em ações do PAIF e avaliação gradativa de aquisições e superação das vulnerabilidades vivenciadas (BRASIL, 2012). Essas famílias permanecem por mais tempo sendo acompanhadas pela equipe técnica e são assistidas por inúmeras ações, conforme já foi elencado acima.

As ações desenvolvidas com essas famílias no município de pesquisa envolvem intervenções como acolhida, ações particularizadas e encaminhamentos. Mas não se desenvolve, com frequência, atividades em grupos, para essas famílias acompanhadas pelo PAIF. Inclusive, posso sinalizar que esse é um ponto de fragilidade dessa unidade, mas também, recorrente em outros CRAS dos demais municípios, conforme identificado, nas capacitações oferecidas pelo Estado, aonde sempre vem à tona essa discussão. Existem muitas dúvidas sobre o que de fato pode ser considerado um grupo PAIF. O que difere este dos demais grupos que existem no CRAS? Como formá-los? Quais conteúdos trabalhar?

Os grupos PAIF ou oficinas com famílias, diferente dos grupos dos SCFV, são conduzidos pelas(os) técnicas(os) sociais de nível superior, preferencialmente, psicólogas(os) e assistentes sociais. As oficinas com famílias têm caráter contínuo e devem propiciar “a problematização e reflexão crítica das situações vividas em seu território, além de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas” (BRASIL, 2012, p. 24). Existe uma metodologia orientada quanto à sua condução: sugere-se um número entre 07 e 15 participantes, com duração dos encontros entre 60 e 120 minutos, no formato abertos ou fechados¹⁶, podendo ser um ou vários encontros e, quando forem vários, pode-se estipular a periodicidade em semanal, quinzenal ou mensal. Dentre os temas sugeridos para serem trabalhados, no eixo sobre os desafios da família, o documento menciona a sexualidade e as doenças sexualmente transmissíveis (DSTs)¹⁷ (BRASIL, 2012). Entendemos estar aí a fissura para iniciarmos as discussões de gênero e sexualidade no CRAS.

Como já existe um público identificado no território que demanda vários serviços, alguns deles em decorrência da própria identidade de gênero e sexualidade, é urgente que comecemos a organizar o grupo. Ao mencionar o caso que chegou ao CRAS observa que as demandas estão pulsando no território para serem planejadas e efetivadas. No entanto, no mesmo enunciado, a técnica menciona que seria uma ação que encontraria resistência, tanto por parte de alguns/algumas profissionais quanto de alguns/algumas da sociedade. Dessa forma, o impasse não seria apenas vindo do CRAS.

Com esse enunciado parece que existe um movimento, um levante contra as pessoas LGBTQIA+, a ponto de trabalhadores(as) de uma política pública resistirem a trabalhar com esse público por receio das represálias. Essa é uma denúncia sobre como estamos cedendo às estruturas preconceituosas e mantendo um público nosso fora desse espaço, privando-o dos seus direitos. Como já mencionei no tópico anterior, um dos motivos das relutâncias, tanto da sociedade como dos profissionais, está arraigado no discurso religioso.

A fala de João Nery refere aos grupos, mas, não deixa especificado como seria esse grupo. Por ele não fazer parte da equipe de técnicos de nível superior, suponho que ele não

¹⁶ As oficinas podem apresentar diferentes formatos quanto à sua composição no decorrer dos encontros, destacando-se as formas: aberta e fechada. As oficinas denominadas “abertas” recebem novos integrantes a qualquer instante do processo de operacionalização da oficina, ou seja, não há uma restrição à entrada de novos integrantes – mesmo no último encontro da oficina (caso a oficina seja operacionalizada em mais de um encontro). Já o formato fechado restringe a inserção de novos componentes após sua inicialização. A escolha entre o formato aberto ou fechado deve ser realizada pela equipe técnica responsável por sua operacionalização, a partir da temática a ser abordada, do perfil das(os) participantes e das dimensões (reflexão, convivência, ação) a serem enfatizadas nas oficinas (BRASIL, 2012).

¹⁷ Atualmente usa-se a sigla ISTs - Infecções Sexualmente Transmissíveis.

saiba nomear, mas esteja falando também dos grupos ou oficinas do PAIF, pelo exemplo usado para comparar, no caso o grupo de gestantes, que é um grupo PAIF. Vejamos:

Assim, uma opinião minha, é... assim como tem é... não tá tendo agora né, mas tem o grupo de gestante, tem a visita com as famílias carentes e tal, tem o dia do idoso, é eu acharia que deveria ter um bate papo com essa família LGBT. No dia deles fazer alguma coisa né, tipo algum... alguma... como é que se diz, uma coisa na internet, mostrar que o CRAS dá apoio também pra eles, porque além de tudo é... eles são seres humanos também né. Não é porque eles são da família LGBT que a gente deve desprezar não (João Nery, visitador PPI/SUAS, 25 anos).

Neste trecho emergem outras ações, também configuradas como ações do PAIF, no caso, as ações comunitárias. Estas são ações de caráter coletivo que possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizarem um número maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum. Alguns dos objetivos são promover a comunicação comunitária, mobilização social e protagonismo comunitário, além de fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território (BRASIL, 2012).

O profissional usa de outros eventos para comparar, como o Dia do Idoso, Dia de Quem Cuida de Mim (ocorridas nos dias das mães e dos pais) e dias que costumam fazer alguma mobilização. Mas, existem outras datas que esse equipamento organiza atividades como Dia Nacional Contra a Violência à Mulher e o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, só para citar alguns. E porque não fazem nenhuma mobilização referente aos direitos das pessoas LGBTTQIA+? Suspeitamos que exista um boicote quando a pauta é LGBTTQIA+, como se fosse algo de menor valor, sem necessidade, já que julgam ser pessoas não importantes e, portanto, desprezadas. Por que o CRAS não demonstra apoio a essa comunidade? Por que esse silenciamento frente à negligência dessa política pública?

Outra proposta que surge é o de ter um/a profissional específico(a) para atender o público LGBTTQIA+, como apresentado:

Pelo que a gente vê, tem muitas pessoas desse público que passam por distúrbios, falta de apoio, tem dificuldade em se relacionar com a família. A gente sabe que enfrenta dificuldades com as pessoas cá fora e enfrentam dificuldades com a família também. Eu acho que o CRAS deveria ter um profissional pra atender diretamente esse público e a família sempre, que às vezes também tem dificuldade de encontrar um profissional pra ajudar.

Eu acho que era a parte que mais ajudava, porque a gente vê pessoas que sofrem muito até porque eles sofrem com sentimento deles mesmos, porque muitos deles têm dificuldade de se assumir. Aí vem a dificuldade de assumir para si, a dificuldade de assumir para sociedade, a dificuldade de assumir pra família e aí eles vivem um verdadeiro transtorno na vida deles e que precisam de ajuda. Muitos deles precisam de ajuda e nem sempre eles têm essa ajuda disponível no município (Fabíola, orientadora social, 53 anos).

Nesta fala muitas coisas nos chamam a atenção e podem ser problematizadas com base na perspectiva pensada para a assistência social. Podemos identificar que Fabíola sugere que um/uma profissional fique a disposição para fazer os atendimentos às pessoas LGBTTTQIA+, buscando auxiliá-las, porque elas enfrentam muitos problemas na família, na sociedade e consigo mesmas. Fiquei em dúvida se o atendimento sugerido seria com a/o profissional psicóloga/o ou com outra categoria profissional e se seria o atendimento clínico. Destaco que todos os documentos normativos da política de assistência social, assim como documentos específicos do Conselho Federal de Psicologia proíbem determinantemente a prática clínica no CRAS.

Outra questão que problematizamos: por que é necessário um/uma profissional específico(a) para atender as pessoas LGBTTTQIA+? Toda a equipe não deveria estar preparada para atender esse público? Cheguei a desconfiar de que essa especificação da/o profissional seria uma forma de os(as) demais se manterem longe, não atenderem e deixar apenas para “aquele/a” profissional que sabe lidar e tem afinidade com esse público. Além disso, a dinâmica de trabalho no CRAS impossibilitaria que uma única pessoa ficasse responsável por atender esse público em todas as suas demandas socioassistenciais, porque diferentes equipes são acionadas frente às distintas demandas dos/das usuários(as). Desta forma, cada equipe precisava ter uma pessoa específica para atender a população LGBTTTQIA+?

De qualquer forma, na fala de Fabíola, há uma preocupação em assistir as pessoas LGBTTTQIA+ nas suas especificidades e necessidades. Também precisa informar que os técnicos sociais, da equipe de nível superior configuram como técnicos de referência. Quando procuram o CRAS, as pessoas ou famílias podem sinalizar qual profissional desejam que as atenda. Mas nos demais serviços e programas, como Programa Bolsa Família e o SCFV, por exemplo, não existe essa possibilidade. Por isso, a importância de toda a equipe ser inteirada das questões de gênero e sexualidade.

A última proposta apresentada pelos/pelas profissionais sugere a inclusão de um campo no CadÚnico para sinalizar quando a família for homoafetiva.

Eu acho a questão de...não nem de benefícios. É algo mais amplo no sistema! Que assim hoje no sistema pra eles só tem pra eles, a questão.. eles ou elas, de nome social. Então assim caso queira se declarar, caso queiram né, declarar como homossexual ou trans ou bi, não tem...(...) Não tem o campo específico, como as famílias, como estávamos falando naquele momento é... homo?(...) Homoafetiva. Não tem nenhum campo pra estar se falando dessas famílias. Eu creio que se caso colocar como marido ou mulher, possa ser que o sistema identifique, mas isso não é algo concreto, né, então acho que deveria ser mais amplo o sistema em relação a isso (...) Aqui no Cadastro Único também poderia ter né, que não tem. Tem como terreiro, tem como grupo de assentamentos, tem como grupos prioritários (Rosinha do Beco, gestora do PBF, 21 anos).

Esta fala apresenta uma proposta muito interessante sobre o sistema do CadÚnico, a base de dados para programas sociais do Governo Federal. Ela denuncia que existe apenas o campo para colocar o nome social, mas se não for mulher/homem trans ou travesti, como informar esses demais arranjos familiares no território? E até fala que poderia colocar marido, quando se tratar de um casal de lésbicas, por exemplo, e a outra sinalizava como esposa, mas mesmo assim o sistema poderia identificar como erro no preenchimento por parte do entrevistador do CadÚnico, não como a identificação de uma família homoafetiva. Além do que, as questões de gênero buscam romper com esses padrões heteronormativos, de achar que numa relação homoafetiva, um precise ser mulher e outro o homem.

Ela explicita que, assim como existe campo para identificar algumas comunidades tradicionais como ribeirinhas, ciganas, quilombolas e assentadas, deveria existir um campo para sinalizar e abrir espaços para colocar as informações sobre o contexto de vida desses outros grupos familiares. Isso seria interessante porque poderia direcionar a condução da própria entrevista¹⁸, além de que geraria números e visibilidade desse público no território. Sabemos que as políticas públicas são pensadas, prioritariamente, a partir de números, no caso da política de Assistência Social não é diferente. A partir do momento que se visibiliza números, as esferas de governos são tencionadas a pensar estratégias e ações para melhor assistir essa população.

¹⁸ Entrevista é a terminologia usada para o atendimento feito com as pessoas que procuram o CadÚnico para fazer o cadastro. O cadastro é preenchido solicitando documentos pessoais e algumas informações autodeclaradas.

Com isso, acreditamos que os/as profissionais têm propostas e sugestões de ações a serem desenvolvidas com as pessoas LGBTTQIA+ no CRAS onde ocorreu a pesquisa. Identificamos propostas coletivas, ações comunitárias e mudanças no formulário de preenchimento da maior base de dados para programas sociais do Governo Federal. Essas ações, ainda que tímidas, dariam visibilidade à população LGBTTQIA+ presente no território e contribuiriam para produções de outros discursos e narrativas sobre esse grupo.

Conclui-se aqui o capítulo que versou sobre os discursos enunciados por essas(es) profissionais a respeito das pessoas LGBTTQIA+, assim como sinalizaram as dificuldades, desafios e propostas para trabalhar com a comunidade LGBTTQIA+ na política de assistência social de forma a melhor assisti-la.

5 - O QUE AS PESSOAS LGBTTQIA+ DIZEM SOBRE OS ATENDIMENTOS DOS(AS) PROFISSIONAIS DO CRAS?

Este capítulo discorre em sua introdução sobre a construção histórica do movimento LGBTTQIA+ desde *Stonewall Inn* falando sobre algumas lutas, conquistas e desafios. Aqui no Brasil menciono os programas e legislações que foram sendo implementadas nesses últimos anos com objetivo de garantir direitos e pensar a efetivação das políticas públicas para essa parcela significativa da população.

O capítulo segue organizado em três subtópicos: o primeiro aborda as discussões sobre identidade, desejos e conflitos das entrevistadas. A narrativa se construiu com base nas falas delas sobre as identidades de gênero e sexualidade, vulnerabilidade econômica e religiosidade. O segundo subtópico trata dos discursos que emergiram sobre o CRAS, como elas entendem e compreendem o trabalho nessa política pública. O terceiro e último subtópico apresenta as sugestões e propostas das pessoas LGBTTQIA+ para uma melhor atuação do CRAS.

Sobre o movimento LGBTTQIA+, um fato histórico foram as manifestações ocorridas em Stonewall, considerado um dos marcos na luta pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras(os), intersexuais e demais identidades de gênero e sexual. Ainda que não tenha sido no Brasil, foi impulsionador para positivar as identidades LGBTTQIA+.

Ribeiro e Santos (2014) nos relembram que *Stonewall Inn* é um famoso bar gay, da cidade de Nova Iorque, Estados Unidos, que foi invadido no dia 28 de junho de 1969, por policiais que prenderam os proprietários, renderam e espancaram as pessoas que estavam no local. Comumente, a polícia fazia revistas na boate e queria receber propina para não prender as pessoas e fechar o estabelecimento. Naquele dia, travestis, gays e lésbicas revidaram as agressões que sofriam continuamente e os protestos continuaram dias seguidos.

Essas manifestações, também, intensificaram o movimento de gays, lésbicas e travestis dando origem às chamadas Parada do Orgulho LGBT, Parada Gay ou ainda Parada da Diversidade, realizadas em vários países do mundo, inclusive no Brasil, onde tem um dos maiores públicos do mundo.

Cleyton Feitosa (2017, p. 60) considera que a Revolta de Stonewall é um marco moderno do Movimento LGBT ocidental, enfatizando que esse fato direcionava para um contexto mais amplo de resistências, contestações e “construção de novas formas de

sociabilidades entre os/as homossexuais”. Tratou-se, ainda segundo o autor, da mudança do paradigma da vergonha para o orgulho, além da afirmação identitária, evidenciando o discurso sobre identidade.

Regina Facchini (2003) destaca que o movimento homossexual no Brasil surgiu na segunda metade dos anos 1970. Ela divide essa trajetória em três momentos distintos: primeira, segunda e terceira onda. A primeira onda (1978-1983) marca o surgimento do movimento homossexual (movimento LGBTTQIA+) com o nascimento do grupo *SOMOS*, de São Paulo e do *Jornal Lampião da Esquina*, no ano de 1978. Nesse contexto, de Ditadura Militar, a relação entre o Estado e os movimentos sociais era bastante conflituosa. O *SOMOS*¹⁹ e o *Lampião da Esquina*²⁰, também, questionaram o uso da palavra “gay”, por ser muito americanizada, preferindo utilizar “bicha” ou “guei”, algo, também, sinalizado por Trevisan (2018).

Ainda nesse período, Feitosa (2017) aponta que a epidemia da AIDS direcionaria os olhares para outros rumos e dilemas e que, apesar das várias demandas do ativismo, a busca por respostas estatais para combater a doença tomou o centro das discussões e resultou em uma aproximação entre o Estado e o movimento, na época, GLBT. Ao falar sobre as origens históricas dos estudos queer, Miskolci (2017) relembra que a epidemia de aids foi construída a partir de duas perspectivas: um fator biológico e uma construção social. Uma construção social porque houve uma decisão de delimitá-la enquanto uma DST, mesmo sendo possível pensá-la como uma doença viral, já que surge a partir de um vírus. Nesse sentido, o autor defende que a aids foi construída socialmente para representar um castigo para quem transgredia a ordem sexual tradicional.

A política e a Teoria Queer se afirmam historicamente na segunda metade da década de 1980, nos Estados Unidos, quando o surgimento da aids gerou um dos maiores pânicos sexuais de todos os tempos. O termo Queer Nation significa nação anormal, a nação esquisita, a nação bicha. Queer é um xingamento, é um palavrão em inglês. A ideia por trás do Queer

¹⁹ O Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, mais conhecido como apenas Somos, foi um grupo em defesa dos direitos LGBT, fundado em 1978, em São Paulo, considerado o primeiro grupo brasileiro em defesa desses direitos. João Silvério Trevisan foi um dos militantes que participou desde as primeiras reuniões e, em seu livro *Devassos do Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade*, ele dá detalhes das primeiras reuniões e dos embates com outras pautas como a luta de classes até a consolidação e a replicação de outros grupos com a mesma pauta reivindicatória no restante do país.

²⁰ O *Lampião da Esquina* foi um jornal homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Nasceu dentro do contexto de imprensa alternativa na época da abertura política de 1970, durante o abrandamento de anos de censura promovida pelo Golpe Militar de 1964. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/lampiao-da-esquina/>. Acesso em: 07 de mar de 2021.

Nation é a de que parte da nação foi rejeitada, foi humilhada, considerada abjeta, se tornou motivo de desprezo e nojo, representa o perigo da contaminação. O queer surge assim, como reação e resistência a um novo momento biopolítico instaurado pela aids (MISKOLCI, 2017).

A segunda onda (1984-1992) é marcada pelas primeiras políticas governamentais voltadas para o combate à pandemia da aids. Faz parte desse período a luta pela despatologização da homossexualidade, contra a discriminação devido à “opção sexual” - termo ainda utilizado na época. Essa última campanha, encabeçada pelo Triângulo Rosa e Grupo Gay da Bahia²¹, não teve êxito. Consta desse momento, também, o surgimento da expressão “orientação sexual” em lugar de “opção sexual” (FEITOSA, 2017; FACCHINI, 2003). A expressão orientação sexual reacende o debate da homossexualidade como opção ou como essência, já que, por orientação sexual sugere certa estabilidade para a experiência da homossexualidade (FACCHINI, 2003).

É dessa fase o incentivo para as criações das ONGs, como estratégias das políticas neoliberalistas empreendidas pelo projeto democrático pós-ditadura. Os movimentos sociais passaram a ser perseguidos e as ONGs começaram a ganhar espaço, visibilidade e poder. No entanto, Feitosa (2017) relata que mesmo as ONGs tendo sido criadas para configurarem como instituições parceiras, técnicas e complementares ao Estado, ainda assim, elas foram importantes para o reflorescimento do movimento LGBTTTQIA+, pois muitas dessas organizações não governamentais não deixaram de desempenhar posturas características dos movimentos sociais como exercer pressão sobre o Estado e lutar por direitos.

O autor completa afirmando que o Movimento LGBTTTQIA+ nunca assumiu em sua maioria o formato de ONG ou de movimentos sociais puramente, mas, sim, um misto dos dois. Dessa forma, a aproximação entre Estado e Movimento LGBTTTQIA+ se dá nessa conformação, identificadas enquanto ONGs, mas com características de movimento social. São dessa época, também, os primeiros repasses de recursos do Ministério da Saúde para financiar os encontros da militância LGBTTTQIA+. Com base na perspectiva dos estudos queer, Miskolci (2017) tece críticas sobre o movimento homossexual tradicional ao afirmar que o compromisso desses movimentos era mostrar que homossexuais eram pessoas normais e respeitáveis, buscavam incorporação social e tolerância. Já o movimento queer vem para desestabilizar o que está posto, criticando valores e mostrando como estes sustentam as

²¹ O Grupo Gay da Bahia (GGB) foi fundado em 1980, em Salvador. O grupo Triângulo Rosa foi fundado em 1985, no Rio de Janeiro. Eles foram os primeiros grupos de afirmação homossexual oficializados no Brasil. O GGB é a mais antiga associação na defesa dos direitos humanos dos homossexuais.

experiências da abjeção, da vergonha e do estigma. Crítica não apenas a heterossexualidade compulsória, mas a heteronormatividade, por meio da qual até gays e lésbicas “normalizados” são aceitos(as). Sobre a heterossexualidade compulsória vejamos a definição,

Heterossexualidade compulsória é a imposição como modelo dessas relações amorosas ou sexuais entre pessoas do sexo oposto. Ela se expressa, frequentemente, de forma indireta, por exemplo, por meio da disseminação escolar, mas também midiática, apenas de imagens de casais heterossexuais. Isso relega à invisibilidade os casais formados por dois homens ou duas mulheres (MISKOLCI, 2017, p. 48).

Na terceira onda (1992-2005), a relação entre Estado e o movimento LGBTTTQIA+ se amplia por meio das primeiras conquistas legislativas anti-homofóbicas tanto nas esferas municipais quanto estaduais, além da lei de parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, em âmbito nacional. Nesse período, entram em cena, outras identidades de gênero e sexual e suas pautas, até então consideradas de segundo plano, como lésbicas, travestis e transexuais (FEITOSA, 2017). Com o fim do governo FHC e início do governo do PT, essa relação é reconfigurada e observa-se um trânsito e deslocamento dos ativistas dentro da própria estrutura do Estado ocupando cargos de gestão nessa nova política LGBTTTQIA+ que começa se desenhar (FEITOSA, 2017). A partir dessa conjuntura, políticas mais robustas em relação às pessoas LGBTTTQIA+ começam a ganhar forma, como o Programa Brasil sem Homofobia (BSH).

O Programa Brasil sem Homofobia foi lançado em 2004, por meio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). Luiz **Mello**; Bruna Andrade **Irineu**; Cecília Nunes **Froemming** e Vinícios Kabral **Ribeiro** (2013) apontam que apesar da escassez de referências normativas, concernente às áreas de trabalho, assistência social e previdência social, é válido citar que vários documentos do Governo Federal, voltados ao combate à homofobia e à promoção da cidadania de pessoas LGBT, apresentam ações e propostas específicas relevantes e relativas às pessoas LGBTTTQIA+, como é o caso do Programa Brasil sem Homofobia, de 2004; dos Anais da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBT, em 2008; do Plano Nacional da Promoção dos Direitos Humanos LGBT, em 2009, e o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), também, em 2009.

O Programa Brasil Sem Homofobia (BSH) favoreceu a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBTTTQIA+, intitulada *Direitos Humanos e Políticas*

Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT, em junho de 2008. A conferência firmou apoio ao BSH, reconhecendo a necessidade de ampliação do programa e propondo a implantação e implementação nos três poderes e esferas para torná-la uma política de Estado com divulgação internacional (RIBEIRO; SANTOS, 2014). Segundo Feitosa (2017, p. 67), esse evento conquistou “importante reconhecimento e repercussão, tanto na militância quanto na academia, do ponto de vista da disposição do governo federal em escutar a sociedade civil organizada para elaborar as suas políticas voltadas para o segmento”.

Essa conferência resultou na construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNCDH-GLBT). O plano apresentou as diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas, de forma a mobilizar o poder público e a sociedade civil organizada na consolidação de um pacto democrático que garanta os direitos e o exercício pleno da cidadania das pessoas LGBTTQIA+. Nele evidenciou recortes de gênero e orientação sexual, mas, também, de raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais e particularidades da pessoa com deficiência. Quanto ao objetivo buscou “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009, p. 10).

O Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3), de 2009, se refere a um programa plurianual elaborado por setores da sociedade civil que propõe diretrizes e metas a serem implementadas em políticas públicas voltadas para a consolidação dos direitos humanos, incorporando as várias propostas aprovadas nas diversas conferências relacionadas à população LGBT, que aconteceram pelo Brasil, desde 2003. O PNDH 3 encontra-se estruturado em seis eixos orientadores, subdividida em 25 diretrizes, 82 objetivos estratégicos e 521 ações programáticas. Destas 521 ações, 22 são relativas à população LGBT. Surge, por meio deste programa, o apoio ao projeto de lei que dispõe sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, a promoção de ações voltadas à garantia do direito de adoção por casais homoafetivos, além da atribuição de traçar o perfil da população LGBT, considerando informações sobre inclusão no mercado de trabalho, assistência à saúde integral, números de violações registradas e apuradas, recorrências de violências, dados populacionais, de renda e conjugais (MELLO et al., 2013; RIBEIRO; SANTOS, 2014).

Ribeiro e Santos (2014) defenderam que com base nesses documentos e programas, algumas ações no âmbito das políticas públicas foram implementadas no tocante à assistência social. Houve uma série de recomendações no sentido de tornar efetivas as mudanças preconizadas pela PNAS no que diz respeito à incorporação das identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual, bem como aquelas relativas à redefinição do conceito de família.

Ribeiro e Santos (2014) mencionaram a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, ocorrida em 2011. Esta teve como objetivos avaliar as propostas e ações, discutidas nos movimentos anteriores da população LGBT, visando implementá-las enquanto políticas públicas, assim como propor estratégias para seu fortalecimento. Porém, sua maior ênfase foi propor diretrizes para a implementação de políticas públicas de combate à pobreza e à discriminação da população LGBT.

Feitosa (2017) acredita que essa segunda conferência conseguiu adentrar as cidades interioranas do país, ampliando a participação de militantes e de pessoas que se tornariam ativistas pós-conferência. Feitosa ainda nos lembra da dimensão pedagógica na formação de velhos e novos militantes que as conferências têm para o exercício da cidadania e da participação. Uma proposta inovadora dessa conferência foi a inclusão no CadÚnico dos campos: orientação sexual, identidade de gênero e o nome social. Também foi discutido sobre a redução da renda per capita para obtenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC), de $\frac{1}{4}$ (um quarto) para $\frac{1}{2}$ (meio) salário mínimo per capita. Vale mencionar que no CadÚnico foi criado apenas o campo para nome social, não dispondo do campo identidade de gênero e orientação sexual.

A III Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, aconteceu em 2016, intitulada, *Por um Brasil que criminalize a LGBTfobia*. Além das 192 propostas que foram aprovadas na expectativa de se construir políticas públicas que respondam às necessidades e demandas desta população, uma grande conquista foi a assinatura e publicação do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (BRASIL, 2016). Nela também foi aprovado o uso da nova expressão “LGBTfobia”, em substituição a palavra homofobia, para definir o conjunto de violências contra as pessoas LGTBTTQIA+, buscando tornar a própria comunidade mais inclusiva em relação às demais identidades de gênero e sexual (FEITOSA, 2017).

Especificadamente, em relação à política de assistência social, a Resolução Conjunta nº 1, de 21 de setembro de 2018, estabeleceu parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) (BRASIL, 2018). Nela considera-se e resolve-se, entre outros pontos, a inclusão de campos de identificação para nome social, orientação sexual e identidade de gênero nos instrumentos de atendimentos; construção de estratégias, parcerias e metodologias voltadas à população LGBT, visando prevenir situações de vulnerabilidade, riscos e violações de direitos; garantia de serviços e programas com metodologia cultural e socialmente adequada às particularidades das identidades LGBT, como a privacidade de identificação das travestis, mulheres e homens trans, a garantia dos direitos para crianças e adolescentes LBTTQIA+, assim como valorizar os diferentes modelos de famílias e de práticas sociais (BRASIL, 2018).

No entanto, essa resolução teve seus efeitos sustados pelo Congresso Nacional no mês seguinte a sua publicação sob a alegação de que o artigo 3º, onde prevê que a garantia do reconhecimento da identidade de gênero deve ser estendida também para crianças e adolescentes, em diálogo com os responsáveis, é inconstitucional. Os projetos de decretos legislativos, nº 1.037 e nº 1.501, de 2018, são de autoria dos deputados federais Flavinho de São Paulo (Partido Social Cristão) e do deputado Marcos Rogério de Roraima (Democratas), respectivamente. Vale citar que o deputado Flavinho é ligado a uma comunidade carismática da Igreja Católica de grande projeção no país. Em um dos projetos que pede a sustação do ato decretado consta que “é inconcebível que uma Resolução imponha às crianças o dever de absorver conceitos suficientemente libidinosos para compreender o ato sexual em diferentes espectros ao ponto de ter acesso à espaços segregados por gênero” (BRASIL, 2018a, p. 1).

Em ambos os decretos as polêmicas das justificativas versaram sobre o fato de reconhecer as identidades de gênero e sexualidade de crianças e adolescentes e sobre a garantia de direito a nome social e usos de banheiros de acordo com as identidades de gênero. Lançaram mão do discurso do “pleno exercício do poder familiar” na educação e cuidado dos/as filhos/as, assim como, de vários artigos da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) para sustentar que a resolução expunha as crianças e adolescentes às situações vexatórias, constrangedoras, de violação de intimidade e privacidade (BRASIL, 2018a; 2018b).

Não aparece no texto nenhuma preocupação com o sofrimento de crianças e adolescentes que desde cedo se identificam com identidades de gênero e sexual que não aquela imposta pelo modelo cisheteronormativo. A resolução foi sustada sem que houvesse o

debate para que outros pontos de vistas fossem discutidos, outras instituições, também autorizadas a falar, usando aqui os termos de Foucault, emitissem seus posicionamentos. Simplesmente sustou, sem muito barulho. Silenciou.

Em 2019, no dia 13 de junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, depois de longos debates, por mais de quatro meses, que a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero fosse considerado crime. Os ministros decidiram que, enquanto o Congresso e o Senado não se debruçarem a elaborar uma lei própria sobre o assunto, as condutas discriminatórias contra LGBTTQIA+ serão punidas pela Lei do Racismo de nº 7.716 de 1989, que prevê crimes de discriminação ou preconceito por raça, cor, etnia, religião e procedência nacional.

Mais recentemente, em 08 de maio de 2020, o STF derrubou as restrições que impediam as pessoas LGBTTQIA+ de doarem sangue. O Supremo entendeu que essa restrição ofende a dignidade humana e potencializa a discriminação. Esses foram alguns dos pontos mais importantes no percurso das políticas públicas LGBTTQIA+, porém, ainda falta muito para caminhar.

Nos espaços políticos partidários a representação das pessoas LGBTTQIA+ é quase imperceptível, a comunidade continua sendo alvo de muitos fakes news, principalmente, relacionadas à chamada “ideologia de gênero” que desmerece, criminaliza e desmoraliza a luta. Precisamos avançar também nas discussões étnico-raciais entendendo que as pessoas LGBTTQIA+ negras são posicionadas em lugares diferentes de subordinação em relação às pessoas LGBTTQIA+ brancas e, esse marcador social repercute no acesso à educação, à saúde, à moradia, à renda e aos sistemas de segurança e justiça. Precisamos construir uma sociedade que não represente perigo as pessoas LGBTTQIA+.

Nos subtópicos a seguir apresento os discursos das pessoas LGBTTQIA+ sobre identidade, vivências no CRAS e propostas para essa política pública.

5.1 “Na minha época não, eu ganhava uma pedrada e ia pra casa chorar, entendeu?”: discursos das pessoas LGBTTQIA+ sobre identidade, desejos e conflitos.

Segundo Foucault (2018) a partir do século XVIII houve um investimento para colocar o sexo em discurso, ainda que pautada numa economia restritiva dos vocabulários. Além do policiamento do vocabulário, também, definiu quem estava autorizado e quais lugares podiam falar do sexo. O autor defende que num contraefeito ao que se propunha a

política repressiva da época vitoriana, houve uma verdadeira incitação discursiva sobre o sexo. Uma das primeiras instituições a colocá-lo em discurso e construir um repertório a partir das confissões foi a Igreja. Mas não foi exclusividade dela manter o monopólio desse discurso, mesmo sendo uma das mais influenciadoras ainda na contemporaneidade. Outros mecanismos de poder passaram a disputar pela autorização de produzir verdades sobre o sexo. A medicina foi uma dessas. A partir dela, o sexo se torna uma questão de polícia, a polícia do sexo, ou seja, “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (FOUCAULT, 2018, p. 28).

Uma das grandes técnicas de poder empreendida pela medicina foi o surgimento da “população” e a preocupação em controlá-la. Quando surge a noção de população como problema econômico e político, o sexo passa a ser tomado como uma categoria de análise para controle dessa população. Passa-se a regular o sexo a partir de uma visão econômica, pois os governos começam a analisar taxas de natalidades, idade do casamento, os nascimentos, a precocidade e frequência das relações sexuais, a fecundidade, a esterilidade, o celibato, as práticas contraceptivas. Há todo um investimento discursivo sobre tudo que diz respeito ao sexo ao passo que mecanismos biopolíticos são operacionalizados buscando regular e controlar comportamentos e atitudes dentro de uma lógica econômica e política, não mais apenas moral, como fazia/faz o discurso religioso sobre o sexo. O sexo passou a ser um campo de disputa entre os vários poderes/saberes (FOUCAULT, 2019).

Posto isso, tomamos o sexo como um dispositivo de poder que regula os corpos, os comportamentos, as formas de ser e experimentar prazeres e desejos. Existe um investimento constante em reiterar as normas impostas pelos discursos de poder/saber autorizados na sociedade. Frente a isso, Louro pensa que os sujeitos transgressivos de gênero e sexualidade são aqueles que “recusam a fixidez e a definição das fronteiras e assumem a inconstância, a transição e a posição ‘entre’ identidades como intensificadoras do desejo” (LOURO, 2018, p. 23).

Baseando-me nesse entendimento, apresento os discursos de três sujeitas transgressoras das normas impostas sobre gênero e sexualidade. São histórias atravessadas por preconceitos étnico-raciais, racismo e etnocentrismo religioso, discriminação sexual e de gênero, além das questões econômicas e de classe. Trago, logo de início, essas demarcações sociais, para sinalizar que a interseccionalidade é uma categoria de análise fundante para compreender as vivências das pessoas LBTTQIA+, que terão seus discursos enunciados aqui. Collins e Bilge (2021) descrevem a interseccionalidade como ferramenta analítica em

que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia, entre outras se inter-relacionam e se moldam mutuamente. Ela ajuda a compreender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

As pessoas LGBTTQIA+ entrevistadas foram duas mulheres autoidentificadas como trans, e uma mulher cisgênera bissexual. Serão identificadas no texto pelos nomes fictícios: Dandara²², Hérika²³, Cássia Eller²⁴.

A Dandara é mulher trans e se declara “*branca de cor, mas de sangue negro*”. Tem 40 anos, é heterossexual e umbandista. Possui o ensino médio completo, é cabeleireira, inscrita do Programa Bolsa Família. Se diz “*solteira sim, sozinha nunca*”. Relata que aos 12 anos começou a se performar, usando saia e amarrando a blusa para ir à escola. Foi a primeira pessoa a se assumir com uma identidade de gênero dissidente na cidade. Antes dela era muito comum que as pessoas LGBTTQIA+ saíssem da cidade, fossem morar em capitais para vivenciarem seus desejos de forma mais livre, pois o preconceito era expressivo.

Em muitos momentos, Dandara relata as violências físicas, psicológicas e moral sofridas por toda a vida e em vários espaços: doméstico, público e de trabalho. Mas, também, apresenta discursos de resistência, potencialidade e superação. Diz que hoje sofre mais preconceito por conta da religião do que por conta de sua identidade de gênero.

Hérika se identifica, em alguns momentos, enquanto mulher trans e em outros com o “*gênero neutro, é aquele que tem a facilidade de andar nos dois, entre o masculino e o feminino*”. Ela se reconhece como negra, lançando mão da negritude que compõe majoritariamente sua família por parte do pai. Tem 28 anos, heterossexual e diz simpatizante do espiritismo, depois de ter frequentado por muitos anos a Assembleia de Deus.

Possui o ensino médio incompleto, desempregada, beneficiária do Programa Bolsa Família, desconfia ter dificuldades de raciocínio lógico. Relata que, desde criança, já percebia que seus desejos e comportamentos eram diferentes das demais crianças, mas foi na adolescência que essa identificação se intensificou e, também, quando ela passou a sofrer bem mais. Passou por uma depressão aos 15 anos, ficando três meses acamada e muito debilitada.

²² Dandara dos Santos, uma travesti de 42 anos que foi agredida e assassinada em Fortaleza, no ano de 2017. Os assassinos filmaram e publicaram todas as agressões e assassinato (Fonte G1 – disponível em: <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>).

²³ Hérica Izidório, uma travesti, foi espancada por criminosos em uma avenida em Fortaleza. Morreu depois de dois meses internada com quadro de traumatismo craniano (Fonte G1 – disponível em: <https://g1.globo.com/ceara/noticia/travesti-espancada-em-fortaleza-morre-apos-dois-meses-em-hospital.ghtml>).

²⁴ Cássia Eller, cantora lésbica, morreu em dezembro de 2001. Assumidamente deu visibilidade a existência lésbica.

Afirma que oscilava muito entre ser machão e ser muito feminina “*porque tinha dia que eu chegava muito machão, aquela coisa toda, e de repente afluava uma menina interna em mim que eu não compreendia, era a doçura da voz, o jeito de andar, eu era muito julgado pelo jeito de andar, coisa que eu achava natural pra mim, mas pra outras pessoas não era natural*” (Hérika, 28 e mulher trans negra). Ela se performa, ainda de maneira tímida, enquanto mulher, pois diz respeitar a família, já que ainda reside com sua mãe e seu pai. Por não ter condições de se manter sozinha, ainda precisa morar com eles.

Cássia Eller é mulher cisgênera bissexual, mãe, esposa, avó e branca. Tem 38 anos e, é simpatizante da religião evangélica, porém diz não frequentar, com receio do julgamento por ter uma companheira. Possui ensino médio incompleto, lavradora, mas afirma que se arrisca em vários trabalhos, entre eles o de pedreira. É beneficiária do Programa Bolsa Família, os filhos frequentam o SCFV e as netas são acompanhadas pelo PPI/SUAS.

Ela manteve um relacionamento com o pai dos/das seus/suas filhos e filhas, por mais de dezesseis anos. Depois dele, ela teve relacionamentos com outros homens e, há quatro anos, ela passou a se relacionar com uma mulher com quem se encontra em união estável. Revela que nunca pensou que pudesse ter desejo e ser feliz em um relacionamento afetivo com outra mulher. A companheira apareceu em um momento de muita dor, por conta de uma situação familiar vivida com seu filho mais velho. A companheira foi o porto seguro e a oportunidade de recomeçar.

Possui uma família extensa que frequenta constantemente sua casa, composta pelos/as filhos/as, netas, nora, genro, ex-marido, companheira, filha do ex-marido, além da ex-companheira do ex-marido que, em momentos difíceis, se ajudam. Diz que convivem todos/as em harmonia, se ajudando, tanto nas tarefas domésticas quanto afetivamente. Mesmo diante de todos os desafios, ela diz que não desiste de lutar, trabalhar e resistir.

Quando solicitado que elas se apresentassem, algumas questões emergiram: sentir-se como uma mulher de alma, dificuldade de serem compreendidas, processo de autorreconhecimento de sua identidade sexual e de gênero, dificuldade de relacionamento familiar, contestar as normas de gênero (im)postas às mulheres. Apresentamos alguns trechos das entrevistas:

***Eu sou uma mulher de alma...** é porque assim é... na minha época, por exemplo, não vou usar na minha época, porque vai pensar que sou velha né, é porque eu tive muitos colegas [...], e eles tiveram que ir embora, pela questão da opção deles, talvez por família ou pela própria sociedade, e pra*

*enfrentar você tem que ter uma alma feminina, se você não tiver uma alma feminina você não vai aguentar, você não vai dar a cara ali. Então sempre uso esse termo, sou mulher de alma, por essas questões, que não é fácil, e pra mim o que há quase 30 anos atrás, com 10 anos, eu vim me vestir com 12, 13 né, numa cidade desse tamanhozinho, foi... e tô aqui com 40, quarentona. **Eu me sinto uma mulher de alma**, e sem falar do lado espiritual, porque pra mim a essência é a alma, pra mim a essência é alma, corpo é corpo.* (Dandara, 40 anos e mulher trans branca).

Bom, já me apresentando, naturalmente né, eu nasci menino, isso é natural de se olhar, meu nome é (fala o nome que consta na certidão de nascimento), tenho um pouco de dificuldade com o nome ainda. Tenho 28 anos, e assim, a minha história é uma história um pouco complicada de se entender, porque muitas das vezes até nós, mesmos, não conseguimos compreender em certo o que vivemos e o que passamos. Mas assim, minha história de vida é uma história que eu acho que em poucos minutos não conseguiria relatar tudo, mas eu vou tentar ser um pouco esclarecedor. Mas assim, eu cresci em um lar muito difícil, desde pequeno assim a minha situação foi muito complicada de ser entendida, porque eu sempre fui aquela criança de dar muito amor, e eu sou assim até hoje. Só que... eu acho que muitas das vezes esse amor não é compreendido, e eu acabei sendo muito massacrado, sabe? Assim, muitas das vezes eu acabei sendo muito vítima, e hoje eu acho que essa história de passado, de infância, eu tive uma infância bem pouco feliz, mas muito triste. Eu cresci vendo muito a falta do amor dentro de casa, muita das vezes, até por uma questão familiar muito complicada. Eu tenho um pai muito bom, mas ele ao longo do tempo né, de infância era um pai retil (no contexto, retil parece ter significado de rígido). Era aquele pai de roça né, minha mãe também é assim, aquelas pessoas que não compreendem como o mundo anda, né? Só que tem a sua verdade interna, e eu sempre fui muito respeitador nisso, então assim... até compreender quem eu era, ou o que eu era e saber realmente qual era minha essência, não demorou muito, porém eu tive muitas dificuldades de aceitar, assim, porque eu nunca gostei de ser quem eu sou (corpo masculino), e isso muitas pessoas não compreendem (Hérika, 28 anos e mulher trans negra).

Nos trechos das narrativas das participantes é possível construir algumas análises. O trecho “*eu me sinto uma mulher de alma*” da entrevistada Dandara carrega muitos sentidos e significados. No decorrer do trecho deixa suspeitas que ser uma mulher de alma está sendo comparado com força, com um sentimento de resistência, que não desiste do que se quer ser. Parece demonstrar como algo que não se pode fugir, uma força da natureza, um desejo maior. E quem não tem essa alma de mulher, não suporta. Ela complementa dizendo que se considera uma mulher de alma não de corpo, porque corpo é matéria, fazendo referência a sua espiritualidade. Diante dessa interpretação, nos arriscamos a empreender alguns apontamentos sobre a regulação da cisnormatividade.

Por que é preciso evocar a diferença sexual para demarcar a performatividade do gênero? Butler (2019, p. 194) ao discorrer sobre a indissociabilidade entre o discurso e a diferença sexual defende que o sexo “é um ideal regulatório cuja materialização é imposta”. A materialização ocorre por meio de algumas práticas reguladas ao longo do tempo. Butler continua afirmando que o sexo “não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (BUTLER, 2019, p. 194).

Nesse sentido, nota-se como a cisgeneridade é um constructo que precisa ser desestabilizado constantemente. Para Viviane **Vergueiro** (2016, p. 252), a cisgeneridade evidencia as corporalidades e identidades de gênero que, em suas características e autoidentificações, estejam alinhadas às ideias de corpos e identidades de gênero “normais”, “não transtornados” e “biológicos”. Retomando os discursos das sujeitas dessa pesquisa, identificamos na fala de Dandara algo que desestabiliza a cisgeneridade. Ela enuncia que o gênero que ela se reconhece não está subordinado ao seu corpo, ela tem uma alma feminina. O ser mulher não está condicionado ao constructo do seu corpo associado à sua anatomia e fisiologia, ao seu pênis. Ter uma alma feminina é resistir a esse sistema, como dito por Vergueiro (2016). A alma feminina verbalizada pela Dandara, também, é sua subjetividade, sua dimensão mais íntima, como ela se identifica, se reconhece e ressignifica. Dandara contesta uma possível essência masculina que estaria associada, previamente, ao seu corpo.

Sobre o essencialismo do gênero, Jaqueline Gomes de **Jesus** (2014), com base no pensamento transfeminista, rediscute a subordinação morfológica do gênero ao sexo. A autora critica essa prática social que tem servido para justificar opressões sobre aqueles que destoam das normas binárias e aproveita para discutir a arqueologia do transfeminismo que ela define como:

O transfeminismo é uma categoria do feminismo em construção, a qual emerge como resposta teórica e política à falha do feminismo de base essencialista, comumente biológica, em reconhecer o gênero como uma categoria distinta da de sexo, o que reforça estereótipos sobre os corpos (JESUS, 2014, p. 243).

O transfeminismo é um movimento necessário considerando que o feminismo tradicional não contempla as pautas e os interesses das pessoas transgêneras. Transgênero é um conceito “guarda-chuva” que abrange o grupo diversificado de pessoas que não se

identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento (JESUS, 2012, p. 18).

Ainda segundo Jesus (2014), o transfeminismo auxilia na compreensão de gênero para além das limitações interpretativas colocadas pelo pensamento da genitalização do sexo e do gênero. Nessa perspectiva, a visão de gênero é ampla e múltipla.

Ainda no campo das discussões sobre binarismos, essencialização de gênero, cisheteronormatividade, Butler (2014) levanta a questão a respeito da norma. A filósofa americana diz que a norma é um parâmetro até para aqueles que estão fora dela. Isso talvez justifique o fato de uma mulher trans recorrer às construções normativas do feminino para se autoafirmar. Ela segue dizendo que gênero é uma norma e sendo uma norma, gênero “é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados” (BUTLER, 2014, p. 253). É nesse final da frase do pensamento da Butler que nos apegamos para defender que a norma não é segura, se fosse não precisava ser reiterada constantemente. Há várias instituições que podem reiterar ou não essas normas, como o estado, as religiões, a escola, as ciências, a mídia, entre outras.

E então o que seria gênero para a Butler? Gênero estaria além do binarismo masculino/feminino. Gênero são todas as performances do gênero que não estão presas em um nome, “gênero se move além do binarismo naturalizado” (BUTLER, 2014, p. 254). E com isso, entendemos que ser transgênero, nas palavras da própria autora, “não é exatamente um terceiro gênero” (p. 254), mas um gênero disruptivo, que borra a instância hegemônica que, insistentemente, quer se reiterar como natural.

Ainda podemos continuar... Por que fazemos essas problematizações sobre gênero? Joan W. **Scott** (2012), vinte anos depois de publicar o seu texto icônico sobre gênero, intitulado “*Gênero: uma categoria útil de análise*” é convidada novamente para se debruçar sobre essa discussão, ainda que entediada por acreditar, que tratava de uma discussão já esgotada, exaurida. No entanto, uma discussão sobre a inclusão da palavra gênero em um documento educacional na França reacendeu o seu interesse e eis que novamente ela apresenta contribuições importantíssimas e atuais sobre o tema. Uma dessas e, que interessa nesse momento do texto, é sobre o gênero se configurar como um debate político. Vejamos:

As disputas políticas que se seguem a partir da incerteza sobre gênero, levam a uma proliferação dos seus significados, e deste modo, nas palavras de

Barbara Johnson's, "excedeu os limites de controle estável ou coerência. Tornou-se algo para se estar infinitamente em luta." É esta luta política que eu penso que deve comandar nossa atenção, porque gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma "análise de gênero" constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos (SCOTT, 2012, p. 332).

Podemos considerar, também, como disputas discursivas, nos termos de Foucault, já que ao abordarmos a discussão sobre a cisheteronormatividade, estamos assumindo posições, ocupando lugares e reivindicando por direitos. Direitos de ser quem se é, sem precisar recorrer a parâmetros, a normas imposta pelos valores hegemônicos. Quando se trata das transvestis e mulheres e homens trans é uma discussão ainda mais necessária, devido ao histórico de negligência e violações que as(os) acometem diuturnamente nesse país. Então trazer essa discussão de gênero nesse momento do texto é reiterar essa escrita como ato político.

Ao relatar suas vivências, Hérica nos diz que nasceu menino e informa seu nome de registro, mesmo revelando sua dificuldade de lidar com ele. Ela não entra em detalhes sobre as dificuldades encontradas por conta do nome, mas podemos imaginar a violência que é ser identificada por um nome que você não se reconhece e não performatiza em uma sociedade que não valida e nem legitima os gêneros disruptivos. E que ainda exige performances binaristas que foram naturalizadas. É de fato muito constrangedor, é a reiteração de que as pessoas trans ocupam o não lugar de ser humano.

Coadunando com o mencionado acima sobre a história de negação de humanidade às pessoas trans, apresento outro trecho, agora pela Hérika, que diz ter crescido em um lar muito difícil. Desde pequena a situação sempre foi muito complicada de ser entendida, porque ela era uma criança de dar muito amor e é assim até hoje e esse amor não era compreendido e, por conta disso, acabou se massacrando muito.

É necessário falar o quanto as pessoas transgêneras são violentadas pela própria família. Embora o lar seja um lugar construído socialmente como espaço de afeto e proteção, costuma ser o primeiro lugar onde as travestis, mulheres e homens trans são atacadas/os, postas/os para fora de casa e humilhadas/os. Essas violências aparecem tanto nos relatos de Dandara quanto de Hérika, quando elas mencionam a dificuldade de convivência em casa. Apesar de se falar que a rua é sempre violenta, muitas vezes, acolhe mais do que a própria família.

Nos relatos de Dandara e Hérika aparecem expressões fortes e que revelam as estatísticas vergonhosas do país em relação à população trans. Segundo o relatório da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), o Brasil lidera o ranking mundial de assassinato de pessoas trans. Em 2020 foram, ao menos, 175 pessoas trans assassinadas, todas travestis ou mulheres trans. Por que se deseja matar uma travesti ou mulher trans? Que perturbações elas causam nas normas sociais? São problematizações que nos inquietam e nos perturbam.

Segundo...Os números de assassinatos sinalizados são da ANTRA, porque os órgãos estatais tanto de segurança pública, quanto de saúde, não revelam os dados com fidedignidade. Isso devido a muitas situações como: não identificar o gênero nos documentos oficiais e/ou não enquadrar os crimes como transfobia, travestifobia ou violência de gênero. Vale sinalizar que a subnotificação, ou seja, a falta de dados das agências reguladoras estatais, invisibiliza o transfobia e desresponsabiliza o estado no tocante à elaboração de políticas públicas de segurança dessa parcela da população.

Sobre raça, dentre os casos analisados e que foram possíveis localizar a identidade racial da vítima, 78% eram travestis/mulheres trans negras - pretas e pardas. O relatório ainda aponta o quanto os marcadores sociais de marginalização potencializam a situação de vulnerabilidade das pessoas trans. Sabe-se que a estimativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos, porém essa média pode cair muito dependendo dos marcadores sociais que a constituem (ANTRA, 2021). Isso nos leva de volta para discussão sobre a interseccionalidade, assunto também abordado pelo relatório ao afirmar que “Corpos trans não são apenas trans, são negros, gordos, de pessoas com deficiência, intersexo, pessoas vivendo com HIV+ e todas as outras identidades que carregamos. Esses marcadores nos expõem ao risco aumentado de violência, principalmente ao assassinato” (ANTRA, 2021, p. 47).

Essas problematizações acerca da interseccionalidade nos interessa porque Hérika é uma mulher trans, negra, pobre e interiorana. Então quando ela enuncia não ser compreendida e ser muito massacrada, devemos denunciar essas violências. Acredito que esse texto assume, também, esse compromisso. Sobre a generificação do movimento negro e o enegrecimento do movimento trans, a Megg Rayara Gomes De **Oliveira** (2018), mulher trans negra, faz alguns questionamentos que nos permitem pensar a interseccionalidade:

Por que o Movimento Social de Negras e Negros não me abraça? Por que não me ouve mesmo quando eu grito? Por que o Movimento Social de

Negras e Negros continua ignorando de forma sistemática a situação de exclusão e violência que incide sobre as existências de travestis e mulheres transexuais negras? (OLIVEIRA, 2018, p. 168).

Sobre essas indagações Oliveira (2018) sinaliza que embora o Movimento Social de Negras e Negros represente conquistas na luta pelos direitos de pessoas marginalizadas, também é verdade “que reproduz posturas opressoras ao silenciar a respeito de demandas consideradas menos importantes, como questões de gênero, identidade de gênero e sexualidade” (p. 172). A justificativa para essa invisibilidade se dá, ainda segundo a autora, por conta do movimento negro ter sido forjado majoritariamente por homens negros cis heterossexuais. A autora lembra como se deu a construção estereotipada da sexualidade do negro heterossexual, representada pela virilidade, apetite sexual e potência do pênis. Nesse imaginário não tem espaço para a travestilidade e nem para a transgeneridade no Movimento Negro.

Um das recomendações à sociedade civil, orientada pelo relatório da ANTRA, chama atenção para que as organizações LGTBTTQIA+ incluam a interseccionalidade como uma ferramenta de análise e tratem a agenda racial como um debate próprio do movimento. Da mesma forma o movimento negro deve dar centralidade às discussões de gênero e orientação sexual (ANTRA, 2021). Nesse sentido, para Vergueiro (2016), na análise da colonialidade cisgênera interseccionalmente localizada é fundamental pensar nas consequências das violências de invisibilização e como os silêncios reproduzem e legitimam processos de genocídios políticos, sociocultural, existencial e físico de pessoas travestis e trans.

Hérika também fala sobre a dificuldade em reconhecer sua identidade de gênero e falta de identificação com o próprio corpo. E Dandara fala como foi difícil reconhecer e identificar o que sentia há mais de trinta anos, quando não se tinha nenhum dos meios de comunicação que temos hoje, de forma acessível e democratizada. Em uma cidade interiorana, não se podia contar com uma rede de apoio. Vejamos seus enunciados:

*Quem sempre fui? Era uma luta muito interna, porque a gente convive com uma guerra todos os dias, é aquilo que tua mente diz uma coisa, e teu coração fala outra, o teu corpo corresponde de uma outra forma. Então assim, eu cresci muito feminino desde pequeno eu sempre tive uma vida muito... não aleatória, mas complicada de se entender, os meus amigos mesmo tinha essa dificuldade, porque tinha dia que eu chegava muito machão, aquela coisa toda, e de repente a florava uma menina interna em mim que eu não compreendia, era a doçura da voz, o jeito de andar. **Eu era***

muito julgado pelo jeito de andar, coisa que eu achava natural pra mim, mas pra outras pessoas não era natural. Então assim, ao longo do tempo, eu fui domesticando isso, até que eu passei pelo primeiro processo de depressão na minha vida, que eu não compreendia o que significava aquilo, veio num momento assim muito... muito sem sentido, porque eu estava numa fase boa, não tinha problemas algum, estava começando viver a adolescência, cheio de planos e de uma hora pra outra me vi em cima de uma cama, passando três meses sem me alimentar... (Hérika, 28 anos e mulher trans negra).

*Eu sempre tive problemas nesse sentido, porque era o novo, era novidade, nem eu mesma na época, tipo, o que é que tá acontecendo?! Você não tinha alguém pra chegar ali, como agora, por exemplo. A gente não tinha isso, era tu e tu, nem televisão, nem internet, não tava ali, então era tu e tu. É porque hoje a internet tá aí, a coisa tá aí, as leis estão aí entre aspas, estão aí, então você se sente mais segura entre aspas nesse sentido. Pra mim, na minha época, é o que eu te falei, era o desconhecido, o que eu vim fazer aqui no mundo? Quem sou eu, né? Hoje não, hoje você já tem 12, 13 anos você já sabe né, sua identidade. Vejo assim perante, é... os meios de comunicação e tudo mais... tanto negativo, como positivo, mas abrem as portas nesse sentido, e quando você se assegura, tipo se alguém me jogar uma pedra, vou lá na delegacia e registro uma queixa. **Na minha época não, eu ganhava uma pedrada e ia pra casa chorar, entendeu?** Hoje eu vejo assim, mais aberto nesse sentido (Dandara, 40 anos e mulher trans branca).*

Hérika e Dandara relatam os conflitos vivenciados por não compreenderem o que estava acontecendo com elas, não entenderem o que sentiam e, por não encontrarem harmonia entre a mente, o coração e o corpo. Hérika fala, também, do quanto era apontada pelo seu jeito de andar e de como as pressões psicológicas levaram-na a um quadro depressivo grave. Dandara relata que ganhava pedrada na rua e ia pra casa chorando. Com base nessas falas, percebemos o quanto o discurso cisheteronormativo produz violências verbais, psicológicas e físicas, gerando dor e sofrimento a elas. Esse discurso parece capturar a todos/as ou a quase todos/as, para não cair na armadilha da generalização. Paul B. **Preciado** (2011) nos convida a resistir aos processos do tornar-se “normal”, de forma que a política *queer* tem a preocupação de desviar das tecnologias sexopolíticas da produção de corpos “normais” e corpos “desviantes”. Entendamos nas suas próprias palavras.

A política da multidão *queer* não repousa sobre uma identidade natural (homem/mulher) nem sobre uma definição pelas práticas (heterossexual/homossexual), mas sobre uma multiplicidade de corpos que se levantam contra os regimes que os constroem como “normais” ou “anormais”: são os drag kings, as gouines garous, as mulheres de barba, os transbichas sem paus, os deficientes ciborgues... O que está em jogo é como

resistir ou como desviar das formas de subjetivação sexopolíticas (PRECIADO, 2011, p. 16).

A reapropriação dos discursos de produção saber/poder sobre o sexo é uma reviravolta epistemológica necessária para que sujeitas como Hérika e Dandara não precisem mais sofrer em busca de uma categoria para se “encaixar”, como se a identidade fosse estática, definida uma única vez e fixada. Preciado (2011, p. 18), enfatiza que, “não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida”, assim sendo, toda forma de ser é legítima, é real, é potente, é identitária. E para ser identitária não precisa se enquadrar em ser mulher cis, homem cis, homossexual ou heterossexual. São condições que extrapolam esses binarismos essencialistas.

Dandara menciona, também, a dificuldade que tinha de acessar informações que favorecessem a sua construção identitária. Na época dela não tinham os meios de comunicação atuais, como a internet ou mesmo uma mídia televisiva que contestasse a cisheteronormatividade e combatesse a LGBTTQIAfobia. Ela tomava uma pedrada e ficava por isso mesmo. O advento dos meios de informação garantiu mais informações sobre os direitos da comunidade LGBTTQIA+, por exemplo, inclusive porque Dandara fala do contexto de uma cidade do interior baiano com pouco mais de 8 mil habitantes. Outro ponto abordado por Dandara era a falta de uma rede de apoio com quem pudesse conversar, pedir informações. Enfim, era uma vida solitária.

Na fala da Cássia Eller emergiram outros discursos sobre ser mulher que gosta de trabalhar, principalmente de pedreira, mulher simples que tem o sonho de fazer faculdade. Algo que chama atenção nessas falas é como o trabalho é tomado como algo que lhe confere dignidade e satisfação, mas, também, como necessidade. Relata sempre ter trabalhado duro, com isso, subvertendo a própria construção do ser feminino como frágil e sensível. Mesmo sendo uma mulher branca, não se pode deixar de falar das condições de subordinação, por ser uma mulher pobre, interiorana, com pouca escolaridade, que casa cedo, desobedecendo às orientações da mãe. Segue seu enunciado:

*Cássia Eller é uma mulher que sempre trabalhou. Porque assim desde nova, dos meus 14 anos que foi quando eu casei, e assim é... eu não ouvi o conselho na realidade da minha mãe né, porque a minha mãe sempre falava: “Oh cuidado e tal”, e eu acabei indo morar com o pai dos meus filhos, e demorei 3 anos para poder engravidar, mas depois aí veio (primeiro filho) e assim sempre foi uma luta, Elza. **Porque como ele nunca trabalhou, eu sempre tive que ser o pai e a mãe em todos os sentidos,***

sempre tive que trabalhar na roça, sempre tive que trabalhar mesmo no duro mesmo, entendeu? Pra conseguir fazer a minha casa, pra conseguir dar uma estabilidade não muito boa, mas que pelo menos eles tivessem um conforto de uma casa, entendeu? E assim, é... Deixa eu ver como eu vou te explicar aqui, eu... sou uma pessoa assim que... sou uma pessoa simples, gosto de trabalhar, se eu me ver em casa, eu fico doida mesmo, é... Se eu me ver em casa só Jesus. Gosto de trabalhar de pedreiro, é o que eu mais gosto de trabalhar né? Tenho um sonho de um dia eu fazer uma faculdade de engenharia civil.

Porque assim, eu creio e tenho fé que eu ainda vou ter um casamento com homem, entendeu? Porquê... na realidade quando eu conheci (nome da companheira), eu tava passando por uma situação muito difícil na minha vida, e aí ela chegou num momento em que... ela estendeu a mão e foi a pessoa mais certa naquele momento, vai fazer quatro anos, mas eu... ainda acho ainda que eu vou me relacionar com homem, entendeu? Eu ainda acho que sim (Cássia Eller, 38 anos, mulher cisgênera bissexual branca).

Para Cássia Eller, parece-nos que sua vida de sofrimento e dificuldade, após ter se casado cedo, seria um tipo de punição, por não ter seguido as normas e as regras. Contestamos este pensamento ainda reiterado, por tantas outras mulheres, que os sofrimentos vivenciados em suas vidas são culpa delas, das suas escolhas, apagando todas as violências vivenciadas, inocentando todas as pessoas que a violentaram. Este pensamento sexista, machista e heteronormativo responsabiliza as próprias mulheres pelas violências que as acometem.

Ao conhecer sua história de vida identificamos muitas violências sofridas por Cássia Eller ao longo de sua trajetória, desde o contexto familiar ao ser expulsa de casa ainda na adolescência, acusada de não ser mais virgem, até quando foi desrespeitada por magistrados, agentes políticos do Estado dentro de espaços onde deveria primar a garantia dos direitos humanos. Sem contar o histórico de violências físicas, psicológicas e morais vivenciadas na relação de mais de dezesseis anos com o pai de seus/suas filhos(as).

Cássia Eller não lança mão de sua orientação sexual de mulher bissexual como um marcador definidor de sua identidade, mesmo ela já tendo respondido, no início, o formulário e se declarando como mulher bissexual. A suspeita é que por ser uma identidade vivenciada por pouco tempo em relação aos demais relacionamentos heterossexuais, ela ainda não se sinta segura para se afirmar como mulher bissexual ou lésbica. Ou pode ser, também, apenas uma necessidade minha enquanto pesquisadora de que ela lançasse mão de sua identidade sexual. Como já nos disse Hall, para quem serve a identidade?

Mas sigo ainda tecendo outros comentários que me inquietaram. Em alguns momentos da entrevista ela enunciou o desejo de encontrar o amor de sua vida, de casar com um homem.

Adrienne **Rick** (2010) afirma que o ideal do amor romântico heterossexual, reproduzido nas artes, nas literaturas, nas mídias e nas propagandas são tecnologias muito operantes e presentes na vida das mulheres. A autora afirma ainda que a idealização do amor romântico e do casamento heterossexual são formas de compulsão que expressam controle sobre o pensamento e o desejo da mulher.

Por outro lado, julgo ser necessário fazer uma imersão sobre a bissexualidade para não reforçarmos a prática de invisibilização e negação da materialização de mulheres e homens que se identificam como bissexuais, assim como não cometer o equívoco de se comprometer apenas com uma literatura lesbiana fazendo parecer que tratam da mesma discussão.

Maria Leão de Aquino **Silveira** (2017, p. 06) revela que a existência de bissexuais perturba as perspectivas binárias como “hétero” x “homo”, altera a ordem geral das coisas, “pois só seria possível se provar a existência de desejo e não a ausência deste”. Dessa forma, a incorporação da noção de que pessoas podem se sentir atraídas e se apaixonar por qualquer gênero de pessoas perturbaria o que está posto, no que diz respeito à estabilidade das sexualidades.

As pessoas bissexuais tendem a sofrer acusações inúmeras por transitar entre as barreiras hetero e homo. Na efervescência da aids chegaram a ser acusadas de serem vetores de transmissão entre os heteros e homossexuais, pois não tinham compromissos com relações monossexuais. Também são vistas como fetiches nas relações masculinas heteronormativas para corresponder aos desejos dos homens, não sendo validados seus próprios desejos. A bissexualidade costuma não ser reconhecida, porque burla as normas heteronormativas e heterossexistas, não parecendo segura e estável (MELISSA BITTENCOURT **JAEGER**; GENI NUÑEZ **LONGHINI**; JOÃO MANUEL DE **OLIVEIRA**; MARIA JURACY FIGUEIRAS **TONELI**, 2019).

Trouxe essas provocações para justificar o desconforto ou a necessidade de sentirmos que a Cássia Eller precise afirmar que ela não sente mais desejos por homens, que ela sonhe apenas com relações homossexuais. A bissexualidade é transgressão, é desconforto, é instabilidade mesmo.

Sendo assim, Cássia Eller é uma mulher que subverte muitas normas de gênero. Ela falou que sempre tomou a frente para tomar as decisões. Posições construídas socialmente, pelo ponto de vista heteronormativo como sendo do homem, do ser masculino. Isso é resistência. A participante fala, também, que gosta de trabalhar de pedreiro, relatando ser um dos trabalhos que mais lhe dá prazer e daí nasce o sonho de cursar uma faculdade. Uma

mulher aos seus 38 anos, mãe, avó, bissexual, pobre, sonhar em ocupar o espaço acadêmico é uma forma de burlar os determinismos sociais, as regulações de gênero e as tecnologias sexopolíticas.

Louro (2007. p. 204) nos alerta sobre a importância de refletirmos sobre “os modos de como se regulam, se normatizam e se vigiam os sujeitos de diferentes gêneros, raças e classes nas suas formas de experimentar prazeres e desejos”. Nesse sentido, vale analisar quais práticas são acionadas para se constituírem homens e mulheres. Cássia Eller é uma dessas mulheres que subverte as imposições em relação ao gênero e as sexualidades. E com esse convite da Louro finalizo esse tópico.

5.2 “Elza, quem vai no CRAS é porque tá precisando”: discursos das pessoas LGBTQIA+ sobre o CRAS.

Dentre as falas proferidas pelas pessoas LGBTQIA+ emergiram discursos sobre a relação e/ou a percepção que elas tinham sobre o CRAS e os(as) profissionais desse equipamento. Duas das entrevistadas já foram trabalhadoras contratadas do CRAS e ambas não permaneceram por muito tempo, Dandara saiu devido ao desrespeito e ao preconceito sofrido e Cássia Eller constantemente era transferida entre os setores. Alguns enunciados remetem a esses momentos de trabalho no setor, assim como emergem outras falas enquanto usuárias dessa política pública. Questionou-se qual a relação que elas tinham com o CRAS, o que esse equipamento representava para elas, quais serviços demandavam e/ou quanto tempo eram usuárias dessa política.

Dandara relata ser difícil falar do CRAS porque já trabalhou nesse espaço. Ela fala de dois lugares, do lugar de usuária e do lugar de ex-trabalhadora do SUAS. Ela fez parte da equipe por dois anos. No entanto, a ênfase é sobre o que ela presenciou enquanto trabalhadora trans e umbandista na política de assistência social. Ela nos diz:

Assim... pra mim é um pouco complicado, porque eu já trabalhei tanto... umas 2, 3 gestões, direta ou indiretamente, eu sempre fui bem tratada. Tem uma coisinha ou outra, não vamos dizer que não tem, tem. Por exemplo, eu ainda presencio, talvez tu me corrija, questões religiosas, por exemplo, teve uma conferência por exemplo e... e eu não vejo a presença de umbanda, candomblecista e tal tal tal ali, por exemplo, é... eu até lembro o dia que o professor veio, e no final o professor saudou que Oxalá abençoe a todos. Foi um bicho de sete cabeças de comentários, é... por exemplo. Hoje, por exemplo, não é meu turbante de candomblé, nem de umbanda, eu sempre

andei na minha sexta, nas minhas quartas, e eu vou pra qualquer lugar e se falar que eu não entro, beijinho, mas eu não vou deixar de entrar, porque tô por minha conta, não vou. **Algumas vezes o que me deixou muito triste, coisas que me fizeram tomar determinadas atitudes, é tipo de tu ouvir determinadas coisas, porque tipo: “ah, pra mim não é normal, ah eu não tô magoando”. E eu presenciei algumas vezes, fingi que não ouvi, relevei algumas vezes, fingia que não tava ali, pra você tentar...**

Só que teve uma vez, eu nunca vou me esquecer disso, e... Maria²⁵ veio conversar comigo depois, e ela falou assim: “eu sei que você ficou triste, eu sei que você ficou chateada”. Eu falei assim: **porque como eu trabalho num lugar que me diz que os direitos tão ali, que me respeitam, que me tratam e eu não tô vendo isso?! Aí tipo, o te tratar e o te respeitar, mas não preciso de tu. Na hora de tu ir lá pra fazer um arranjo, na hora de tu servir, entendeu? Então, nesse sentido, aí nesse dia eu fiquei triste, chateada, também. Nem participei. Eu saí, não questionei, não falei, depois passou um tempo que eu falei, porque eu... ainda citei que tinha Ns terreiros, e que eu achei uma falta de respeito, se vai vir um representante da católica, se vai vir um representante do evangélico, se vai vir um representante de determinada... porque não... Se eles não vêm, mas você mandou o convite, entendeu? Nesses dias eu fiquei triste, ainda até citei a questão de Estela²⁶, aí questionaram: “ah, mas Estela nunca vem”. Mas ninguém se preocupou porque Estela nunca vinha, porque Estela nunca veio?! Porque Estela sempre ouvia isso, tendeu? E eu ouvi e presenciei, ainda depois que teve a coisa, que Maria voltou, Maria falou: “ah, tu vai na casa de Estela”, não Maria, vai outras pessoas, “você vai na casa de Estela?”, Não é um papel meu ir na casa de Estela, é um papel de vocês irem lá, não eu, entendeu? Eu, se eu fosse pedir, ela viria, eu tinha certeza disso, mas não era eu, ela ia tá vindo por mim, e o direito dela, entendeu? Tanto é que nesse dia... não demorou nem uma semana, eu me afastei, eu pedi pra me afastar.**

Nunca tive problema, pelo menos de frente, nunca tive, não, nunca tive. Tanto é que no período que eu falei que não queria mais, que eu ia... que eu chamei e falei que não ia ficar mais, o pessoal... queria fazer aquele retetê. Eu disse: não, é uma coisa que eu não quero mais, não quero, porque eu sei que não vai dar, e... talvez mais tarde pode criar coisas maiores. **Vai chegar uma hora que você vai gravar, vai chegar uma hora que você vai ter que registrar uma queixa, e aí quando você mora numa cidade pequena e tudo mais, acaba que entra na questão política e aí é aquela coisa. Eu falei: Não, não, não, pra mim melhor não, quero não. E assim, tem pessoas assim... que acabam se envolvendo, e você tem carinho, entendeu? Eu falei: deixa pra lá... (Dandara, 40 anos e mulher trans branca).**

O discurso que mais sobressaiu nesse trecho foi sobre a falta de respeito e visibilidade das religiões de matriz africana, que chamaremos de racismo religioso, em um momento de suma importância para o planejamento desta política no município que foi a conferência de assistência social. O discurso religioso existente que despreza as demais religiões. As

²⁵ Nome fictício. Uma trabalhadora que estava assessorando na realização da Conferência Municipal de Assistência Social que Dandara se refere.

²⁶ Nome fictício – Participante refere-se a sua mãe de santo.

conferências de assistência social “são instâncias que têm por atribuições a avaliação da política de assistência social e a definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, ocorrendo no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (BRASIL, 2012, p. 46). Os povos de terreiros estão tipificados nessa política como grupos prioritários. Assim sendo, se esses públicos não estão presentes na conferência, como eles falarão?

Como a própria participante questiona: “*como eu trabalho num lugar que me diz que os direitos tão ali, que me respeita, que me trata e eu não tô vendo isso?*”. Mesmo ela estando como trabalhadora e fazendo parte de um público prioritário, ainda sim ela não é respeitada, seu modo de vida é inferiorizado em relação aos dos católicos e evangélicos, como citados em sua fala. Nessa situação, os espaços públicos são privatizados para atender aos interesses de apenas alguns grupos que, não por engano, é um grupo privilegiado socialmente. O mais estranho dessa atitude é que deixa de fora o grupo prioritário, no caso, os povos de terreiros e continua visibilizando grupos já privilegiados.

Outra questão muito potente é quando Dandara indaga porque sua mãe de santo não vai aos eventos nesse espaço e é justificado que não a convidam porque ela nunca vai. Interessante que ela questiona e também elucida que ninguém se preocupou em saber o porquê dela não vir. Sua mãe de santo não ia porque ouvia os mesmos comentários preconceituosos que ela estava ouvindo naquele momento. Não era um lugar agradável para ela. Parece que os/as profissionais do CRAS não estavam interessados/as em tornar o espaço do CRAS em um lugar acolhedor para os/as representantes das religiões africanas.

Quando solicitado pela assessora que, ela mesma [Dandara], convidasse sua mãe de santo, Dandara nos leva a compreender que não é papel dela convidar sua mãe de santo. As reflexões de Dandara nos permitem suspeitar que existe uma intenção de transferir responsabilidades, talvez por ser mais cômodo, mais confortável ou terem receio de convidá-la. O discurso de Dandara expressa posicionamento crítico e reflexivo da sua realidade, das suas vivências e da sua condição.

Fica notório com os trechos mencionados acima que se trata de racismo religioso. Não refere apenas à perseguição devido à origem das crenças ou desavenças doutrinárias, mas diz respeito à demonização e estigmatização do sagrado alheio. É diferente a relação estabelecida entre evangélicos, católicos e protestantes, por exemplo, e entre esses e as religiões de matriz africana. Nogueira (2020) relembra que tudo que se relaciona às africanidades é tratado sem valor, é deslegitimado, incluindo a religiosidade. Por isso a relevância de falarmos em racismo religioso no lugar de intolerância religiosa, considerando a estrutura racializada do

nosso país e não reduzindo a dimensão da violência. O autor afirma que “é no racismo que está o componente nuclear das diversas formas de violência contra as CTTro (Comunidades Tradicionais de Terreiro)” (NOGUEIRA, 2020, p. 47).

Dandara admite que saiu do trabalho para não denunciar o ocorrido, fazer uma gravação e ter que se indispor com alguém. Por se tratar de uma cidade pequena, não seria algo impossível de acontecer. Ela demonstra reconhecer os seus direitos, identifica que estes estão sendo desrespeitados, porém, ela tem sua vida afetada pelo preconceito e não escapa de ser expulsa desse espaço. Ao mencionar o fato de morar numa cidade pequena, apropriado da entrevista da Luma Nogueira de **Andrade** (2019), onde relata que a vivência de uma mulher trans em uma cidade interiorana não é a mesma da que vive nas metrópoles.

A autora se angustia com a associação que costumam fazer da travestilidade e transgeneridade feminina com a prostituição, assim como a relação das construções dos corpos com usos de procedimentos tecnológicos. Além desses dois pontos, ela também aborda, o quanto o poder disciplinador das instituições nas cidades interioranas são mais incisivas, resultando no silenciamento para sobreviver. No caso Dandara, o receio da repercussão que uma denúncia poderia provocar a fez se assujeitar para continuar andando, caminhando e produzindo resistência por meio das fissuras encontradas. Andrade (2019) complementa que nem sempre é resistência, em muitos momentos os assujeitamentos são necessários para escapar, em especial, quando se é uma mulher trans.

Cassia Eller também apresenta primeiro a sua experiência no CRAS enquanto trabalhadora, mas depois aponta fragilidades identificadas por ela dessa política. Vejamos:

Assim, O CRAS pra mim, eu não tenho... não tinha... nunca tive do que reclamar assim, a respeito de lá do CRAS, porque assim trabalhei tanto... como eu já trabalhei lá. Isso, lá... então assim eu não tenho essa questão assim de reclamar, dizer que é ruim, eu não tenho como dizer, só que assim, hoje eu não posso te falar é... a minha relação com CRAS hoje, porque assim de quando voltou, eu nunca fui lá. [DEPOIS DA NOVA GESTÃO]

*Comecei trabalhar como... na faxina, aí da faxina eu fui pra merenda dos alunos [costumam se referir às pessoas inscritas no CRAS como alunos, comparando com a educação], trabalhei foi o que, foi dois anos?! Foi, dois anos. Eu trabalhei um tempo no hospital e aí depois fui pra os outros lugares, porque me mandavam pra um canto, na mesma da hora me mandava pra outro, entendeu? Mas trabalhei dois anos assim, certo mesmo foi dois anos lá no CRAS. Então, pra mim assim eu não... tem algumas coisas que tem que ser mudadas sim. Atendimento, atendimento. Porque eu acho assim. **Elza, quem vai no CRAS é porque tá precisando.** Tem a história mesmo de [fala o nome da filha. Ela foi lá atrás de uma cesta*

básica, agora na gestão agora, e ela não conseguiu. Ela mora de aluguel, tem duas filhas e ela não conseguiu, nem aluguel, nem nada, ela não conseguiu. Então eu acho assim, o CRAS ele tinha que dar esse suporte, no caso a assistência toda né, tinha que dar esse suporte pra essas pessoas que vivem nessa situação, entendeu? Eu assim não tenho do que reclamar, porque assim também eu só vou lá resolver só Bolsa Família. É, só o Bolsa Família, então nessa questão aí eu ainda vou resolver ainda, que eu tenho que ir lá né, mas eu ainda vou resolver ainda, eu não fui ainda.

[QUANTO TEMPO É ASSISTIDA PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL?] Não, desde... porque o primeiro que eu fiz foi o Bolsa Família em 2000, 2000, no ano de 2000, foi quando eu tive [meu filho mais velho] quando eu acabei de ter [filho mais velho] aí [uma funcionária pública], ela foi lá em casa e ela foi e fez o cadastro pra mim. Com um mês que ela tinha feito o cadastro, o cartãozinho chegou, mas foi uma felicidade tão grande. Naquela época que era R\$ 119,00 reais. Mas foi uma felicidade tão grande, que só Jesus na causa. Porque naquela época não tinha nada, não tinha ajuda. Porque hoje a assistência ajuda muita gente em algumas coisas, tem pessoas que são ajudadas sem necessidade, que tem pessoas que vão pedir e não tem necessidade, porque recebe o dinheiro do Bolsa Família. Vai beber cachaça, e simplesmente vai pedir uma cesta básica e recebe, muita das vezes, tem pessoas que realmente precisam e não recebem. Falta (CRITÉRIOS), falta, nessa questão... é nessa questão aí falta, e a respeito das outras coisas assim... eu não tenho do que reclamar, porque assim desde do grupo de idosos até chegar nas crianças, ali pra mim tudo era novidade, então pra mim tudo aquilo é bom (Cássia Eller, 38 anos e mulher cisgênera bissexual branca).

Em suas falas emergem algumas denúncias a respeito da política de atendimento do CRAS. São falas com propriedade, de alguém que é usuária há mais de 20 anos, além de já ter sido trabalhadora nesse espaço, entre os anos 2017 e 2018. Ela tece críticas à falta de critérios técnicos para a cessão dos serviços socioassistenciais, quando cita que muitas pessoas recebem cesta básica (benefício eventual alimentação) sem precisar, enquanto outras precisam e não conseguem. Ela não faz referência direta sobre como era tratada em relação à sua orientação sexual, porém destaca que constantemente era mudada de local de trabalho. Eram constantes as transferências de setores.

Outra questão muito importante, apresentada por Cássia Eller, é que, **quem procura o CRAS é porque está precisando**. Fez-me analisar o quanto é constrangedor, nessa sociedade alicerçada na ostentação, alguém solicitar o básico para sobrevivência. Aponto aqui, também, algumas posturas que precisam ser repensadas e mudadas nessa política. Não é incomum que, para além do constrangimento em solicitar aquele benefício, os/as usuárias sejam submetidas a situações vexatórias como exposição nas redes sociais frente à provisão de algum serviço ou

benefício, além da postura violentadora de algumas equipes técnicas ao fazer visitas surpresas invasivas.

Nessas visitas, em tom de desconfiança, abrem armários, geladeiras, entram em cômodos íntimos buscando deslegitimar a necessidade apresentada pela/pelo usuá(ri)a(o). Reiteradamente, ouvem-se discursos que as pessoas gostam de pedir, estão todo dia no CRAS querendo tudo. Sempre me senti muito incomodada com essas falas. E questiono: em uma sociedade como a nossa, quem se sente bem pedindo, se expondo e, muitas vezes, tendo de se humilhar para obter determinado benefício, já que nem sempre há o acolhimento necessário?

Também é interessante compreender como a comunidade LGBTTQIA+ vê a assistência social, como elas entendem esse lugar? Parece-nos que requerer algum tipo de serviço, nessa política, é sobrepor uma condição já vulnerável. Frente aos julgamentos, muitas vezes da própria equipe, que ser dissidente é descaracterização, é escolha, esse grupo não é considerado prioritário nas políticas da assistência social, sobretudo, no dia-a-dia de sua efetivação.

No caso, da Cássia Eller têm-se os mecanismos do biopoder controlando a sua vida, mesmo antes de ter uma relação homoafetiva, devido a quantidade de filhos(as) que ela tem. É um discurso prevalente o de que os programas sociais incentivam as famílias pobres à reprodução. São discursos higienistas e moralistas. As várias situações de subordinação intensificam o preconceito e a violência enfrentada. Desta forma, as pessoas LGBTTQIA+ assistidas pelo SUAS sofrem um processo de violência maior, que intensificam quando se somam outros marcadores sociais como raça/etnia, classe, gênero e sexualidade, religião de matriz africana. E, por conta desses posicionamentos, essas pessoas só procuram o CRAS quando não têm alternativa. Não vão ao CRAS, só vão quando precisam muito, é isso que a Cássia Eller está nos ensinando.

Nas nossas conversas, Cássia Eller nos relata que, depois de assumir seu relacionamento afetivo com outra mulher, as oportunidades de trabalho ficaram ainda mais escassas. Chegou a relatar que certa vez foi a um local que estava precisando de pessoas para trabalhar. No início a conversa fluiu muito bem, mas, quando ela mencionou que tinha uma companheira, foi notória a mudança de comportamento da possível empregadora. Disse para aguardar que ela entraria em contato. No outro dia, quando ela passou no local, já tinha uma pessoa trabalhando, uma pessoa heterossexual. Para Carneiro (2011, p. 110), as evidentes barreiras de natureza racial e de gênero, e incluso de sexualidade, no acesso igualitário ao trabalho configuram-se como uma das primeiras formas de negação de um direito básico,

considerando que “o acesso ao emprego e ao trabalho é condição primordial para reprodução da vida”. Logo, a exclusão desse direito nos leva a compreensão que essas pessoas estão sendo destituídas de humanidade, estão sendo relegadas a uma condição de não humana.

Apresento nesse trecho, algumas memórias, registradas ao longo de minhas vivências enquanto técnica social no CRAS, sobre ditos, expressões, comentários e atitudes presenciadas, relacionada às pessoas de gênero e sexualidades dissidentes. Uma dessas memórias refere aos comentários de lesbofobia em relação a Cássia Eller.

Certo dia, ao chegar em um dos setores da política de assistência social do município, presenciei alguns comentários de chacotas referente a uma mulher lésbica [Cássia Eller] que tinha sido atendida. Faziam expressões de repúdio pela mulher ter se direcionado a pessoa para saudar com dois beijos no rosto. Faziam caras de nojo relacionando com a questão da relação íntima dela com a parceira, com falas como: “essa boca que lambe a xereca e vem me beijar, que nojo”, “que coisa nojenta deve ser duas mulheres transando”. As conversas se davam no sentido de deslegitimar o desejo dela pela companheira, sugerindo que alguém não podia se satisfazer com uma relação dessa, alegando ser modismo, além do nojo relacionado à boca das lésbicas por fazer sexo oral (Registros da pesquisadora, 2019).

Com esse fragmento identifica-se que além de praticar racismo religioso, como citado no caso da Dandara, os/as trabalhadores/as do SUAS também expressam atitudes e falas lesbofóbicas, pautados/as numa visão cisheterossexista, que defende a supremacia de um modelo de relação sobre todos os outros. Questiono se seria esse o sentimento se fosse uma mulher ou homem heterossexual. E ainda, como nós desenvolvemos essa repulsa pelo nosso próprio corpo, por nossa genitália, já que, também tinham mulheres tecendo esses comentários? Onde aprendemos a ter nojo do nosso corpo? Porque fazer sexo oral numa relação heterossexual não causa repulsa? Deixa-me com dúvidas se de fato a repulsa é sobre onde se coloca a boca ou em qual relação esse ato acontece. Parece ser uma justificativa para ser preconceituosa/o, lesbofóbica/o, em que a relação de duas mulheres é vista como algo nojento.

Hérika descreve quais foram seus motivos de ter procurado o CRAS e como foi o seu atendimento. Denuncia a falta de preparo de alguns/algumas profissionais, mas também ressalta a presença de pessoas que atendem com humanidade e técnica. Vejamos:

Assim, eu primeiramente, a minha vinda aqui foi por informações, porque como eu relatei no início eu cresci muito retil [interpretamos como

resistente] a muitas coisas, e devido a muitas situações difíceis que eu tava passando, muitas pessoas se sensibilizam comigo né, e falavam assim **“Hérika você precisa de ajuda”, “você precisa de ajuda, a gente sabe que você precisa, vai procurar um socorro, mesmo que seja pequeno, que seja simples, mas você precisa de um apoio”**.

*Pessoas que trabalhavam aqui, ou pessoas que... não dentro do meu círculo, mas fora, e só que assim como eu cresci muito à margem da sociedade, de que nós não temos esse direito a ajuda, de que nós não temos é... como foi colocado pra mim, “sua condição não emerge nenhum tipo de ação social ou algo do tipo do governo”, aquilo criou um bloqueio pra mim. Ou seja, pra mim não faria sentido vir aqui, só que eu já tava na minha casa né, dos meus 27 anos, não dá pra viver abaixo das vontades, as vontades assim... das... daquilo que os pais tem pra te oferecer, porque já me ofereceram demais. Eles me ajudam demais, então assim, eu não posso sugar o que é deles, então foi nesse momento que me veio a vontade de vir aqui, e eu vim. **Cheguei aqui e, infelizmente, fui conversar com uma pessoa que eu acho pra mim, no meu ponto de vista, ela não deveria estar, se realmente já saiu eu não sei, mas no momento era uma pessoa que me deu essa informação de uma forma muito agressiva. Ela demonstrou total repúdio mesmo, assim, a minha condição né, e foi onde ali eu tive um choque, porque eu vir em busca de um socorro, ainda que temporário, porque eu já lutava pelo bolsa família desde 2014, quando eu tava em [em outro estado], e isso era um dos fatores que eu não tinha acesso a isso. Era a questão da família, porque enquanto eu tivesse morando com meus irmãos, com meus pais, eu não teria como ter.***

*Então assim, eu saí de [do outro Estado] vim pra aqui. Logo em seguida, tive outros tipos de apoio a questão das casas popular, é onde foi me solicitado pra eu buscar um apoio pra isso, onde eu me vi que... Eu cheguei na verdade em 2016, no mês de junho de 2016, logo nesse primórdio dos dias ali eu corri logo atrás né, no princípio dos dias ali eu corri logo atrás. Infelizmente, eu não tive acesso, mas o que aconteceu comigo no CRAS, quando eu vim buscar auxílio, esse auxílio foi a 2 anos atrás e, infelizmente, não tive sucesso. Mas logo em seguida, outra pessoa que soube da minha situação, do que eu tinha passado com essa pessoa, me indicou outra pessoa, Fabíola, que já trabalhava há muito tempo na questão da assistência social, e ali, graças a Deus, fui super bem acolhida, foi uma pessoa assim, **que me abraçou de uma forma linda... . Assim, me abraçou de uma forma muito linda, e falou “não desista, a gente vai conseguir te ajudar sim, a gente sabe que você precisa”**. Eu passei a minha situação pra ela...*

*Foi um ser assim, nossa, eu tenho um carinho por ela muito grande, foi uma mãe pra mim, sabe? Assim, me ouviu super bem. **Na hora do cadastro ali, colocou as coisas que eu precisava colocar, me perguntou né, sobre outras coisas então, e eu saí com a certeza de que talvez eu não recebesse, mas só aquela conversa já foi muito aplausível pra mim, e graças a Deus consegui esse ano. Porque assim, o meu [o benefício] já estava ativo desde janeiro e eu não sabia, e ela pediu pra que eu fosse sempre lá, ter informações, pra saber se foi ativo e tal. Só que nesse período do tempo, eu tive uma surpresa infelizmente da doença do meu pai [já estava ativo e não sabia] (Hérika, 28 anos e mulher trans negra).***

Uma denúncia é feita nesse trecho por Hérika sobre a forma como ela foi maltratada em um dos atendimentos no setor do Programa Bolsa Família, um dos setores da política de assistência social no município. Ela menciona uma primeira solicitação que foi a inclusão no programa habitacional do município, em que ela não foi contemplada. A segunda demanda foi para se cadastrar no CadÚnico e ser beneficiária do Programa Bolsa Família. Nesse atendimento, ela relata ter ouvido que não era público elegível para estar no programa, que a condição dela não conferia direitos.

Aqui tenciono fazendo alguns questionamentos: se a política de assistência social é para quem dela precisar, como que Hérika não é público elegível para ser beneficiária do PBF? Entendendo que a condição identitária da participante a deixa em situação de vulnerabilidade, inclusive econômica, porque ela não é público do PBF? Ficam indícios de que essa trabalhadora não conhece a política, se fixando apenas em questões isoladas do que trata o PBF e mais do que isso, não houve uma preocupação em colaborar para que Hérika pudesse ser incluída em alguns dos programas e serviços do CRAS.

Preciso trazer aqui algumas informações sobre a prática do técnico social do CRAS e do PBF para analisar a situação vivenciada por Hérika. O CadÚnico prevê o cadastro de forma diferenciada de alguns Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) que repercutem no acesso mais rápido ao PBF. Os GPTEs são organizados da seguinte forma: pela origem étnica (indígenas, quilombola, ciganas e pertencentes às comunidades de terreiro); pela relação com o meio ambiente (extrativistas, pescadores artesanais e ribeirinhas); pela relação com o meio rural (assentadas da Reforma Agrária, acampadas rurais, agricultores familiares e beneficiárias do Programa Nacional de Crédito Fundiário) e por situações conjunturais (atingidas por empreendimentos de infraestrutura, de presos do sistema carcerário, de catadores de material reciclável, aquelas compostas por pessoas em situação de rua, pessoa retirada de trabalho análogo ao de escravo e com ocorrência de Trabalho Infantil) (BRASIL, 2014; 2017).

No entanto, nem todas as famílias pertencentes aos GPTEs são prioritárias para inclusão no PBF. Dessas, fazem parte dos grupos prioritários, desde que atenda aos critérios de renda exigidos para o programa, as famílias: indígenas; quilombolas; de catadores de material reciclável; que possuem pessoas resgatadas do trabalho análogo ao de escravo; e que tenham crianças em situação de trabalho infantil (BRASIL, 2017).

Apresento essas informações para sinalizar o equívoco cometido pela trabalhadora do SUAS, ao dizer que Hérika não era elegível para o PBF. Ela estava se referindo a esses GPTEs. Mas como é observado acima, um determinado, exige-se o critério de renda. Então, ainda que as pessoas de identidades sexuais e de gênero dissidentes não estejam entre os GPTEs, não significa que não possam ser beneficiárias do programa. Nesse caso, o orientado é que fosse agendada uma visita à casa da participante. No caso de identificar outra renda, por essa morar com o pai e a mãe que são aposentados/as, situação em tela, precisaria ser encaminhado para equipe técnica do CRAS analisar. Pois, existem contextos de são várias famílias residindo na mesma casa, e por isso, o fator residência/lugar não pode ser critério para definir uma família.

Na política de assistência social, família também pode ser compreendida como grupos de pessoas que se autossustentam, independente de residirem no mesmo espaço. Hérika relata que uma terceira pessoa Marielle Franco, técnica do CRAS, a encoraja e orienta para procurar novamente o setor do PBF. Dessa vez ela é acolhida por outra trabalhadora que a atende de forma mais humanizada e técnica. Encaminhou para a equipe técnica do CRAS a solicitação de visita e relatório social para que a participante fosse incluída como uma família unipessoal, composta por apenas uma pessoa. O critério a se considerar nesse caso é o marcador classe, inclusive, uns dos mais caros para essa política, a vulnerabilidade econômica.

Entendo que ser pertencente a grupos identitários minoritários em termos de representatividade é uma condição de vulnerabilidade e risco social. Os números de violências têm nos alertado para esse fato, porém, mesmo constando essa demarcação das identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual como grupos de riscos, ainda assim permanece a lógica classista. Luiz **Mello**; Bruna Andrade **Irineu**; Cecília Nunes **Froemming** e Vinícios Kabral **Ribeiro** (2013) constata que a dificuldade de acolhimento das demandas LGBTTQIA+ na área da assistência social decorre da limitação dessa política em compreender vulnerabilidade, além da categoria classe social e gênero, além da mulher cisgênera.

De uma concepção de política pública universalista, incapaz de abarcar grupos vulneráveis não-definidos a partir da categoria “classe social” ou excluídos socialmente a partir de fatores diferentes do nível de renda. É certo, nesse contexto, que não apenas há dificuldade e resistência para reconhecer a legitimidade de demandas fundadas na exclusão por orientação sexual, mas também por raça/etnia e geração, entre outras marcas sociais. E quando as políticas públicas contemplam iniciativas que colocam em foco a

categoria gênero (BANDEIRA, 2005)²⁷, acabam por centrá-las na “mulher biológica”, geralmente excluindo, na prática, grupos fortemente estigmatizados e oprimidos, como travestis e transexuais (MELLO et al., 2013, p. 154).

Collins e Bilge (2021) nos lembram que a interseccionalidade é uma categoria necessária para abordar a desigualdade social, principalmente, para combater os problemas sociais provocados pelas políticas públicas liberais. Talvez seja por meio das lentes interseccionais e identitárias, que seja possível pensar e desenvolver estratégias para a equidade. Parece-nos que a política de assistência social já tem o entendimento sobre a interseccionalidade, portanto, o desafio parece ser na sua operacionalização, no uso da interseccionalidade como ferramenta analítica. Na fala de Hérika, a interseccionalidade não foi compreendida, nem operacionalizada, pensou-se em identidades de forma isolada, monofocal.

Algo muito significativo nesse enunciado é como Hérika julga importante um atendimento acolhedor, pois mesmo que ela não recebesse PBF, só a forma como foi acolhida, por Fabíola, significou muito para ela. Isso me lembra o conceito apresentado pelo SUAS de acolhida. Acolhida costuma ser o primeiro contato qualificado (pelo menos deve ser) do/da profissional com o/a usuário/a. É quando se começa a construir um vínculo. Nesse momento, se faz a escuta das necessidades e demandas trazidas pela pessoa/família, assim como a oferta dos serviços socioassistenciais disponíveis no SUAS e na rede intersetorial (BRASIL, 2012a).

Outra questão apresentada na fala de Hérika é sobre a importância de se ter um lar, de ter a sua própria casa. Ela diz que foi sua primeira demanda na assistência social ao retornar para o município. E, aqui precisamos entender, porque é tão importante para as pessoas com identidades sexuais e de gêneros dissidentes ter sua própria casa. Primeiro que o ambiente familiar costuma ser o primeiro lugar onde essas pessoas são violentadas, diferente, talvez, de outros marcadores sociais. Depois que, a vivência da sexualidade é constitutiva da subjetividade humana. E essa dimensão da subjetividade passa ser controlada e vigiada, com muito mais força pela instituição familiar, depois que essas pessoas passam a vivenciar abertamente seus desejos. Diante disso, os programas habitacionais da assistência social precisam ter essa compreensão e sensibilidade. Para esses posicionamentos, essa política

²⁷ BANDEIRA, Lourdes. Avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas. Secretaria de Políticas para Mulheres: Brasília, 2005.

precisa de profissionais com formação crítica e cidadã. É necessário superar análises superficiais e vazias, pautadas em discursos culpabilizantes, moralistas e higienistas.

Não tematizar sobre os preconceitos de gênero e sexualidade reinante nos serviços públicos “é contribuir para a continuidade de uma série de violências contra os sujeitos não–heterossexuais e para o não-enfrentamento dos ataques sistemáticos ao caráter laico do Estado brasileiro” (MELLO; IRINEU; FROEMMING; RIBEIRO, 2013, p. 154), encabeçados por grupos religiosos que elegeram a negação dos direitos sexuais e reprodutivos de LGBTTQIA+ e mulheres como motor fundamental de sua atuação política.

O tema trabalho e emprego permearam as falas das três participantes LGBTTQIA+. Ao considerar o trabalho como “uma condição fundamental para reprodução das demais dimensões da vida social” (CARNEIRO, 2011.p. 115), o CRAS precisa desenvolver ações tanto no intuito de combater as discriminações raciais, de gênero e sexualidade, inclusive, no seu próprio espaço institucional, quanto desenvolver projetos de geração de emprego e renda com objetivo de inserir as pessoas com identidades sexuais e de gênero dissidentes no mercado de trabalho. Quando se permite analisar essas situações com as lentes da interseccionalidade veremos que outras políticas precisam ser acionadas como a educação, a saúde, a segurança, entre outras. Fazer essas leituras interseccionais e identitárias e mobilizar ações intersetoriais é uma das formas de se operar com a interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021).

5.3 “Eu acho que o que falta aqui dentro é pessoas especializadas nessa área, alguém que entenda o nosso meio”: sugestões e propostas das pessoas LGBTTQIA+ para a atuação do CRAS.

Quando perguntado sobre as propostas que as pessoas LGBTTQIA+ sugerem para a atuação do CRAS emergiram falas relacionadas à realização de busca ativa, palestras, mediação de conflitos entre os filhos/as de identidades sexuais e gênero dissidentes e suas respectivas famílias, informações sobre direitos LGBTTQIA+, discussão sobre gênero e sexualidade no espaço do CRAS e sobre representatividade. Discursos potentes e instigantes para repensar a práxis dessa política pública.

Dandara enuncia a necessidade de realizar busca ativa, palestras, visitas às pessoas LGBTTQIA+ com intuito de informá-las acerca de seus direitos de também ocuparem o

espaço do CRAS, como os demais grupos identitários já ocupam. Isso aproximaria esse grupo dos profissionais do CRAS. Vejamos sua fala:

Eu, eu, assim... eu acho que tudo tem que começar de uma busca ativa, de palestras, talvez. Porque por exemplo, eu tenho esse espaço de vir, de brincar. Às vezes, eu entro brincando já pra não ter erro de me inibir com determinadas coisas, mas tem outras pessoas que não, por exemplo, ele não [faz referência uma pessoa LGBTQIA+]. Então assim... e que deixasse assim, você como técnica, você como... de equipe é uma briga que você vai comprar?! É, que não é fácil, mas que deixasse aberta a mente, “olha é um direito deles”, como eu já ouvi várias vezes você falando, e... vamos ter um cuidado, essa palavra eu nem gosto muito de usar, de priorizar que pra mim isso não é... pra mim isso... o direito tem que ser igual, homem, mulher, negro, branco, gay, lésbica, quem for. Pra mim o direito tem que ser igual, porque às vezes quando você prioriza aquele grupo, fica muito... mas que deixasse assim, “olha esse pessoal a gente tem que ter uma atenção ali”, entendeu? Porque muitos se... como eu tive com (cita o nome de uma professora que teve) e outros, em questão de deixar à vontade, de tá ali, de mostrar que era um direito que eu tinha, entendeu? Às vezes, eu acho que o que falta é isso, eu acho que falta, nessa parte de de... da convivência, talvez seja até egoísmo meu de falar, pela questão de eu ter participado da equipe e tudo mais, mas é uma visão minha, eu acho que falta. Talvez se começasse por uma questão de um trabalho de campo, de visitas, de ir lá e “você tem o direito de tá lá, se você quiser ir no médico”. Eu sei disso, mas talvez ele e outros e outros não saibam, então tipo assim, a gente tá ali no CRAS, se você quiser um apoio, a gente tá aqui, entendeu? Nesse sentido assim... (Dandara, 40 anos e mulher trans branca).

Dandara sugere um trabalho do ir, do sair do lugar de conforto para ir em busca das pessoas que podem acessar os seus direitos via assistência social. A busca ativa é uma atividade estratégica do CRAS, que consiste em levar o Estado até grupos e indivíduos que não usufruem de determinados serviços públicos. Busca superar a atuação pautada apenas na demanda espontânea, que consiste naquela em que as/os usuárias/os vêm até o equipamento solicitar algum serviço socioassistencial. O diagnóstico e mapeamento por meio da busca ativa é uma importante ferramenta para planejar as ações no território direcionado para os grupos populacionais mais vulneráveis. Veja que Dandara compreende que a busca ativa é uma das atividades a ser realizada pelos/pelas profissionais do CRAS. Mas por que não é feita a busca ativa?

Interessante que ela reconhece a sua possibilidade de transitar entre alguns espaços que os/as demais pares não têm. Ela tem alguma passabilidade em alguns lugares, pois já desenvolveu algumas estratégias, como entrar brincando para “não ter erro de me inibir com determinadas coisas”. É importante destacar que Dandara é muito conhecida em todo o

município, participa de vários eventos públicos e privados na cidade, desde eventos religiosos até pequenas comemorações como aniversários, almoços, casamentos, rezas etc. Ela transita tanto em ambientes de famílias mais abastadas financeiramente quanto em famílias humildes e vulneráveis.

Sobre os/as profissionais do CRAS, ela entende que não é fácil abordar a pauta LGBTQIA+ e que os/as profissionais que assumem esse compromisso sofrem muitas retaliações. No entanto, ela não abre mão de que todos/as da equipe tenham ciência dos direitos dessas pessoas. Nesse momento, eu me posiciono enquanto profissional revelando que, com frequência, as ações envolvendo as pessoas de identidades de gênero e sexualidade dissidentes são boicotadas e, não apenas pelo setor da assistência social, mas também por outros setores públicos.

Apresento um trecho dos meus registros sobre um casamento comunitário que foi desenvolvido pelo CRAS onde eu e outra colega técnica social ficamos responsáveis por organizar.

O casamento comunitário foi um projeto desenvolvido pelo CRAS em parceria com o Cartório de Registro Civil da cidade. A ação consistiu em dar isenções para famílias inscritas no CadÚnico, logo possuidoras de Número de Identificação Social (NIS) de todos os documentos processuais do casamento civil. Para divulgar a ação e identificar as pessoas que desejavam casar civilmente, nós solicitamos ao setor de comunicação para produzir um card de divulgação. Fizemos um card/cartas digital com um noivo e uma noiva e divulgamos. Quando vi nos status publicados por pessoas que fazem parte das minhas redes sociais, eu imediatamente entrei em contato com a comunicação e sinalizei o equívoco. O setor de comunicação questionou, perguntando se o casamento não seria autorizado apenas para mulheres e homens (casais heteros). Esse questionamento, também veio de algumas pessoas da própria política de assistência social do município. Precisei buscar a resolução de nº 175, de 2013 do Conselho Nacional de Justiça, onde proíbe que os cartórios do país recusem celebrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo ou converter união estável homofetiva em casamento. Sinalizei que não poderíamos privar as pessoas dessa informação, nem desse direito. Outra discussão foi qual imagem colocar. Sugeri que colocassem representações de algumas famílias, incluindo as homoafetivas. Não fui atendida e depois de muita discussão decidiram por colocar duas alianças entrelaçadas como imagem no card (Registros da pesquisadora, 2019).

Nesse dia fiquei muito angustiada e me sentindo impotente por não colocar no *card* as representações de alguns arranjos familiares, incluindo as famílias homoafetivas. Fiquei pensando o que seria pior: se seria se posicionar logo abertamente e deixar perceber que a

instituição só reconhecia, enquanto famílias, as relações heterossexuais ou deixar omissa como ficou, soando neutralidade. E não havia neutralidade naquele *card*, havia posicionamentos LGBTTTQIAfóbicos, preconceituosos e excludentes. Havia invisibilização das famílias LGBTTTQIA+, havia uma mensagem de que nós, enquanto instituição, não reconhecíamos essas famílias. Parece evidente a necessidade de maior acolhimento da compreensão ampliada do conceito de família que deveria orientar a atuação dos serviços da política de Assistência Social (MELLO; IRINEU; FROEMMING; RIBEIRO, 2013).

Dandara deixa em suspense a possibilidade de desconfiarmos que ela é contra a priorização de alguns grupos. Em sua fala ela levanta a discussão que priorizar seria dar privilégios para alguns grupos em detrimento de outros e defende o discurso da igualdade. Precisamos aqui problematizar o risco de algumas falas pautadas em valores meritocratas e comprometidas com os ideais liberalistas. Quando se defende prioridade na política de assistência social, não se está inferiorizando outros grupos, mas é reparar uma dívida histórica que por muitos anos invisibilizou esses grupos. O discurso da igualdade é muito arriscado e se apresenta tão bem arquitetado que pode capturar até mesmo as pessoas que são vítimas desse discurso. É necessário identificar as tentativas de produções discursivas de verdades sobre a tal igualdade, quem os produz e quais os interesses de quem os produz.

Cassia Eller fala da importância do CRAS mediar as relações conflituosas entre as/os adolescentes que se identificam com identidades não-heterossexuais e suas respectivas famílias. Também chama atenção para a discussão sobre as questões de gênero e sexualidade no espaço do CRAS. Emerge o discurso das sexualidades dissidentes como influência e modismo ou como essencialismo. Segue seus enunciados:

*Oh Elza é assim, tem muitas pessoas, até crianças, adolescentes mesmos que são... e hoje tem medo de falar com a mãe, tem medo de conversar com a família, seria uma forma boa do CRAS ajudar nessa questão, porque muitas das vezes a criança, o adolescente, ele é, mas passa despercebido. Entendeu? **Eu conheço várias pessoas hoje que falam pra mim, que se tivesse alguém para poder ajudar a contar pra mãe tudo isso, que não passaria por tanta coisa que passa, então essa seria uma forma do CRAS ajudar nessa questão.***

De conversar, de tudo isso, porque hoje tem muito, hoje tem muito adolescente, muitos que fazem porque “ah fulana fez, fulana é, eu também vou ser”, porque tem muito disso, tem muito disso, e já tem pessoas que é, já vem com isso aí, entendeu? Eu conheço hoje adolescentezinho novinho...

Oh Elza, conversar sobre essa questão... a gente não conversa sobre negro, branco, sobre tudo isso, sobre o racismo, sobre tudo isso?! A gente poderia

*conversar sobre essa questão da sexualidade, de gêneros, por que ?! Porque assim, muitas vezes um adolescente ele se identifica com outro adolescente, mas aquele adolescente não gosta, não é a mesma coisa. Então o que que acontece, ele acaba ofendendo, sofre bullying. **Porque hoje sofre muito bullying, “ah viadinho, olha esse aí parece uma mocinha, é isso, é aquilo”.** Então, esses adolescentes eles sofrem muito, sofrem muito, então seria uma forma boa deles conversar sobre essa questão* (Cássia Eller, 38 anos, mulher cisgênera bissexual).

Ela pontua que conhece muitos/as adolescentes que se identificam com identidades não-heterossexuais, mas que têm medo de falar para a família. Sugere que o CRAS faça esse trabalho de mediar essas relações e assim minimizem o sofrimento dessas pessoas. A sugestão é bem interessante, pois cabe ao CRAS trabalhar com orientações e informações, função pertinente ao CRAS e direcionando para a reflexão de que as famílias LGBTTTQIA+ também são alvo das intervenções desse equipamento, além de estar atendendo a premissa básica da assistência social que é a matricialidade familiar. O trabalho social com famílias é uma prática profissional apoiada no saber científico que para se efetivar precisa, entre outros pontos, do conhecimento de questões étnico-raciais, de gênero e sexualidade, assim como outras questões identitárias do território (BRASIL, 2012a).

A proposta é inovadora no sentido do que ela propõe, mediar as famílias de adolescentes. No entanto, não seria algo a ser efetivado sem antes esbarrar em várias barreiras morais e religiosas. Abordar essas discussões com famílias de adultos não é tranquilo, imagine enfrentar essa discussão com famílias de adolescentes, enquanto política pública, enquanto Estado? Vale lembrar novamente que a Resolução Conjunta nº 1, de 21 de setembro de 2018 foi sustada pelo Congresso justamente por envolver o respeito dos direitos das crianças e adolescentes de identidades sexuais e de gênero desviantes da norma. Os argumentos pautaram, prioritariamente, nas questões do “pleno exercício do poder familiar” na educação e cuidado dos/as filhos/as (BRASIL, 2018; 2018a; 2018b). Mesmo a metodologia do trabalho social com famílias apontando as questões sexuais como um dos pontos de atenção, inclusive, essa temática encontra posta nas orientações do SCFV para crianças e adolescentes, ainda sim, existe uma resistência fundamentada em valores conservadores que intimidam os/as profissionais de desenvolver ações mais ousadas e arriscadas.

É necessário problematizar duas questões com base nas informações acima. Primeiro, precisamos tencionar um importante documento que zela pelos direitos das crianças e adolescentes no país, inclusive, tido mundialmente como documento referência na área, que é

o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Esse documento não reconhece a compreensão da sexualidade desse grupo de forma positiva. E quando aborda a sexualidade é em uma visão que devem ser protegidas contra violências, abusos e exploração sexual, ou seja, vista de forma negativa ou pautando no controle da natalidade, em uma perspectiva biopolítica da vida (BRASIL, 1990). Não compreende a sexualidade como constitutivo do desenvolvimento humano e que, portanto, crianças e adolescentes têm identificações de gênero e de sexualidade para além da cisgeneridade e da heterossexualidade.

A segunda questão é sobre a autorização da família. Quando que essa autorização é solicitada? Quando que o Estado concede essa autonomia para as famílias? Observamos em muitas situações, que o Estado invade as famílias, dizem como devem se comportar e o que devem fazer, julgando sua incapacidade de tomar decisões quando referem a outras situações. E, porque sobre as questões sexuais e de gênero o Estado julga que a família tem condições de decidir e se mantém silencioso e conivente com as violências? Porque, no caso, das pessoas LGBTTQIA+, essa família é, muitas vezes, a principal violentadora, ela não se enquadra como um lugar de proteção. Será que essa família deveria ter esse pleno exercício do poder? A política de assistência social não deveria ter ações que considerassem essa especificidade quando se refere às crianças e aos (às) adolescentes com sexualidades e gênero dissidentes?

Outro enunciado que nos chama atenção é quando Cássia Eller fala de adolescentes que assumem identidades de gênero e sexualidade dissidentes porque são influenciados/as ou por modismos. É uma fala muito perigosa, pois deslegitima o direito de ser o que se quer ser, desconsiderando os desejos dessas pessoas. Indago, se essa questão também interpela os heterossexuais? De onde surgem esses discursos? Considerando que quem fala, não fala sozinho. Será que os heterossexuais são questionados se foram influenciados ou é modismo a sua condição de ser homem ou mulher cis e de ser heterossexual? Leandro **Colling** (2011, p. 15) se sustentando nos Estudos Queer chama atenção para “ao invés do excessivo interesse em responder o que torna alguém homossexual, perguntar também e com a mesma intensidade o que torna alguém heterossexual”. Esse é um exercício para nos habituarmos a fazer, para desestabilizar a heterossexualidade e questionar a heteronormatividade. O autor segue tencionando acerca do combate a homofobia afirmando o seguinte:

Para combater a homofobia, apostamos quase exclusivamente na afirmação das identidades não-heterossexuais, o que gera impactos significativos para a

comunidade LGBT, mas deixa a identidade heterossexual no confortável discurso de que ela sim é natural, normal, determinada pela biologia ou até por Deus. Para uma perspectiva queer, enquanto a heterossexualidade não for problematizada como uma imposição, como uma construção, a homofobia e a falta de respeito à diversidade sexual e de gênero não vão acabar (COLLING, 2011, p. 15).

Com esse chamamento de Colling é possível problematizar a fala de Cássia Eller quando questiona sobre as identidades dissidentes, mas mantém as identidades binárias intocáveis. Ainda sobre a relação profissional do CRAS e família de adolescentes de identidades não-heterossexuais, apresento um trecho dos meus registros sobre um atendimento com uma família LGBTQTIA+:

Fui procurada por uma avó, que exercia o papel de mãe de um adolescente, pois a mãe biológica do garoto morava em outro estado. Era um adolescente com deficiência física que estava se reconhecendo como gay²⁸. A avó me procurou para pedir orientação e perguntar se eu não podia atender, para dar uns conselhos para seu neto. Estava desesperada dizia ela. Disse que ele estava divulgando nas redes sociais (nos status do Watshapp e Facebook) que procurava pessoas para fazer sexo com ele e que pagava pelo sexo. O adolescente recebe o Benefício de Prestação Continuada- BPC. Falei que podia orientá-lo a depender da demanda, mas não podia atendê-lo clinicamente enquanto psicóloga porque no CRAS não competia essa prática. Indiquei para procurar outro profissional. Imediatamente ela se opôs a minha indicação. Fiquei curiosa porque a objeção e indaguei. Ela, como conhecia o profissional que eu estava indicando, disse que ele poderia influenciar o neto porque o profissional também era gay. De imediato, perguntei a ela o que ela achava que eu poderia fazer que seria diferente do outro profissional. Ela disse que talvez, pudesse tirar essas coisas da cabeça dele, essas coisas de ser gay, que ele ia sofrer muito, poderia alguém fazer alguma maldade com ele. Eu a interpelei defendendo que a psicologia não trabalha com correções, nem considera as questões de gênero e sexualidade como doença, por isso não teria o que tratar do ponto de vista da psicologia. Mas poderia orientá-lo a quanto não precisar pagar por afeto. Talvez, por ter uma deficiência física, ele acreditasse que ninguém pudesse expressar afeto por ele ou querer manter uma relação, e portanto ele precisava pagar. Além de orientá-lo quantos aos riscos de se expor nas redes sociais e sobre prevenção (Registros da pesquisadora, 2019).

O discurso da influência também aparece na fala da avó em relação ao seu neto, enquanto que a heterossexualidade compulsória continua sendo vista como uma verdade absoluta, inabalável e intocável. Também sobressai, por parte da família, o desejo da cura. O

²⁸ Ele foi uma das pessoas pensadas para participar da pesquisa. Mas por conta de ser adolescente e precisar da autorização da mãe e da avó, não tivemos como entrevista-lo a tempo para ser incluído nesse trabalho. Cheguei entrar em contato com ele e fazer o convite. Ele aceitou de imediato.

desejo da cura por entender que essas identidades dissidentes são doenças. O Conselho Federal de Psicologia, desde março de 1999, por meio da Resolução nº 01, determinou que as(os) psicólogas(os) “não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados” (CFP, 1999, p. 1), além de não colaborar com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

Essa mesma resolução considera que, independente da área em que esteja atuando, a(o) profissional de psicologia é, frequentemente, interpelada(o) por questões ligadas à sexualidade e ao gênero e encontra-se sob a égide das orientações do Conselho Federal e Regionais. No entanto, nem todos(as) os(as) profissionais, que trabalham no CRAS, têm formações que dispõem de conselho ou de algum órgão orientador/fiscalizador. E costumam prevalecer, como já mencionei neste texto que, para as pessoas trabalharem nesse equipamento, só precisam ser populares, conhecer todo mundo e serem alegres. Não há requisitos de formações técnicas, como nas demais políticas, em que se exigem formações específicas. É requerido apenas das equipes técnicas, mas, para os demais cargos, não há critérios, senão os interesses de gestores e a velha política de troca de favores.

Essas questões fragilizam a política e precarizam os serviços. Também dificulta a abordagem de temas que possam desagradar os gestores, considerando que, nos últimos anos tem crescido a onda conservadora, pautada em valores morais e religiosos como fundantes de seus exercícios na política partidária. O Estado laico tem sido uma utopia. Dentre esses temas polêmicos e que parecem simbolizar ataques aos conservadores estão as questões de gênero e sexualidade. Muitas vezes, não precisa nem ser sobre as identidades dissidentes, basta tocar no patriarcado, no sexismo, no machismo que já aparenta como afrontoso.

Cássia Eller pergunta por que não discutir sobre sexualidade e gênero no CRAS, assim como se discutem os demais temas como racismo? O fato é que também não se discute sobre racismo, é também uma pauta marginalizada. O espaço do CRAS é um lugar de pensamento colonizado, de ambos os assuntos e ainda reitera um pensamento do branqueamento como Lélia Gonzalez nos recorda:

A afirmação de que todos são iguais perante a lei assume um caráter claramente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é sofisticado o suficiente para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados dentro das classes mais exploradas graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento, tão bem analisada pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de

comunicação de massa pelos cientistas brasileiros. Transmitida pelos meios de comunicação de massa e pelos aparatos ideológicos tradicionais, reproduz e perpetua a crença de que as classificações e valores da cultura ocidental branca são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca prova sua eficácia pelos efeitos da violência desintegração e fragmentação da identidade étnica produzida por ele; o desejo de se tornar branco (“limpar o sangue”, como se diz no Brasil) é internalizado com a consequente negação da própria raça, da própria cultura (GONZALEZ, 2020, p. 143-144).

A autora insiste em dizer que em’ estruturas de profundas desigualdades raciais, a desigualdade sexual está inscrita e bem articulada. Ela estava falando do sexismo, da desigualdade de gênero, mas acredito que possa ser estendida as demais questões de gênero e sexualidade, especialmente, no que diz respeito às mulheres lésbicas, as travestis, as mulheres transexuais atravessadas pelos marcadores étnico-raciais e de classe. Nesse caso, são várias discriminações, que tornam as mulheres mais oprimidas e exploradas, principalmente onde o capitalismo patriarcal-racista impera. Esse sistema transforma diferenças em desigualdade (GONZALEZ, 2020).

Hérika enuncia suas angústias em relação à falta de representatividade LGBTTQIA+ nos espaços públicos, incluindo o CRAS. Sustenta o discurso que ser LGBT (mantendo a integridade de sua fala) é militância, não é simplesmente apropriação do termo. É também notória sua frustração por não ter concluído o Ensino Médio e não poder cursar uma faculdade. Vamos aos fragmentos de seus enunciados potentes e reflexivos:

*Olha, essa pergunta [sobre as propostas para o CRAS] é uma pergunta muito interessante, porque assim, eu sempre sou muito cotado pra essas coisa de ação social dentro do meu grupo, dentro do meu ciclo em si, como eu falei assim, eu não me vejo no meio LGBT, porque eu acho que existe muitas indiferenças em si, mas a causa, ela é justa. Eu acho que o que falta muito hoje é um olhar de amor pra essas pessoas, porque assim se eu tivesse conquistado a conclusão do ensino médio, eu seria hoje um psicólogo nessa área. Eu acho que o que falta aqui dentro e alguém que tenha esse olhar mais clínico pra essas pessoas, porque aos poucos a gente entende, que muita gente no casulo e que precisa de um certo tipo de atenção, de um cuidado. Eu acho que não existe melhor pra encarar essa área, como alguém que viva esse mundo. Porque é tipo eu colocar o médico tratar uma ferida, se ele faz cirurgia, é tipo se eu colocar um médico que trata, um médico dentista pra fazer uma extração de dente, sendo que ele é um cirurgião plástico. Então são coisas que não casam, não casam em si. **Eu acho que o que falta aqui dentro é pessoas especializadas nessa área, alguém que entenda o nosso meio.***

Mas voltando ao assunto, eu acho que isso é somente assim, talvez a cidade não tenha uma certa condição financeira pra isso, porque é muito desgastante realmente, existe a questão de transição. Existe a questão de

peessoas que precisam de um tratamento pra essas coisas, e eu não falo só transição, eu falo por alguém que precise... eu vou colocar eu agora. Eu já há um bom tempo que quero ter meu espaço, de ter minha casa, poder ter o meu espaço pra viver, e você não tem representações aqui, eu acho que... porque se você for observar em todos os meios, tem alguém que fala por você, e quem é que vai falar por mim? Como é que eu posso chegar pra você e falar assim, Elzeni eu tô precisando muito de uma casa, qual é a tua opção em me ajudar, se você não tá engajada nesse meio? Teu meio social é diferente disso aqui, então assim, voltando ao meu assunto, eu realmente tô gritando por esse socorro agora, mas vim a política e eu falar assim, eu preciso disso, alguém pode me ajudar? É muito difícil, porque muitas das vezes você não encontra a pessoa certa para conversar sobre isso, você precisa de uma casa, mas o que é que te leva a precisar disso? Qual é a tua necessidade em ter? É por isso e isso e isso, como aconteceu comigo na questão do benefício, então eu acho que aqui dentro em si, tem um trabalho simples, eu comecei a ver realmente uma atenção um pouco mais aberta, mas tem muita gente mal informada, pessoas que ainda não conseguem usar os termos certos, a forma de se pronunciar, o jeito adequado de se colocar na pessoa da situação.

Se tem um psicólogo que é da área, mas só ele basta? Não, não basta. Tem que ter alguém que realmente entenda nossas mudanças. Tem que ter alguém que lute pela causa, porque uma cidade ela é formada de brancos, negros, pardos, azuis, amarelos, gays, trans, travestis, bissexuais, pansexuais, são muita coisa, entende? Pra eu lidar apenas com uma só castra, com uma só sociedadezinha minúscula. Então no meu ponto de vista é eu acho que precisa de gente mais engajada (Hérika, 28 anos e mulher trans negra).

Quando ela menciona a sua frustração por não ter conseguido concluir o ensino médio e ingressar numa faculdade compartilho com a opinião da Luma Nogueira de Andrade, em sua tese intitulada: *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Ela afirma os discursos de gestores/as, coordenadores/as e alunos/as situando as travestis (e as pessoas trans) às margens, como seres anormais, destituídos de direitos acabam por expulsá-las da escola, “a negação das travestis no espaço da sala de aula resulta no confinamento e na exclusão, que as transforma em desviantes e indesejadas” (ANDRADE, 2012, p. 248).

Essas pressões são tão intensas que muitas das vezes impelem as travestis e pessoas trans a abandonar a escola e ainda serem culpadas pela desistência. E mais uma vez a escola se vê inocentada pelas suas violências. Hérika relata que tentou concluir os estudos, mas que o espaço escolar foi tão agressivo junto com as pressões da família e do discurso religioso que desenvolveu um quadro grave de depressão e não teve condições de terminar o ano letivo. Ainda tentou retornar no mesmo ano, mas não teve forças. Parou no segundo ano do ensino médio e não conseguiu retornar à escola. Identificam-se vários campos discursivos se

interpondo para sustentar um conceito de verdade universal. Hérica relata que só depois que a família viu o estado que ela ficou, que “caiu a ficha que ela estava em sofrimento”.

Em outro momento de nossas conversas, Hérica apresenta a solidão das pessoas trans. Diz que ela sempre ouvia todo mundo nos vários espaços que frequentava, na escola, na família, na igreja, mas, quando era ela que precisava falar, ninguém estava disposto/a a ouvi-la. Também fala que quando começou se identificar com uma identidade não heterossexual começou a frequentar a igreja e, por algum tempo a ajudou. Diziam que aquilo era fase, que ia passar, mas depois *trouxe outras guerras piores* que a *tomou com muita força* levando-a a um quadro depressivo. Não conseguia se alimentar, ficou muito debilitada e chorava muito. As instituições, no caso, escola, família, religião e mídia são muito nocivas quando se comprometem com discursos violentos e desumanos que relegam as pessoas a categoria de não-humanas. E as justificativas culpabilizantes mascaram o fracasso dessas instituições de lidar com as diferenças, por isso que o discurso liberalista ainda é tão reiterado pelos grupos hegemônicos.

Coadunando com as palavras de Mello; Irineu; Froemming; Ribeiro (2013), analiso que o trato das ações para população LGBTTQIA+ pautam-se ainda na valorização de políticas de caráter universalista.

Afirmar que a existência de uma política que generaliza sujeitos é garantia de um atendimento em conformidade com a perspectiva de proteção dos direitos das pessoas LGBT é não reconhecer os limites impostos pela homofobia institucional (ou de Estado) que permeia as políticas públicas no Brasil, ou seja, a homofobia que se materializa dentro dos próprios órgãos governamentais ou de suas ações, projetos, programas e políticas, seja por meio da vedação direta do acesso de pessoas LGBT a direitos de cidadania supostamente universais, seja pela omissão deliberada destes segmentos quando são formuladas políticas que beneficiam apenas as pessoas que estruturam suas vidas a partir de vínculos afetivos e sexuais heterossexuais (MELLO; IRINEU; FROEMMING; RIBEIRO, 2013, p. 13).

Quase todo o enunciado de Hérica se constrói em torno da representatividade. E deixei essa fala para finalizar esse capítulo por considerá-la dorsal para o que estamos discutindo nesse trabalho, no caso, as políticas públicas LGBTTQIA+ e de Assistência Social e suas interfaces discursivas. Hérica discorre que não faz sentido colocar um cirurgião plástico para extrair um dente, são funções diferentes, lugares diferentes. Essa fala é para dizer que não faz sentido falar da igualdade e do respeito às questões de gênero e sexualidade se na própria equipe não tem ninguém que represente a comunidade LGBTTQIA+, ou quando tem, o

equipamento desenvolve estratégias de expulsá-las, como já vimos nas análises de Dandara e de Cássia Eller.

A nossa interlocutora fala de falta de representatividade nas demais políticas públicas, pois ao falar de ter profissionais especializados(as) em orientar sobre transição, processos de produções de corpos, ela enquadra a política pública de saúde. Ela clama por pessoas que entendam o seu meio, compreendam suas angústias, que não sejam pessoas heterossexuais falando pelos homossexuais. Isso me faz pensar muito na Spivak, autora que utilizei lá na introdução do texto quando discute sobre a subalternidade e seu silenciamento por meio de inúmeros mecanismos. Os subalternos para autora são “as camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos do extrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p. 13).

Sobre a representatividade, a autora defende que é preciso criar espaços para que os(as) subalternos(as) estando em lugares de poder, não apenas (re)produzam as estruturas de poder e subordinação aprendida no processo de colonização, mas que sejam capazes de construir outras narrativas comprometidas com suas identidades e serem ouvidos/as. Não se pode falar pelo(a) subalterno(a), como se faz na produção colonial, mas podemos lutar contra a subalternidade (SPIVAK, 2010). Atendendo essa lógica da autora e associando ao que Hérika nos apresenta em seus enunciados, não se trata apenas de colocar pessoas de identidades dissidentes em espaços de poder para continuarem reproduzindo discursos cisheteronormativos e práticas discriminatórias. O que se busca é descolonizar as políticas públicas e seus discursos, denunciando a cisheteronormatividade e suas cumplicidades com o modelo colonial.

Entendo que também preciso me posicionar quando ela fala da representatividade de forma tão incisiva e provocativa. Quando ela expressa sua indignação por essa falta de representatividade, me sinto desconfortável, porque imagino que no meu lugar deveria ser uma pessoa trans, travesti, bissexual, gay, intersexual que fizesse uma pesquisa de mestrado sobre o CRAS e tencionar essas questões no seu espaço de trabalho. Eu me senti ocupando o lugar da intelectual ocidental cishetero falando pelas pessoas não heterossexuais. Ainda que eu não ocupe totalmente lugares de privilégio, ser mulher e da roça, ainda sim eu sou cisheterossexual e, isso representa privilégio no país que mais mata LGBTTQIA+ do

mundo²⁹. Preciso deixar aqui mais uma vez meu posicionamento enquanto aliada e imbuída na luta pela destruição da subalternidade e preocupada em construir outros repertórios que não sejam os da marginalidade ou do genocídio da comunidade LGBTTQIA+.

²⁹ Conforme relatório do Grupo Gay da Bahia, de 2019.

O QUE DIZER AO FINAL DE UMA DISSERTAÇÃO?

O que dizer ao chegar ao fim de uma dissertação? Essa angústia problematizada me consumiu por muitos dias. E por dias adiei a experiência de traçar as primeiras palavras. Mas aqui chegado é preciso falar. Não tecerei esse texto em tom de conclusão ou finalização, mas sim, de como fui afetada nesse processo de escrever, sentir e ser. Descreverei sobre minhas inseguranças, meus medos e minhas travessias. Falarei de processos em aberto, de incompletude.

Arriscar-se pesquisar em perspectivas metodológicas que destoam de propostas postas como universais e inquestionáveis foi um grande desafio. A todo tempo me via prestes a cair, se é que não cair, em alguma armadilha positivista e/ou binarista. Fomos educadas/os a pensar dentro da caixa, a responder e não a questionar, problematizar ou desconfiar. Uma mulher que desconfia? Pense o perigo, pense a confusão! Desafio também foi promover uma discussão de temas que provoca tantos tencionamentos na sociedade. As questões de gênero e sexualidade atrelada principalmente ao marcador raça/etnia em muitos espaços parecem ser afrontosos demais para serem abordados. Tenho a impressão, que para muitos, falar sobre direitos das pessoas LGTTQIA+, das mulheres, das pessoas pretas, pobres, dos povos de terreiros é desrespeitoso, é enfadonho. Como e onde aprendemos a nos negar tanto? A sensação muitas das vezes é de solidão, de remar sozinha, é do contramovimento.

Se comprometer com essas temáticas e essas perspectivas ao analisar discursos de colegas de trabalho foi um processo de desnudamento. É como se despir em um texto. Porque ao analisar discursivamente enunciados de colegas também me enxergava neles. E o distanciamento das/dos sujeitas/os da pesquisa nem sempre foi possível. À medida que construía as narrativas das histórias de Paula Santos, Rosinha do Beco, Marielle Franco, Fabíola e João Nery percebia o quanto essas narrativas conversavam com a minha história de vida tanto profissional quanto pessoal. As críticas eram também a mim endereçadas, porque também era profissional daquele espaço, daquela política. Foi desconfortável fazer análises dos discursos delas/es, muitas das vezes me sentia traindo-as/os, sendo desonesta, porque também sei das batalhas enfrentadas por elas/eles no dia a dia, enfrentando muitos obstáculos, inclusive, a precarização do seu vínculo empregatício. Não quero ser vista nesse texto como aquela que possui o saber para falar dos/das demais colegas de profissão, abro mão desse

lugar colonialista. Minhas análises não dão conta do todo que elas são. São muito mais do que fragmentos analisados.

Dos/das profissionais entrevistados/as, apenas uma continua fazendo parte da equipe de assistência social atualmente. Eu também não faço mais parte da equipe. Isso confirma algumas análises feitas no texto sobre a precariedade dos vínculos empregatícios nessa política, que costuma obedecer à lógica da política partidária, de cidades interioranas. Como a maior parte da equipe é contratada, a cada mudança de gestão mudam-se também as equipes. E a cada nova gestão recomeçam os experimentos e os testes na assistência social.

Ainda é importante falar o quanto a política nacional de assistência social foi afetada pelo projeto de governo vigente. Isso se tornou mais pulsante nas trocas de gestores municipais das eleições de 2020. Tem se alimentado um projeto de assistência social em que desresponsabiliza o governo federal no co-financiamento do sistema, com constantes desmontes por meio da diminuição dos repasses, com isso cresce o assistencialista por meio de ações pontuais e paralelas ao SUAS que destoam na perspectiva de um serviço contínuo, assim como fica notório o crescimento do “primeiro damismo”. Os discursos meritocratas de culpabilização individual da pobreza encorpam e ganham eco.

Como falar da minha saída da assistência social depois de 08 anos atuando e militando por ela? Como é sair dela (ou ser expulsa) no meio da construção de uma pesquisa acadêmica que trata justamente sobre ela? Como essas indagações me mobilizaram política e afetivamente! Então vamos a algumas ponderações. Observo que não é interessante nem valorizado ter alguém na equipe com conhecimento sobre a política, porque isso pode comprometer alguns planos assistencialistas. Também se identifica que o não saber sobre a política pública é conveniente. Não tem quem questiona ou desconfia. Só existem aplausos!

Levou-me a refletir que na assistência social não existem parâmetros ou exigências técnicas para atuar nela, com exceção dos técnicos da equipe de nível superior que majoritariamente é composta por psicólogas/os e assistentes sociais. Dessa forma, as pessoas que não tem formação técnica para estarem em outras políticas como educação e saúde, por exemplo, porque exigem formações específicas são encaminhadas para a assistência social. Além da precarização dos vínculos empregatícios existentes ainda não se costumam observar critérios técnicos para escolher as novas equipes. A assistência social constantemente reproduz seu círculo de experimentação.

Frente à experiência de minha saída, ouvi discursos que estando nela não tinha ouvido ainda. A de que a assistência social não é lugar para profissionais bons. Que nesse lugar não

se ganha destaque. Que tem profissionais que são muito competentes para estarem ali. Isso me desolou, porque só constatei que, de forma consciente e intencional ou não, as políticas de assistência social por ter como seu maior público as pessoas em situação de subalternização não precisam ou não merecem o que há de melhor. Fica subentendido que qualquer coisa/pessoa serve, pois é um serviço para não humanos. Aproveito nesse trecho para desabafar o quanto esse preconceito acompanha a categoria de psicólogas/os, a ponto de muitos não desejarem trabalhar no CRAS, porque é uma política que não se dá destaque ou que trabalha com pessoas que não são desejosas nessa sociedade capitalista, perversa e excludente.

Minha tristeza maior é a constatação que essas situações não são isoladas, são muito recorrentes. E frente a esses contextos é muito difícil sair da superfície conveniente e adentrar essa política fazendo uma leitura crítica e reflexiva, principalmente de temas como gênero, sexualidade, identidade étnico/racial e diversidade religiosa. Faz-se uma política endereçada e compromissada com valores ocidentalizados na perspectiva do homem branco, cristão e heterossexual objetivando a higienização e a anulação das diferenças.

Frente aos enunciados desses profissionais/colegas de trabalho foi possível identificar fragilidades na formação técnica para atuar nessa política, mas também identificou-se potencialidades de vidas, desejos de mudanças e desconforto diante o silenciamento da assistência social, principalmente em relação as pessoas LGBTTQIA+. Quero mais uma vez reafirmar que os discursos que foram proferidos por esses/as profissionais não são discursos individuais, são discursos produzidos socialmente, diz sobre uma sociedade violenta que não tolera a diferença. Não posso culpabilizá-los/as, assim estaria reproduzindo a lógica liberalista e meritocrata que responsabiliza o sujeito de forma individualista, desconsiderando toda uma estrutura que nos constitui e nos produz. Mas é preciso convocar para uma atitude crítica e reflexiva da sua práxis e da sociedade.

Sobre Dandara, Cássia Eller e Hérica, me sinto privilegiada pela confiança que elas tiveram em confiar suas histórias de vida comigo. Histórias potentes, de resistência, de luta e de superação. Chorei, sorri, nos emocionamos juntas. Minha maior angústia foi não ter espaço nem tempo para trazer nesse texto todas as histórias e experiências delas. Por mais que buscamos superar as estruturas colonialista e positivista ainda nos vimos presas/os há algumas regras e estruturas acadêmicas, E por conta disso, foi preciso fazer escolhas conforme os objetivos que nos comprometemos no início do trabalho. Escolhas que talvez nem fossem as

que interessavam as participantes dessa pesquisa. Nesse sentido, sirvo desse momento para me desculpar com elas. Suas histórias são incríveis e inspiradoras.

Dandara, mulher trans que se impôs - ainda que em alguns momentos precisou se assujeitar para continuar sobrevivendo - tem uma grande representatividade no município. É ousada e atrevida, acessa dos espaços mais humildes aos mais dotados de poder. Transita e resiste majestosamente com seu turbante e vestes da fé que carrega e alimenta sua “alma de mulher”. Vivencia seus amores na confidencialidade, mas esbanja simpatia em toda sua pequena cidade interiorana. Com mais de 40 anos ela segue fugindo das estatísticas triste de vida para pessoas trans no Brasil e dos lugares pré-determinados, como a prostituição. Mas ela também é babado, não pisa em seu calo que ela também sabe se defender. Se precisar ela encara uma briga.

Cassia Eller, mulher bissexual, é transgressora, destemida consegue construir pontes de afetos e estabelecer uma rede de apoio de uma forma decolonial extremamente potente. Invade todas as barreiras limítrofes do que o colonialismo e o patriarcado convencionaram a chamar de família. Ela une filhos/as, netas, ex-marido, atual companheira, ex-mulher do ex-marido, filha do ex-marido tudo numa só rede de apoio. Não existe algo mais decolonial do que essa construção. Ainda transparece conflitos em relação a sustentar uma relação homossexual, demonstra que ainda busca uma relação heterossexual, denotando a força da produção heteronormativa sobre nós. É uma mulher de fé cristã/evangélica, mesmo entendendo que aquele lugar não a acolhe. Ela se diverte, vive, trabalha e sonha.

Hérika, mulher trans negra, é superação. Conseguiu vencer um quadro depressivo entendendo que o desejo que pulsava nela era algo muito intenso e que ela não conseguia sufocar. Muito inteligente, seu discurso é muito organizado e potente. Entendeu que estar numa religião de valores conservadores era muito violento para ela. Buscou outra forma de compreender o sagrado que não condenava nem a sua existência nem a sua alma. De família muito pobre nutre sonhos de ter um trabalho digno, concluir os estudos e ter sua casa própria. É discreta quanto suas relações amorosas, muito inteirada do que está acontecendo no mundo. Na sua criticidade diz não se identificar como LGBTQIA+ por não militar nos movimentos sociais pelas pautas, entendendo que essa sopa de sigla é política, não sabendo que ela já milita com a sua existência, se permitindo ser o que se é. Ela ainda é muito discreta na sua maneira de performar, diz que por mais que tem desejos, tem medo de escandalizar o pai e a mãe que são idosos/as. Ela é sensibilidade, desejo e superação.

O que fica então desse trabalho? Fica a constatação de que umas das maiores fragilidades da política da assistência social é a precarização dos vínculos empregatícios que não permitem construção de vínculos, estabilidade e permanência; à falta de formação das(os) profissionais sobre a própria política e sobre temas que constituem sujeitos que demandam serviços socioassistenciais nos distintos territórios; a predominância do discurso liberalista e meritocrata e o rechaço por alguns grupos populares, dentre eles as pessoas LGBTTTQIA+.

O que as pessoas com sexualidade e gênero dissidentes nos ensinam sobre essa política? Elas nos ensinam que é preciso rever conceitos como família, vulnerabilidade, acolhimento e representatividade. Ensinam-nos que suas condições de vida têm especificidades diferentes dos demais grupos vulnerabilizados. Condições que nos fazem pensar em ações como: estratégias de apoio para assisti-las quando vivenciarem situações de violências familiares, incluindo, crianças e adolescentes; inclusão em programas habitacionais, programas de inclusão escolar e de geração de emprego e renda, dentre tantos outros.

Retomo aqui, novamente, o que trouxe no início da dissertação. Por que pesquisar sobre gênero e sexualidade? Sobre as pessoas LGBTTTQIA+? Algumas pessoas chegaram a insinuar que falar dessa temática numa dissertação seria desperdiçar uma oportunidade, considerando que essa discussão não seria digna para a obtenção de um título de mestra. Respondo que trabalhar com essa discussão me fez trabalhar algo que é muito caro teoricamente para nós psicólogas/os, que é a empatia, que é o lugar da escuta.

Mas parece que o valor desse conceito tem ficado caro apenas na teoria, porque temos tido dificuldade de operar com ele no nosso dia a dia. Assumo que me senti muito insegura em discutir sobre identidades de gênero e sexualidade dissidentes, sendo mulher cisgênera heterossexual, por vezes, me sentia ocupando um espaço de alguém que deveria estar ali e não teve oportunidade de estar. Peço desculpas, se assim alguém da comunidade entender. Esse texto reacendeu ainda mais em mim o desejo de lutarmos por uma sociedade mais justa, igual e diversa. Esse é o meu compromisso social depois dessa pesquisa. Também espero que as minhas escritórias alcancem e afetem muitos outros e outras a se aventurarem nos caminhos da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ANDRADE, L. N. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa**. Tese de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2012.
- ANDRADE, L. N. Entrevista com Luma Nogueira de Andrade - Assujeitamento e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidade de existência de uma travesti no ambiente escolar - Reciiis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde, v. 13, n. 2, p.330-339, 2019
- ANZALDUA, G. Falando em línguas: uma carta para mulheres do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 1, v. 8, p.229-236, 2000.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. Orgs. BENEVIDES, B. G.; Nogueira, S. N. B. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.
- BAHIA. Palácio do Governo do Estado da Bahia. **Decreto nº 19.529 de 16 de março de 2020**. Regulamenta, no Estado da Bahia, as medidas temporárias para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. Bahia: 2020.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da Etnicidade**, São Paulo: Unesp, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, 1990.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Orgânica da Assistência Social. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Brasília, 1993.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. Brasília: SNAS, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004a.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS)**. Brasília, SNAS, 2007.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Previdência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: SNAS, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**. Brasília, SNAS, 2012a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastramento diferenciado. **Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir**. -- Brasília: MDS, 2014.

BRASIL. Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2016a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, SENARC, 2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de terreiro: Segurança Alimentar, nutricional e Inclusão produtiva / elaboração de Taís Diniz Garone**– Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**. Brasília: SMAS, 2018a.

BRASIL. **Resolução conjunta nº 1, de 21 de setembro de 2018**. Estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social - SUAS. Brasília, 2018b.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de decreto legislativo n.º 1.037, de 2018**. Susta os efeitos da Resolução Conjunta CNAS e CNCD/LGBT nº 01/2018. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018c.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de decreto legislativo n.º 1.051, de 2018**. Susta a aplicação da Resolução Conjunta Nº 1º, de 21 de setembro de 2018, do Conselho Nacional de Assistência Social, que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único de Saúde.. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018d.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Censo SUAS 2019 – Resultados Nacionais**. Centro de Referência da Assistência Social_CRAS. Coordenação-Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial. Brasília: SNAS, 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Portaria nº 54, de 1º de abril de 2020**. Recomendações gerais aos gestores e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) dos Estados, Municípios e do Distrito Federal com o objetivo de garantir a continuidade da oferta de serviços e atividades essenciais da Assistência Social, com medidas e condições que garantam a segurança e a saúde dos usuários e profissionais do SUAS. Brasília: SNAS, 2020a.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 42, p. 249-274, 2014.

BUTLER, J. Tradução do prefácio do livro *corpos que importam*. *Sapere Aude*, n. 11, v. 6, p. 12-16, 2015.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. IN: LOURO, G. L. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**, Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

CARNEIRO, S. Movimento em mulheres. **Estudos avançados**, v. 17, nº 49, p. 117-132, 2003.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1978.

CIAMPA, A. C. A. **Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COLLING, L. Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: COLLING, L (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 001 de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: CFP, 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica com Parâmetros para atuação das e dos profissionais de Psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011**. Brasília, 2011.

CORNEJO, G. A guerra declarada contra o menino afeminado. IN: MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**, Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COSTA, Rafaela Rocha da; ALBERTO, Maria de Fatima Pereira. **Trabalho Social com Famílias: Discursos Proferidos pelos Profissionais do Centro de Referência da Assistência**

Social. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

COUTO, B. R. O Sistema Único da Assistência Social - SUAS: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. IN: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (orgs.). **Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas**, Petrópolis: Vozes, 2014.

CRENSHAW, k. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, n. 10, v.2, p. 171-188, 2002.

CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. A construção da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (org.). **Políticas públicas e assistência social**, Petrópolis: Vozes, 2014.

DETONI, Priscila Pavan; NARDI, Henrique Caetano. **A produção performativa do gênero nas práticas da Assistência Social**. Tese de doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

DETONI, P. P.; MACHADO, P. S. e NARDI, H. C. “Em nome da mãe”: performatividades e feminizações em um CRAS. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n 26, v. 1, e45084, 2017.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos Arquivo Edgard Levenroth (UNICAMP)**, v. 10, n. 18/19, p. 79-123, 2003.

FEITOSA, C. **Políticas públicas LGBT e construção democrática no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

FERRARI, A. “A morte e a morte”... dos homossexuais. **Gênero**, Niterói, v. 10, n. 1, p. 189-217, 2009.

FERRARI, A. Homossexualidades como processo educativo e construção discursiva IN: MESSENDER, S.; CASTRO, M. G.; MOITINHO, L. (orgs.). **Entrelaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [livro eletrônico]. Salvador, EDUFBA: 2016.

FISCHER, R. M. B. A análise do discurso: para além de palavras e coisas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 18-37, 1995.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Porto Alegre, n. 114, p. 197-223, 2001.

FONSECA, C. Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. In **Pesquisando a família: olhares contemporâneos** (Coleta Rinaldi Althoff, Ingrid Elsen, Rosane G. Nitschke, orgs.). Florianópolis: Papa-livro editora. 2002.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **Segurança, território e população**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail, São Paulo: Martins, 1999.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque, Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

GIDDENS, A. Entrevista com Anthony Giddens. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n° 16, p. 291-305, 1998.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2018, p. 65-82.

GOLDENBERG, M. **Ninguém nasce livre**: torna-se livre. O segundo sexo – 70 anos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro latino americano**: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, A. S. A. Cor e raça: raça, cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. **Raça: novas perspectivas antropológicas** [online], Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 63-82.

HALL, S. Quem precisa de identidade? IN: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais, Petrópolis: Vozes, 2014.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HILLESHEIM, B.; CRUZ, L. R. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. IN: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (orgs.). **Políticas públicas e assistência social**: diálogos com as práticas psicológicas, Petrópolis, Vozes, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua (PNAD). Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019, IBGE, 2010. Disponível em: <

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf> Acesso em: agosto de 2020.

IRINEU, B.; MELLO, L. **A política de previdência social e os direitos LGBT no Brasil.** Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.

JAEGER, M. B.; LONGHINI, G. N.; OLIVEIRA, J. M.; TONELI, M. J. F. Bissexualidade, bifobia e monossexismo: problematizando enquadramentos. *Períodicos*, n. 11, v. 2, p. 1-16, 2019.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2012.

JESUS, J. G. Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, 78, p. 241-258, 2014.

LORDE, A. **Textos escolhidos de Audre Lorde.** Difusão Herética: edições lesbofeministas independentes. 1983.

LOURO, G. L. Conhecer, pesquisar, escrever... **Educação, Sociedade e Cultura**, Porto Alegre, n. 25, p. 235-245, 2007.

LOURO, G. L. Discurso de ódio. In: SEFFNER, F.; CAETANO, M. (Orgs.). **Cenas latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas pedagógicas e públicas**, Rio Grande, FURG, 2015.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho: Ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**, Belo Horizonte, Autêntica, 2018.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. IN: LOURO, G. L. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**, Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, nº 9: 73-101, 2008.

MALDONADO-TORRES, N. analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018. p. 175.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N -1, 2020.

MELLO, L.; IRINEU, B. A.; FROEMMING, C. N.; RIBEIRO, V. K. Políticas públicas de trabalho, assistência social e previdência social para a população LGBT no Brasil: sobre desejos, realizações e impasses. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 1, p. 132-16, 2013.

MEYER, D. E.; SOARES, R. de F. R. Modos de ver e se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de – um filme. In: Costa, M. V.; BUJES, M. I. E. (orgs.). **Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 23-44.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica: 2017.

MOTA, A. **Entre o discurso do projeto ético político e as condições concretas da prática: repercussões subjetivas na vivência dos assistentes sociais**. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia. Bahia, 2011.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual dos conceitos das noções de raça, racismo, identidade e etnia. SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro [palestra], PENESB, Rio de Janeiro, 2003.

NETO, A. S.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008.

NOGUEIRA, S. **Intolerância religiosa** [livro eletrônico], São Paulo: Pólen, 2020.

OLIVEIRA, M. R. G. Por que você não me abraça? **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.15, n.28, p. 167 – 179, 2018.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA (PNAD). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

PARAÍSO, M. A. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, D. E.; PARAÍSO, M. A. (orgs.). **Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários (as) em movimento. **Fractal: Revista De Psicologia**, v. 28, nº 1, p. 102-110, 2016.

PORTO, J. R. S. Uma analítica do poder para as políticas públicas: Foucault e a contribuição da Anthropology of Public Policy. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 22, n. 2, p. 360-385, 2014.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**, São Paulo: Unesp, 2011.

PRECIADO, P. B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2011.

- RICK, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**, n. 5, p. 17-44, 2010.
- RIBEIRO, D. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.
- RIBEIRO, J. K. A.; SANTOS, S. M. M. **Assistência Social, para quê e para quem?** Uma análise acerca do atendimento as populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB. Dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2014.
- ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. Etnografias: saberes e práticas. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.
- SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.
- SEFFNER, F. Composições (com) e resistências (à) norma: pensando corpo, saúde, políticas e direitos LGBT. In: COLLING, L (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: Edufba, 2011.
- SILVA, I. P.; PEREIRA, L. M. S. Povos de terreiro, direitos, políticas públicas e seus reflexos nas relações sociais. **Revista da ABPN**, v. 11, n. 28, p. 223-241, 2019.
- SILVA, Sheyla Suely de Souza. Entre a expansão do capital e a proteção ao trabalho: contradições da assistência social brasileira no governo neodesenvolvimentista. 2012. 264 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco/ Recife: O Autor, 2012.
- SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. IN: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**, Petrópolis: Vozes, 2014.
- SILVEIRA, M. L. A. Mulheres e noções sobre bissexualidade. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11& 13º Congresso Mundos de Mulheres, Florianópolis, p. 1-8, 2017.
- SIQUEIRA, K. O. M.; LINO, M. V. Assistência Social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver. **Mnemosine**, vol.9, nº 2, p. 35-53, 2013.
- SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) **O mito da assistência social: Ensaio sobre Estado, Política e Sociedade**. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2008.
- SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Lebooks. 2019.
- SOUSA FILHO, A. A política do conceito: subversiva ou conservadora? - crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas**, Natal, n. 04, p. 59-77, 2009.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade, Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito Capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, T. T. (org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais, Petrópolis: Vozes, 2014.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS/AS PROFISSIONAIS DO CRAS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre **As relações construídas entre a comunidade LGBTI+ e os profissionais do CRAS, em uma cidade no interior da Bahia** e está sendo desenvolvida por **Elzeni Damasceno de Souza**, do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié, sob a orientação do **Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza**.

O objetivo geral deste estudo é analisar a dinâmica das relações, incluindo as étnicas, construídas entre a comunidade LGBTI+ e os profissionais do CRAS, em uma cidade no interior da Bahia.

Solicitamos a sua autorização para acompanhar e observar os atendimentos que você realiza no CRAS com alguma pessoa LGBTI+, sejam nos atendimentos individuais, familiares ou grupais e para realizar entrevistas gravadas entre os meses de outubro de 2019 a agosto de 2020. Sobre as gravações, você tem o direito de ouvir, podendo modificar/excluir trechos ou a entrevista completa. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a pesquisadora responsável e seu orientador. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos que discutam sobre assuntos que relacionem a comunidade LGBTI+ e políticas públicas e publicar em revista científica nacional e/ou internacional. Nas publicações dos resultados, seu nome não será divulgado. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/UESB e com o fim deste prazo, será descartado.

Compreendendo que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos/desconfortos, como constrangimento em responder alguma pergunta, informamos que nestas situações você é livre para pedir que não registre a informação ou que não deseja continuar a falar sobre o assunto, além de caso não compreender a pergunta, solicitar do pesquisador a explicação do que se trata. E ressaltamos, que a sua identidade será mantida em sigilo, tendo o cuidado na escrita, para não deixar características de identificação no trabalho final. Durante a pesquisa serão promovidos momentos de discussão sobre as questões de gênero e sexuais, tanto com o público atendido pelo CRAS, quanto com os profissionais desta instituição.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Caso sofra qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar

indenização.” (Resolução CNS 510/2016, Art 18, § 2º). Este termo será redigido em duas vias, sendo uma para o participante da pesquisa e outra para a pesquisadora responsável. Todas as páginas deverão ser rubricadas ou assinadas pelo participante da pesquisa (ou seu responsável legal) e pelo pesquisador responsável.

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da importância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, do tempo que o material da pesquisa ficará guardado, do direito a assistência e buscar indenização, caso sofra algum dano resultante da participação na pesquisa, declaro que aceito participar da pesquisa, como também concordo que os resultados do estudo sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Lagedo do Tabocal - Bahia, ____ de _____ de _____.

Assinatura do participante ou responsável legal

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisador(a) Responsável: Elzeni Damasceno de Souza

Endereço: Povoado do peixe, s/n, Zona Rural, Lagedo do Tabocal – Ba

CEP: 45.365-000

Fone: (73) 991627215 / E-mail: damasceno.elzeni829@gmail.com

CEP/UESB – Comitê de Ética em Pesquisa

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho, Jequié-BA. CEP 45208091.

Fone: (73) 3528-9600 (ramal 9727)/ Email: cepjq@uesb.edu.br.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA AS PESSOAS LGBTTQIA+

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Prezado (a) Senhor (a),

Esta pesquisa é sobre **As relações construídas entre a comunidade LGBTI+ e os profissionais do CRAS, em uma cidade no interior da Bahia** e está sendo desenvolvida por **Elzeni Damasceno de Souza**, do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC), da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié, sob a orientação do **Prof. Dr. Marcos Lopes de Souza**.

Os objetivos do estudo são descrever como a cor da pele, o pouco estudo, ser do camdoblé ou da umbanda, possuir alguma deficiência e ser pobre interferem na relação entre as pessoas LGBTI+ e os profissionais do CRAS; compreender as dificuldades e desafios encontrados pelos profissionais do CRAS para realizar ações com a comunidade LGBTI+; analisar na comunidade LGBTI+ quais são as suas necessidades em que o CRAS pode ajudá-los. A finalidade deste trabalho é contribuir para que as pessoas LGBTI+ sejam melhores acolhidas e acompanhadas no CRAS desta cidade no interior da Bahia.

Pedimos a sua autorização para acompanhar e observar os atendimentos em que você tiver no CRAS sejam individualmente, com a sua família ou nos grupos, para realizar entrevistas gravadas e para fazer visitas domiciliares. Sobre as gravações, você tem o direito de ouvir, podendo modificar/excluir trechos ou a entrevista completa. As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, mas somente terão acesso a pesquisadora responsável e seu orientador. Pedimos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos que discutam sobre assuntos de interesse dos LGBTI+ e das políticas públicas e publicar em revista científica nacional e/ou internacional, por isso solicitamos também a **Autorização de Uso de Imagens e Depoimentos**. Nas publicações dos resultados, seu nome não será divulgado, se você não autorizar. Ao final da pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 466/12 e orientações do CEP/UESB e com o fim deste prazo, será descartado.

Informamos que essa pesquisa pode causar riscos (desconfortos) para o participante da pesquisa, por se tratar de questões íntimas, algumas vezes de sofrimento, relacionadas à como você vive sua sexualidade, ou ainda o constrangimento diante de alguma pergunta que não saiba responder, mas nestas situações você é livre para pedir que não guarde a informação ou desejar não continuar a falar sobre o assunto, assim como pedir que explique melhor a pergunta e o assunto. Durante a pesquisa, serão promovidos momentos de discussão sobre as questões de gênero e sexuais, tanto com o público atendido pelo CRAS, quanto aos profissionais desta instituição.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento

desistir, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo do CRAS. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa. Caso sofra qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tem direito a assistência e a buscar indenização. (Resolução CNS 510/2016, Art 18, § 2º). Este termo será redigido em duas vias, sendo uma para o participante da pesquisa e outra para a pesquisadora responsável. Todas as páginas deverão ser rubricadas ou assinadas pelo participante da pesquisa (ou seu responsável legal) e pelo pesquisador responsável.

Assinatura da pesquisadora responsável

Considerando, que fui informado(a) dos objetivos e da importância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, do tempo que o material da pesquisa ficará guardado, do direito a assistência e buscar indenização, caso sofra algum dano resultante da participação na pesquisa, declaro que aceito participar da pesquisa, como também concordo que os resultados do estudo sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Também estou ciente que receberei uma via desse documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável.

Lagedo do Tabocal - Bahia, _____ de _____ de _____



Impressão Digital

Assinatura do participante ou responsável legal

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisador(a) Responsável: Elzeni Damasceno de Souza

Endereço: Povoado do Peixe, s/n, Zona Rural, Lagedo do Tabocal – BA, CEP: 45.365-000

Fone: (73) 991627215 / E-mail: damasceno.elzeni829@gmail.com

CEP/UESB- Comitê de Ética em Pesquisa

Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.

Fone: (73) 3528-9600 (ramal 9727) / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores **Elzeni Damasceno de Souza e Marcos Lopes de Souza**, do projeto de pesquisa intitulado “**As relações construídas entre a comunidade LGBTI+ e os profissionais do CRAS, em uma cidade no interior da Bahia**”, a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto Nº 3.298/1999, alterado pelo Decreto Nº 5.296/2004).

Lagedo do Tabocal-BA, ____ de ____ de _____.

Participante da pesquisa

Pesquisadora responsável pelo projeto

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS/AS PROFISSIONAIS DO CRAS

- 1 - Gostaria que você se apresentasse para mim, fala um pouco de você tanto em termos pessoais quanto profissionais.
- 2- Quanto tempo você trabalha no CRAS?
- 3 – O que levou você a trabalhar no CRAS, estar neste espaço?
- 4- Na sua perspectiva, quais são os objetivos propostos do CRAS
- 5 – Você conhece o que é LGBTI+?
- 6 – O que você pensa sobre a comunidade LGBTI+?
- 7 – Você já fez atendimento de alguma pessoa LGBTI+ no CRAS?
- 8 – Se sim, como foi este atendimento?
- 9 – Como é sua relação com o público LGBTI+ que são atendidos no CRAS?
- 10 – Me fale sobre as dificuldades e desafios para trabalhar com o público LGBTI+ do CRAS?
- 11 – Como o CRAS poderia trabalhar com o público LGBTI+ de forma que atendesse as necessidades deles?

APÊNDICE E – QUESTÕES DISPARADORAS/NORTEADORAS PARA AS PESSOAS LGBTTQIA+ USUÁRIAS DO CRAS

- 1 - Gostaria que você se apresentasse para mim, fala um pouco de você, da sua história de vida.
- 2- Me conte sobre a sua relação com o CRAS (quais serviços você e/ou sua família usa do CRAS, o que levou você a procurar o CRAS, como é sua relação com os profissionais, o que você acha dos profissionais)
- 3 – Me fale sobre os serviços do CRAS que são voltados para comunidade LGBTI+ (Você acha que são bem atendidos, tem ações voltadas para vocês, o que poderia ser melhorado?)

**APÊNDICE F – FORMULÁRIOS PARA OS/AS PROFISSIONAIS DO
CRAS E PESSOAS LGBTTQIA+**

Nome _____

Idade _____ Função _____

Identidade de gênero _____

Orientação sexual _____

Cor da pele _____

Raça (branca, preto, amarela, pardos ou indígenas) _____

Por que? _____

Salário _____ Classe _____

Religião _____

Possui alguma deficiência (física, mental, intelectual)

() Sim, qual _____ () Não

ANEXO 1 - FORMULÁRIO DE REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTO DO CRAS (RMA)

FORMULÁRIO DE REGISTRO MENSAL DE ATENDIMENTOS DO CRAS

/ 20

MÊS:

Nome da Unidade: _____ Nº da Unidade: |_|_|_|_|_|_|_|_|
|_|_|_|_|_| Endereço: _____

Bloco I - Famílias em acompanhamento pelo PAIF

A.	Volume de famílias em acompanhamento pelo PAIF	Total I
A.1.	Total de famílias em acompanhamento pelo PAIF	
A.2.	Novas famílias inseridas no acompanhamento do PAIF durante o mês de referência	
B.	Perfil das novas famílias inseridas em acompanhamento no PAIF <u>no mês de referência</u>	Total I
B.1.	Famílias em situação de extrema pobreza	
B.2.	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família	
B.3.	Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades	
B.4.	Famílias com membros beneficiários do BPC	
B.5.	Famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil	
B.6.	Famílias com crianças ou adolescentes em Serviço de Acolhimento	

Atenção! Os itens B1 a B6 identificam apenas alguns perfis de famílias. É normal que algumas famílias contadas no item A2 não se enquadrem em nenhuma das condições acima, enquanto outras podem se enquadrar simultaneamente em mais de uma condição. Portanto, as somas de B1 a B6 não terá, necessariamente, o mesmo valor relatado em A2.

Bloco 2 - atendimentos particularizados realizados no CRAS

C.	Volume de atendimentos particularizados realizados no CRAS <u>no mês de referência</u>	Quantidade
C.1.	Total de atendimentos particularizados realizados no mês de referência	
C.2.	Famílias encaminhadas para inclusão no Cadastro Único	
C.3.	Famílias encaminhadas para atualização cadastral no Cadastro Único	
C.4.	Indivíduos encaminhados para acesso ao BPC	
C.5.	Famílias encaminhadas para o CREAS	
C.6.	Visitas domiciliares realizadas	
C.7.	Total de auxílios-natalidade concedidos/entregues durante o mês de referência	
C.8.	Total de auxílios-funeral concedidos/entregues durante o mês de referência	
C.9.	Outros benefícios eventuais concedidos/entregues durante o mês de referência	

Atenção! Nos campos C1 a C6 devem ser contabilizadas todas as famílias/indivíduos, independente de estarem, ou não, em acompanhamento sistemático do PAIF. Nos campos C7, C8 e C9, considere os auxílios e os benefícios eventuais concedidos e /ou entregues no CRAS. Caso o CRAS não conceda nem

entregue auxílios ou benefícios-eventuais marque 0 (zero) nos respectivos campos.

Bloco 3 - atendimentos coletivos realizados no CRAS

D. Volume de atendimentos coletivos realizados no CRAS durante o mês de referência		Quantidade
D.1.	Famílias participando regularmente de grupos no âmbito do PAIF	
D.2.	Crianças de 0 a 6 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
D.3.	Crianças/adolescentes de 7 a 14 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
D.4.	Adolescentes de 15 a 17 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
D.8.	Adultos entre 18 e 59 anos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	
D.5.	Idosos em Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos	
D.6.	Pessoas que participaram de palestras, oficinas e outras atividades coletivas de caráter não continuado	
D.7.	Pessoas com deficiência, participando dos Serviços de Convivência ou dos grupos do PAIF	

** Apesar dos serviços de convivência não estarem mais vinculados a faixas etárias, para facilidade de registro, os usuários devem ser contabilizados de acordo com a sua idade, independente de estarem, ou não, no mesmo grupo.*

Nome e cargo da pessoa responsável no CRAS pelas informações:

**ANEXO 2 - FORMULÁRIO DE REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO
FÍSICO DO CRAS DO ESTADO DA BAHIA (RAF)**

Registro Diário de Atendimento - CRAS / RAF - Registro de Acompanhamento Físico

Ano _____ **Mês** _____

A1. Volume de atendimentos no Centro de Referência da Assistência Social - CRAS

Total *

01. Volume total de atendimentos realizados no mês de referência
02. Volume total de famílias atendidas
03. Volume total de atendimentos realizados para concessão de benefício eventual
04. Demanda espontânea
05. Busca ativa
06. Visita domiciliar do PAIF
07. Visita domiciliar do SCFV
08. Visita domiciliar do Serviço de Proteção Social Básica em domicílio para idosos e PCD
09. Visita domiciliar do Programa Primeira Infância no SUAS
10. Visita domiciliar do Programa BPC na Escola
11. Encaminhamentos recebidos da Rede Socioassistencial
12. Encaminhamentos recebidos de outras políticas públicas
13. Encaminhamento para a rede socioassistencial
14. Encaminhamentos realizados para outras políticas públicas
15. Encaminhamentos realizados para acesso a documentação civil
16. Encaminhamentos realizados para acesso a moradia
17. Encaminhamentos realizados para acesso ao Passe Livre
18. Encaminhamentos realizados para acesso à Carteira do Idoso
19. Benefícios eventuais concedidos

A2. Perfil das Famílias Atendidas (no mês de referência)

Total *

01. Famílias em situação de extrema pobreza
02. Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - PBF
03. Famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF
04. Famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada - BPC
05. Famílias com crianças em situação de trabalho infantil
06. Famílias com outros casos de violação de direito
07. Famílias acompanhadas pelo PAIF
09. Famílias participantes do SCFV
10. Famílias acompanhadas pelo PAEFI
11. Famílias acompanhadas por outros serviços de Proteção Social Especial
12. Famílias pertencentes a povos/comunidades tradicionais
13. Famílias compostas por membros LGBT

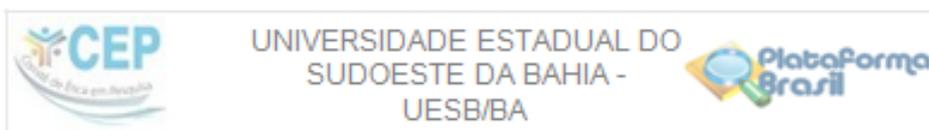
**B1. Famílias em acompanhamento no Serviço de Proteção e Atendimento Integral Total *
as Famílias - PAIF**

01. Volume total de Famílias acompanhadas pelo PAIF
02. Tempo de permanência das famílias em acompanhamento de 01 a 03 meses
03. Tempo de permanência das famílias em acompanhamento de 04 a 06 meses
04. Tempo de permanência das famílias em acompanhamento de 07 meses a 11 meses
05. Tempo de permanência das famílias em acompanhamento de 01 a 02 anos
06. Tempo de permanência das famílias em acompanhamento de 03 a 04 anos
07. Tempo de permanência das famílias superior a 05 anos
08. Novos casos inseridos em acompanhamento no mês de referência
09. Planos de Acompanhamento elaborados no mês de referência
10. Famílias desligadas do acompanhamento por superação de vulnerabilidade vivenciada no mês de referência
11. Famílias que evadiram do acompanhamento no mês de referência
12. Famílias que participam de outras atividades de caráter comunitário
13. Famílias acompanhadas em articulação com outras políticas públicas

B2. Perfil das famílias em acompanhamento no PAIF do total do B1 (3)**Total ***

01. Famílias em situação de extrema pobreza
02. Famílias beneficiárias dos benefícios eventuais
03. Famílias beneficiárias do PBF
04. Famílias em descumprimento de condicionalidades com registro no SICON
05. Famílias em descumprimento de condicionalidades sem registro no SINCON
06. Famílias beneficiárias do BPC
07. Famílias beneficiárias do BPC com membros inseridos no Programa BPC na Escola
08. Famílias com membros inseridos no Programa Primeira Infância no SUAS
09. Famílias com membros inseridos no Programa ACESSUAS Trabalho
10. Famílias acompanhadas pertencentes ao público prioritário do SCFV
11. Famílias contra-referenciadas pelo CREAS
12. Famílias inseridas em Programa Habitacional
13. Famílias com crianças em situação de trabalho infantil
14. Famílias com outros casos de violação de direito
15. Famílias acompanhadas por outros serviços da Proteção Social Especial
17. Famílias pertencentes a povos/comunidades tradicionais
- 17. Famílias compostas por membros LGBT**

ANEXO 3 – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As relações construídas entre a comunidade LGBTI+ e os profissionais do CRAS, em uma cidade do interior da Bahia.

Pesquisador: Elizeni Damasceno de Souza

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 20352019.2.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.668.767

Apresentação do Projeto:

"Esta pesquisa busca analisar a dinâmica das relações, incluindo as étnicas, construídas entre a comunidade LGBTI+ e os profissionais do CRAS numa cidade no interior da Bahia".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a dinâmica das relações, incluindo as étnicas, construídas entre a comunidade LGBTI+ e os profissionais do CRAS numa cidade no interior da Bahia.

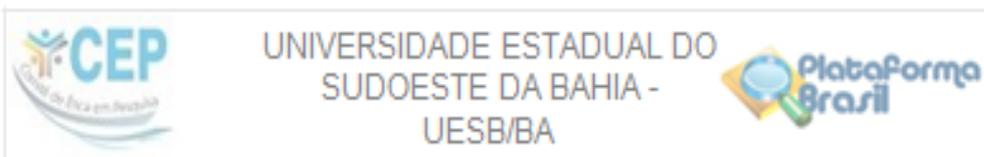
Objetivo Secundário:

- Descrever como as interseccionalidades subalternizadas vivenciadas pela comunidade LGBTI+ tais como etnia/raça, baixa escolaridade, deficiência, classe podem interferir na relação construída com os profissionais do CRAS;
- Compreender quais são as dificuldades e desafios encontrados pelos profissionais do CRAS para desenvolver ações com a comunidade LGBTI+;
- Analisar na comunidade LGBTI+ quais são as suas demandas específicas que o CRAS poderia atendê-la.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Apresentados conforme recomenda a Resolução CNS 510/2016.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n
 Bairro: Jaquecinho CEP: 45.206-810
 UF: BA Município: JGOUIS
 Telefone: (72)3525-9727 Fax: (72)3525-9833 e-mail: cep@uesb.edu.br



Continuação do Parecer: 3.055.787

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa na área de Ciências Humanas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentados conforme recomenda a Resolução CNS 510/2016.

Recomendações:

Recomenda-se Incluir no TCLE, nos contatos do CEP, o horário de funcionamento do mesmo: 8:00h às 14:00h.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora atendeu às solicitações do parecer anterior e o projeto pode ser aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião de 29.10.2019, a plenária deste CEP/UESB aprova o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PIB INFORMACOES BASICAS DO PROJETO 1412586.pdf	15/10/2019 21:35:40		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE.pdf	15/10/2019 21:32:04	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPARAPAISSOURESPONSIVEIS.pdf	15/10/2019 21:30:42	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPARAOSPROFISSIONAIS.pdf	15/10/2019 21:26:23	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPARAASPESSOASLG.BTI.pdf	15/10/2019 21:25:17	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracaodospesquisadores.pdf	07/09/2019 16:26:13	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleparaprofissionais.pdf	07/09/2019 16:23:50	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n
 Bairro: Jaguazinho Cep: 45.208-910
 Ur: BA Município: JEQUIÉ
 Telefone: (73)3525-9727 Fax: (73)3525-8853 e-mail: cep@uesb.edu.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
SUDOESTE DA BAHIA -
UESB/BA



Continuação do Parecer: 3.655.767

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleparaqbtl.pdf	07/09/2019 16:23:06	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	01/09/2019 14:59:12	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetomestradorelacoeseticas.pdf	01/09/2019 14:58:28	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	declaracaodainstituicao.pdf	01/09/2019 14:45:08	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	01/09/2019 14:42:51	Eizeni Damasceno de Souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JEQUIE, 29 de Outubro de 2019

Assinado por:

Douglas Leonardo Gomes Filho
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro: Jequiezinho CEP: 45.205-510
UF: BA Município: JEQUIE
Telefone: (71)3525-9727 Fax: (71)3525-8833 e-mail: cejo@uesb.edu.br